

“O potencial representativo da esfera pública: inclusão, participação e deliberação”

Ivo Belchior Azevedo

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Setembro 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais
realizada sob a orientação científica de Marco Lisi.

A potencialidade representativa da esfera pública: inclusão, participação e deliberação

The Potential of representation in the public sphere: inclusion, participation and deliberation

Ivo Belchior Azevedo

Resumo:

Esta investigação incidirá sobre novas potenciais formas de representação na esfera pública. Tentaremos com isto corroborar a hipótese de novas formas de representação não-eleitoral como um complemento indispensável às formas tradicionais. Neste sentido iremos explorar os conceitos de esfera pública e poder comunicativo para discutir uma nova visão da representação política. Defenderemos também a ideia de uma esfera pública participativa e aproximar-nos-emos das teses deliberativas da democracia para a renovação das democracias representativas.

Palavras-chave: Democracia; deliberação; poder comunicativo; esfera pública; representação; identidade.

Abstract:

This investigation deals with new potential forms of representation in the public sphere. Our main argument is that new forms of non-electoral representation are an essential complement to new forms of representation. From this viewpoint, we will use the concepts of public sphere and communicative power in order to discuss a new conceptualization of political representation. We will also support the idea of an active public sphere and the need to adopt deliberative democratic theories in order to revitalize the functioning of representative democracies.

Key-words: democracy; deliberation; communicative power; public sphere; representation; identity.

Índice

| | |
|--|----|
| Introdução | 4 |
| Capítulo 1: Um conceito mais democrático de poder | 9 |
| 1.1 -Um quadro muito geral de uma esfera pública concebida no seu sentido normativo: os trâmites comunicativos de Kant e Habermas | 10 |
| 1.2 - Sobre o conceito instrumental de poder: a teleologia do conceito..... | 16 |
| 1.3 - Um conceito comunicativo de poder em Hannah Arendt: a esfera pública, o espaço da aparência e o mundo..... | 19 |
| 1.4- Para lá de um conceito instrumental; para lá de um conceito comunicativo: A tentativa de uma síntese | 25 |
| Capítulo 2: A desintegração do público e o projecto deliberativo: o reposicionamento normativo de uma ideia de público..... | 29 |
| 2.1- O eclipse do público: um breve estado da arte acerca do descrédito da esfera pública e do seu produto | 30 |
| 2.2- Das teorias realistas ao projecto deliberativo: o público e a sua legitimidade..... | 40 |
| 2.3 - A deliberação entre o consenso e o agonismo: diferença e deliberação | 48 |
| Capítulo 3: A potencialidade representativa da esfera pública | 57 |
| 3- A esfera Pública no centro de uma teoria normativa da representação: a representação como um <i>continuum</i> | 58 |
| 3.1- A esfera pública e a constituição de identidades: a geração do poder | 63 |
| 3.2 – A representação não-eleitoral e a nova significação do representante | 71 |
| 3.3- A endogenia da criação de identidades no processo representativo: a representação na esfera pública como um “estar” e “falar por” | 73 |
| 3.4 - A bipolaridade da esfera pública: o cidadão como agente e juiz numa perspectiva deliberativa..... | 78 |
| 3.5 - O carácter reflexivo do discurso na constituição das identidades: para lá de uma política dos interesses..... | 83 |
| Conclusão: Poder comunicativo e Poder Político: notas finais sobre a esfera pública e a representação..... | 86 |
| Bibliografia | 92 |

Introdução

O século XVIII foi pródigo em desenvolvimentos políticos. Consideramos aqui aquele que é o fundamento de todas as suas ulteriores determinações jurídicas, sociológicas e históricas, a saber, “o nascimento da ideia do povo soberano” (Gripsrud et al. 2010: xiii) que rompe drasticamente com a ideia de um poder e autoridade política derivado de Deus e encarnado na manifestação do Rei. Sem indagar as causas por detrás deste processo de evolução do pensamento político, pretendemos focar-nos nos efeitos desta mudança, mais propriamente, no espaço onde passaria a radicar a própria ideia da legitimidade do poder político. Em poucas palavras, “na ordem democrática emergente [durante o século XVIII], aqueles encarregados de governar, não podiam mais apelar ao direito divino para apoiar a sua legitimidade, sendo expectável que preenchessem a vontade popular tal como expressa e formada na esfera pública política que começava a emergir” (Gripsrud et al. 2010: xiii).

O nosso trabalho visará mais precisamente a questão da representação. Durante grande parte do século XX as questões fundamentais da teoria política relativamente ao tema, prenderam-se com a questão de quem conta como representante e qual a sua função substantiva. Inspirada pelo seminal *The Concept of Representation* (Pitkin 1967) a teoria pareceu pouco deambular para lá desses trâmites. Contudo, a questão fundamental do nosso trabalho, inspirada pelas recentes teses acerca da representação pretende evocar outra questão: como pode o povo exercer, como ideal da democracia parece prever, um verdadeiro poder sobre os representantes? Como pode o representado constituir-se extra-institucionalmente e para lá dos momentos eleitorais? Como pode exercer um poder mais contínuo e profundo sobre aqueles “que agem por si”? Em suma: Como pode a representação ser uma actividade mais sistémica e profunda? Ora, nós pensamos, à semelhança dos teóricos contemporâneos e em consonância com o velho ideal democrata, que para tal seja necessário reposicionar normativamente a esfera pública.

Neste sentido, o nosso trabalho não será iniciado com questões directamente ligadas à representação. Contrariamente, o nosso primeiro foco será reposicionar normativamente a esfera pública dentro da democracia, de tal forma que ele possa adequar-se a uma teoria da representação. Assim sendo, pode dizer-se que o nosso trabalho é influenciado pelas teorias deliberativas da democracia, que tanto se têm esforçado por o fazer; note-se, porém, que existe um ponto em que nos afastamos dela, sendo também nesse ponto

que inauguraremos as nossas questões que versam mais propriamente sobre a representação.

Devemos compreender esta investigação como uma narrativa de questões que se vão colocando até que se possa chegar ao seu cerne. Neste sentido, a nossa primeira questão será: qual o sentido normativo de uma esfera pública? Tentaremos desvendá-lo a partir de um princípio comunicativo-crítico que requer um público participativo. A ideia da democracia tem na sua génese uma esfera pública capaz de interferir criticamente, tanto num sentido directo como indirecto, com os próprios actos legislativos e o poder político no geral, isto é, com a acção própria dos representantes formais. A partir desta questão surgirá outro desenvolvimento importante: o entendimento da esfera pública como espaço de geração de poder. Este desenvolvimento não é desenquadrado e funda-se sobre as premissas da normatividade da esfera pública. Este conceito de poder será da maior importância para a tese da representação como a defendemos aqui, em sincronia com os progressos teóricos contemporâneos.

Outra questão que exploramos é a do desaparecimento do público com a democracia de massas, ou a democracia em sociedades desenvolvidas. Este ponto será da maior importância, visto que desenvolvemos o sentido normativo da esfera pública a partir da própria ideia de público. Ora, isto tem imensos reflexos nas teorias da democracia pessimistas (minimalistas) que foram surgindo durante o século XX. A desacreditação do sentido crítico do público e, com ele, da esfera pública e da opinião pública, fundou grandemente aquilo que viria a ser durante algumas décadas a corrente *mainstream* da teoria política. Com o passar do tempo, quase dialecticamente à boa maneira hegeliana, começaram a surgir perspectivas participativas que também figuraram entre os grandes “revivals” do século XX.

O conceito de esfera pública como sede da legitimidade do poder político, tem uma longa e rica história que se desenvolve desde autores mais clássicos como Kant, Hegel ou Stuart Mill até autores mais contemporâneos. Contudo, e especialmente desde o início até meados do século XX, o conceito esteve envolto num coro de críticas que sombrearam alguma da sua significação primordial dentro de um contexto democrático – basta relembrar que já no século XIX Mill ou Hegel a olhavam com algum cuidado e que, século XX adentro, Lippman fez um espécie de fenomenologia pessimista do ideal, que mais tarde acabaria por ser seguido pelo prolífico Schumpeter na sua teoria da democracia.

Em meados do século XX o tratado de Habermas, *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* ([1952] 2012), reacendeu a paixão pelo conceito, recolocando-o no núcleo de uma teoria normativa da democracia. Se bem que a narrativa da *Transformação* é uma narrativa da decadência da esfera pública, desde a sua fundação e trâmites burgueses até à sociedade das massas, Habermas não perde o pé nem desloca o seu objecto do centro normativo. Em 1992, com *Entre Factos e Normas*, volta a debruçar-se de forma mais poderosa sobre este tema, dando-lhe a saída que não havia dado na *Transformação*. Desde então, a teoria da democracia pareceu evoluir para uma “viragem deliberativa”, sendo talvez a esfera pública um dos temas mais debatidos de há umas duas, três décadas para cá. Esta evolução não é porém uma mera reiteração do já dito. De facto, o ideal de uma esfera pública defronta-se hoje tanto com uma panóplia de problemas deixados em aberto ou esquecidos – especialmente por Habermas-, bem como com problemas que uma sociedade cada vez mais complexa e global lhe impõe.

O que procuramos verdadeiramente ao colocar estas questões e ao analisar brevemente este desenvolvimento da teoria política é, novamente, reposicionar a esfera pública no seu sentido normativo de tal forma que possa adequar-se a uma teoria mais aprofundada da representação. Tendo em conta que é na esfera pública que está idealmente sediado o poder do povo soberano e que, simultaneamente, a escolha de representantes para as esferas institucionais não deve perder o contacto como o representado sem risco de ruir sobre si própria, é absolutamente necessário que se percorra este caminho.

A grande questão da representação é a da própria democracia: a questão do poder do povo, isto é, de como podem os representados exercer poder sobre os representantes. Não é de admirar que a democracia representativa tenha sido historicamente tão desacreditada, colocando em causa o próprio conceito de democracia (ex: Barber 1984). Por outro lado foi vista como uma mera necessidade instrumental para a adequação da democracia a largas escalas (ex: Dahl 1994). Perante estas dificuldades, a democracia representativa – bem como a sua qualidade- foi definida como “a contínua “responsiveness” do governo às preferências dos seus cidadãos” (Dahl 1971, p.1). O conceito de *responsiveness* assoma como o “problema normativo nuclear” (Rehfeld 2009) em todas as discussões acerca do governo representativo e da sua qualidade. O conceito de *responsiveness* radica, de forma clara, na questão do poder do povo soberano que, de acordo com o ideal democrático, legitima a acção do representante. Por *responsiveness* entendemos aqui a “concordância” (*concurrence*) entre os desejos,

interesses, ou vontades do representado com as decisões dos representantes (Miller e Stokes 1963; Eulau e Karps 1977). *Responsiveness* denota exactamente a relação que os detentores do poder – os representantes- devem estabelecer com delegantes do poder – os representados. Como escrevia Key V.O., “ a não ser que as massas tenham algum papel na formação das políticas, toda a conversa sobre democracia é absurda” (1961: 7), ou ainda Lawsell, a “actividade interactiva entre opinião e políticas é a marca que distingue a regra do povo” (citado em Shapiro 2011: 982). O poder contudo torna-se aqui um conceito problemático, na medida em que a sua aquisição por parte dos representantes requer que este – o poder- exista previamente ao acto da delegação. A delegação é antes de mais a “transferência do poder a outrem”¹. Se o conceito de “responsiveness” é fulcral nos governos representativos é em grande parte porque entre o detentor do poder e a fonte do poder – o que buscaremos com este trabalho é associá-los- não se podem dissociar sem correr o risco de o próprio governo democrático perder a legitimidade:

“O acto de votar tem um enquadramento que o antecede. Enquanto não devemos subestimar a importância das eleições, não podemos isolar o evento eleitoral do circuito do processo de formação de opinião. O poder eleitoral é, *per se*, o mecanismo formal que garante a democracia. Mas a garantia substantiva é dada pelas condições sob as quais cada cidadão recolhe informação e é exposto à pressão dos “opinion makers”. Em última instância, a opinião dos governados é a verdadeira fundação de todo o governo. Se assim é, as eleições são apenas um meio para um fim, que é, um governo capaz de responder, e responsável perante, a opinião pública” (Sartori 1987: 86-87)

Comummente *responsiveness* dos representantes aos representados é uma pedra basilar de todas as teorias da representação, excepção, claro, aos que como Burke² defendem a posição do “trustee” puro, posição de resto insignificante no universo da literatura actual – apesar de cada vez mais parecer tender, com a democracia deliberativa, para o seu lado. A vasta literatura empírica e teórica acerca da representação – aferindo a qualidade da mesma a partir da *responsiveness*- atesta a íntima relação entre o poder popular – descrito na ideia de uma esfera pública- e as esferas de decisão. Não é de admirar que os autores que trabalham a representação se tenham focado mais na ideia da

¹ Consultar o dicionário de Português. A edição aqui utilizada é a de 1999 (8ª edição) da Porto Editora. Também disponível em dicionários online como o Priberam.

² Para o estudo de Burke não utilizamos nenhum dos seus textos originais. A obra utilizada para o estudo foi *A Filosofia Política de Edmund Burke* (Ivone Moreira 2012). Para um estudo da sua teoria da representação ver especialmente cap. IV, sec. 4.

representação responsiva (*responsive representation*) (Pettit 2010).³ É mais que coincidência que a ideia de uma esfera pública seja simultânea à de democracia. Se as teorias da representação e os estudos empíricos sobre a mesma se fundam sobre o conceito de *responsiveness*, como também Pitkin já havia atestado, e este, por sua vez radica no próprio conceito de poder, propomo-nos agora a definir um conceito de poder adequado aos nossos intentos. Não é nosso objectivo fazer um estado da arte exaustivo acerca do mesmo, mas sim compreender algumas dimensões das suas dimensões fundamentais. Utilizaremos para esse fim o conceito de poder em Hannah Arendt, a cujas teorias contemporâneas da democracia, especialmente as teorias deliberativas – de forma consciente ou não- muito devem. Analisaremos antes alguns dos conceitos de poder mais recorrentes ao qual iremos contrapor o conceito de poder que aqui nos interessa. Antes, contudo, iremos tentar compreender o que se entende por esfera pública de uma forma mais geral, para compreender posteriormente como a ideia de soberania popular necessita ela própria deste espaço.

³ Note-se que a representação não tem que ser necessariamente “responsive”. De facto este é um critério normativo que foi inserido para salientar a ideia do poder popular com o qual a representação tinha dificuldade em associar-se. Pettit foca-se bem nesse ponto, distinguindo a ideia de representação indicativa e responsiva, essencialmente opostas no que toca à relação entre representantes e representados. (Pettit 2010).

Capítulo 1: Um conceito mais democrático de poder

A nossa investigação dependerá largamente de um conceito de poder comunicativo. Este primeiro capítulo dedica-se a esclarecê-lo sinteticamente. Em ordem a este fim iremos antes de mais definir um conceito do qual é dependente – o de esfera pública. Iremos recorrer fundamentalmente a Kant e Habermas, tanto para compreender qual a função democrática de uma esfera pública, bem como para compreender aquilo do qual ela depende, a saber, do discurso entre os intervenientes. No segundo ponto deste capítulo iremos delinear sumariamente alguns conceitos de poder que têm tido mais destaque na ciência política. Procuramos aqui compreender a natureza teleológica dos conceitos mais recorrentes de poder e questionaremos a sua compatibilidade com uma ideia profunda de democracia. No terceiro ponto iremos esclarecer o conceito de poder comunicativo – com a esfera pública no seu centro. Buscaremos compreender como este pode ser de maior importância e, como iremos defender ao longo do trabalho, poderá ter um papel fundamental na democracia representativa.

1.1 -Um quadro muito geral de uma esfera pública concebida no seu sentido normativo: os trâmites comunicativos de Kant e Habermas

O conceito de esfera pública e democracia são coessenciais. Para nos apercebermos deste facto basta olharmos para os seus momentos históricos, desde o seu aparecimento na Grécia até às suas modalidades modernas e contemporâneas. A razão que explica este fenómeno é bastante simples e pode encontrar-se na etimologia do próprio termo “democracia”. Se a legitimidade do exercício do poder político emana da soberania popular, deve convir ao povo uma estrutura sediada na sociedade que escrutine esse exercício por parte dos decisores ou representantes. Escolhemos aqui Kant e Habermas para definir os traços gerais de uma esfera pública no seu sentido normativo. Escolhemos estes porque definem aqueles que devem ser, em traços gerais, os trâmites normativos da esfera pública. Escolhemo-los também pela sua enorme proximidade, bem como pela reconhecida importância que ambos tiveram no desenvolvimento do conceito. Tanto Habermas como Kant trabalham a teoria de uma esfera pública em termos de política, legislação e moral (McCarthy 1992: 51). Por outro lado, ambos enfatizam o carácter comunicativo de uma esfera pública, baseado em processos críticos-rationais que tendem para um consenso. Note-se que Kant nunca falou deste consenso no sentido próprio do termo, mas meramente de um esclarecimento

(*enlightenment* - ou *aufklärung* no alemão) transposto para uma constituição universal que se manifesta como um “poder irresistível”⁴.

O início do pensamento moderno – concebido em termos políticos e não filosóficos ou científicos- é marcado por Kant. Para compreender o conceito de esfera pública em Kant utilizaremos aqui dois textos do próprio – *Resposta à Questão: O Que é o Iluminismo?* ([1784] 2010), e *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* ([1784] 1969)⁵- e como recurso, um capítulo da *Transformação* de Habermas dedicado ao mesmo (2012: § 13, 206-225). Kant parte de uma concepção onto-gnosiológica do homem que determina de “imaturidade” (2010: 3) ou “menoridade” (conforme traduzido na versão portuguesa da *Transformação*; Habermas 2010: 208). Esta condição é como uma “segunda natureza do homem” (Kant 2010: 4), na qual “ele próprio incorre” (*self-incurred*) pela “falta de coragem de usar o seu entendimento sem a orientação do outro” (2010: 3). O iluminismo, isto é, a tendência para a auto-compreensão moral do homem, só pode ser atingido segundo o *princípio do uso público da razão* (2010: 4; 1969: 30).

O título do capítulo de Habermas dedicado a Kant –*A publicidade como mediação entre política e moral*- deixa entrever esta orientação moral da política. Se para Kant o iluminismo é este desvendamento moral do homem através do uso público da razão e da submissão das opiniões privadas à crítica pública, podemos dizer que a política é a manifestação por excelência deste esclarecimento (*aufklärung*). A quinta proposição da *Ideia de uma História Universal* reza assim:

“O maior problema da espécie humana, a cuja solução a natureza força o homem, é o estabelecimento de uma sociedade civil, que administre universalmente o direito. [...] por isso a tarefa máxima que a natureza destina à espécie humana é necessariamente a criação de uma sociedade, em que a liberdade, submetida a leis externas, se encontre ligada, o mais estreitamente possível, a um poder irresistível, isto é, à criação duma constituição civil e perfeitamente justa.” (1969: 33)

⁴ Note-se que as teorias mais recentes de uma esfera pública, pressupondo muitas das premissas aqui propostas, têm avançado com o problema. A questão da unidade da esfera pública e da ideia de consenso tem sido cada vez mais debatida (vejam-se por exemplo artigos fundamentais como os de Fraser (1992) ou Negt e Kluge (2010)). Também o processo racional tem sido questionado, questionando-se agora se a ideia de deliberação não pode viver de outras formas de discurso, e se estas não são até recomendáveis para democracia (ex: Mouffe: 2010). Pretendemos, antes de mais, compreender a esfera pública um sentido amplo. Este será um ponto fundamental do nosso trabalho.

⁵ Outros textos, como *A Crítica da Razão Pura* ([1781] 2010) ou a *Crítica da Razão Prática* ([1790] 1984) seriam também de útil análise complementar, mas bastar-nos-ão para os nossos intentos os textos propostos.

Por este trecho pode-se notar uma “congruência da política com a moral” (Kant citado em Habermas 2010: 214), denotando que o *uso público da razão* não está somente “ligado à autonomia pessoal, mas também à legitimidade política” (Gripsrud et al. 2010: xvi). O esclarecimento, que só pode ser atingido por meio de um público que raciocina criticamente é o fundamento da legitimidade do poder político. Esta esfera pública regida pelo *princípio da publicidade* dos assuntos que nela são aceites, constitui-se como uma esfera pública com funções políticas, logo que o seu público seja “o público dos cidadãos” que se debruçam sobre os “assuntos da *res publica*” (Habermas 2010: 212). É neste sentido que a publicidade dos assuntos do Estado – em Kant especialmente os assuntos da constituição civil como Direito Público, isto é, como matérias legislativas vinculativas para todos- é o princípio que pode legitimar o exercício do poder, posto que é nesta esfera pública que se escrutina e esclarecem os tópicos em discussão e que se encontra o verdadeiro sentido de uma soberania popular.

O pensamento Kantiano abre dois tópicos que ainda hoje continuam a exercer um forte poder sobre aqueles que se debruçam sobre a esfera pública. Por um lado, é nesta que Kant encontra a legitimidade do exercício do poder político; por outro, ela vive e reproduz-se a partir de um processo comunicativo crítico assente no princípio da publicidade, do uso público da razão no seu sentido crítico e comunicativo, a partir do qual o indivíduo pode transcender a sua menoridade. Podemos definir a esfera pública no sentido Kantiano como o espaço social – contraposto à maquinaria do Estado- onde através da publicidade, o discurso crítico de um público pode legitimar o exercício do poder pelos representantes. Lido num sentido Habermesiano, o produto do esclarecimento, isto é, do público que pelo discurso crítico sai da sua menoridade, é aquilo que pode ser determinado como *opinião pública*. Como diz Habermas, o que falta a Kant é o conceito de opinião pública (Habermas 2012: 222). Não é portanto de estranhar que as discussões acerca da esfera pública sejam muitas vezes reposicionadas no tratamento da opinião pública, como se irá entre vendo ao longo este trabalho. A ideia de opinião pública está contida na ideia de esfera pública, de tal forma que uma crítica da opinião pública pode ser entendida como a crítica de um ideal da esfera pública.

O pensamento Habermesiano coincide largamente com o de Kant, emprestando-lhe ainda o conceito que lhe faltava, o de opinião pública. A narrativa Habermesiana começa portanto num modelo normativo da esfera pública situado historicamente no

liberalismo e imediatamente relatado à classe burguesa que a compunha⁶ – como indica o subtítulo, *Investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Não poderemos aqui abordar com rigor a “deslumbrante e complexa narrativa que integra motivos sociológicos, históricos, políticos, económicos, legais, de media” e ainda “as mudanças na vida familiar e na arquitectura que estiveram envolvidas na emergência e eventual desintegração da esfera pública burguesa” (Bernstein 2012: 768)⁷; podemos contudo fornecer uma breve abordagem ao tema, começando antes de mais por compreender o “núcleo normativo” da esfera pública burguesa como apresentada por Habermas.

A esfera pública burguesa, enquanto modelo normativo que sirva de guia a uma possível esfera pública para uma democracia actual, fundava-se antes de mais numa separação rigorosa dos domínios público e privado. Como diz Habermas, “o modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rigorosa entre os domínios público e privado, sendo que a própria esfera pública, constituída pelas pessoas privadas reunidas num público, que medeia o Estado e as necessidades da sociedade, era ela própria considerada parte do domínio privado”⁸ (Habermas 2012: 305). Só a partir desta oposição essencial entre público e privado, entre esfera íntima/social e Estado se pode compreender a própria estrutura da esfera pública burguesa, tal como proposta numa das

⁶ Talvez o maior fantasma que paira sobre *A transformação Estrutural* é o do carácter exclusivista da esfera pública nela proposto. Segundo alguns autores, o conceito de esfera pública proposto por Habermas viola a sua própria condição que é a da acessibilidade universal à mesma (Habermas 1974: 49). Algumas críticas como a de Fraser (1992) ou Allen (2012) apontam para um desprezo de Habermas relativamente a esta questão. Contudo autores como Bernstein (2012) ou Mansbridge (2012) defendem o autor relativamente a esta questão. Acreditamos que as críticas relativamente ao desprezo do carácter exclusivista sejam descabidas. Na verdade Habermas não foge à questão e compreende que a esfera pública burguesa desenvolvida se funda sobre uma “identidade fictícia entre papéis”, e que as condições da sua acessibilidade são uma consequência dessa ficção: “A esfera pública burguesa desenvolvida baseia-se na identidade fictícia dos dois papéis assumidos pelas pessoas privadas reunidas num público: o papel de proprietários e o de simples seres humanos”. (Habermas, 2012, p.141). Habermas não defende as condições elitistas e exclusivistas do acesso a essa esfera pública, mas antes o modelo normativo assente nos seus processos comunicativos. Acreditamos portanto que uma crítica ao carácter exclusivista da esfera pública burguesa falhe redondamente o ponto do autor – que o mesmo não se recusa a criticar.

⁷ Alguns artigos, como o do próprio Habermas (1964) e o de Calhoun (1992: especialmente sec. V), exploram resumidamente este conjunto de variáveis que influem no processo da desintegração da esfera pública.

⁸ O capítulo V da *Transformação Estrutural* (2012) é a narrativa do progressivo entrosamento entre o público e o privado, tanto enquanto “socialização do Estado” como a partir de uma “estatização da sociedade”. Este processo é marcado pela polarização da esfera social e da esfera íntima, isto é, pelo desdobramento do próprio conceito de privado que culmina como uma publicização da esfera social ao deslocar do seu núcleo a esfera íntima. Com este entrosamento dos domínios público e privado, o público é “aliviado das suas tarefas”, ou mais propriamente, é substituído por outras instituições. Por um lado, as esferas estatizadas da sociedade, isto é, as esferas económicas, ao eliminarem a família do seu núcleo, dotam-se de um carácter corporativista, na medida em que “os interesses privados colectivamente organizados procuram dotar-se de uma forma política imediata” (305). Por outro, os partidos, que inicialmente eram os instrumentos da esfera pública, estabelecem-se acima da mesma, fundindo-se com os órgãos do poder público (305). Analisaremos o tema com mais cuidado no ponto 2.

mais citadas passagens da *Transformação Estrutural* que deixa também entrever o processo comunicativo e a função que lhe são próprias:

“A esfera pública burguesa pode ser compreendida, antes de mais, como a esfera das pessoas privadas reunidas num público; estas não tardam em reivindicar a esfera pública regulamentada pelas autoridades, mas contra o próprio poder público, para discutirem com este as regras gerais de relacionamento na esfera em princípio privada, mas publicamente relevante, da troca de mercadorias e do trabalho social.” (Habermas 2012: 203).

Obviamente, estas delimitações se fundam sobre a própria ordenação política e social do liberalismo, tendendo a preservar esta mesma ordem. Nas palavras de Habermas, “por esfera pública, entendemos antes de mais, o domínio da vida social onde algo aproximado à opinião pública pode ser formado” (1974, p.49). A primeira questão que nos devemos colocar é o que significa *opinião pública* para o autor. A opinião pública é antes de mais o resultado da “ discussão crítica (ênfase minha) no seio da esfera pública”, dependendo tanto “da reflexão privada sobre os assuntos públicos” como “do debate público dos mesmos” (Habermas 2012: 194-195). Se à reflexão privada – fundada na esfera íntima- pertence o domínio da “opinião”, é sobre a sua apresentação no espaço público, no seu processamento crítico através do debate, que a opinião pública pode florescer⁹. A opinião pública é portanto o produto processamento crítico-racional dos argumentos dos indivíduos privados reunidos num público. Como nos diz Calhoun, para Habermas, “a opinião pública refere-se positivamente às perspectivas daqueles que se reúnem num debate crítico-racional¹⁰ acerca de um determinado assunto” (1992: 17):

“A esfera pública não se pode ser pensada como uma instituição e muito menos uma organização.[...] a esfera pública pode ser melhor descrita como uma rede de comunicar informações e pontos de vista; estas vagas de comunicação são, no processo [comunicativo] sintetizadas e filtradas em opiniões públicas determinadas. Como o

⁹ A expressão “opinião pública” denota para Habermas a superação da opinião como *doxa* e a sua conversão em *episteme*.

¹⁰ Saliente-se aqui que a ideia de uma esfera pública, apesar de se basear quase sempre na ideia de um discurso comunicativo crítico, nem sempre está tão subordinado à razão com Kant e Habermas pretendem. Lembremo-nos por exemplo de Dewey (2004) , Mouffe (2010), Young (1996, 1997), Sanders (1997), Hall (2007), Mansbridge (1996, 2010), entre outros.

lifeworld¹¹ como um todo, a esfera pública reproduz-se pela acção comunicativa.” (Habermas 1996: 362).

A função própria desta opinião pública é o controlo do exercício do poder por parte dos seus detentores. Ela manifesta-se essencialmente como um poder¹²- ou talvez, mais propriamente, um contra-poder- independente que limita o próprio poder político: “não governa, mas o governante esclarecido terá de seguir o seu parecer” (Habermas 2012: 196). Mais uma vez este poder não se pode estabelecer sem o público, isto é, a opinião pública que limita o poder, só pode ser realmente um poder na medida em que se estabelece como o resultado de um processo comunicativo – crítico-racional- entre indivíduos privados que tem como fim a depuração e a expurgação do erro das “meras opiniões”¹³. Esta opinião pública “forma-se na discussão pública, depois de o público ter sido capacitado, por educação e informação, a expressar uma opinião fundamentada.” (Habermas 2012: 154). Neste espaço público o confronto das subjectividades dos indivíduos privados abria espaço à emancipação de uma objectividade obtida a partir da razão crítica, pela força do melhor argumento. A *opinião pública* colhia o seu significado original neste mesmo contexto público-crítico.¹⁴

¹¹ Analisaremos o conceito no ponto 1.3.

¹² A utilização do conceito de poder aqui está dependente daquilo que foi dito previamente. Na verdade para Habermas a opinião pública não se manifesta como poder mas antes como exercício da racionalização do mesmo: “Uma vez que o raciocínio público das pessoas privadas se afirma de forma convincente como um apuramento, isento de violência [...] uma legislação que se reporta à opinião pública não pode ser considerada expressamente como dominação. [...] Embora esteja construída como poder, a legislação deve ser o resultado, não de uma vontade política, mas de um acordo racional.” (Habermas: 2012: 176) O próprio poder político só se pode constituir distintamente da *dominação* quando se reporta à opinião pública como sua fonte. Luhmann chama à opinião pública “o poder invisível do visível”, o que não deixa de ser a nossa ver um expressão bastante acertada para a determinar (2006: 66).

¹³ O argumento tem um fundamento quase epistemológico. Como escrevia Mill: “Se todos os seres humanos, menos um, tivessem uma opinião, e apenas uma pessoa tivesse a opinião contrária, os restantes seres humanos teriam tanta justificação para silenciar essa pessoa, como essa pessoa teria justificação para silenciar os restantes seres humanos, se tivesse poder para tal. [...] Se a opinião for correcta, ficarão privados de tocar o erro por verdade; se estiver errada perdem uma impressão mais clara e viva da verdade, produzida pela sua confrontação com o erro.” (Mill 2010: 51). Não deixa de ser curioso que esta passagem seja uma crítica da opinião pública como mecanismo de dominação. Isto deve-se à crença que a opinião pública pode aniquilar a pluralidade das perspectivas. O mesmo argumento encontra-se ainda em Hannah Arendt. Sobre a crítica de Mill à opinião pública pode ainda ver-se Habermas (2012: 240-257).

¹⁴ Não podemos deixar aqui passar uma importante nota (que na verdade merecia um local de maior destaque para a sua exposição). Se tanto para Kant como para Habermas, a esfera pública situada historicamente no período liberal reflectem um carácter exclusivista (pela educação e pela propriedade que eram os critérios da sua admissão), o conceito de esfera pública tem hoje como fundamento da sua própria legitimidade, o princípio da inclusividade (ou princípio da inclusão deliberativa, nos termos de Cohen) –isto é, o igual acesso a todos, sem distinção. É sobre este princípio que radicarão outros como a da igualdade e da equidade – a igual importância de todas as perspectivas na construção do discurso. Aliás, é neste princípio que radica a própria legitimidade da esfera pública. De facto esta parece ser a única perspectiva contemporânea, não havendo qualquer outra que se lhe oponha. Meramente como

A esfera pública manifesta-se essencialmente nestes dois autores como o espaço da verdadeira soberania popular, o filtro onde criticamente, a legislação pode ser legitimada através do escrutínio que se manifesta como um contra-poder, ou poder negativo, como lhe chamam Rosanvallon (2008) ou Urbinati (2010). A esfera pública é o espaço onde radica o próprio poder popular. Habermas e Kant tendem a enfatizar a importância desta proximidade entre a esfera pública e o exercício do poder político dos representantes do povo. Em poucas palavras, a sua preocupação é como relacionar legitimamente o poder do povo e o poder dos representantes que agem por si. A questão é: como podemos nós definir a ideia de poder a partir de uma esfera pública?

Neste ponto que agora se abre tentaremos, como já ficou dito, conceber uma ideia de poder que possa coadunar-se à ideia de “poder do povo” como fonte legítima do exercício do poder político pelos seus agentes, os representantes. Para conceber a ideia do poder do povo, defenderemos, devemos repensar brevemente alguns conceitos clássicos de poder e ver até que ponto se podem adequar à ideia de um poder emanado pela esfera pública, no seu sentido inclusivo e igualitário.

1.2 - Sobre o conceito instrumental de poder: a teleologia do conceito

Como nos diz Martin, o conceito de poder, “como o de amor, é continuamente usado no discurso comum, compreendido intuitivamente, mas raramente definido” (1971: 241)¹⁵. Um dos autores mais influentes no estudo do conceito de “poder” é provavelmente Dahl, cujo artigo *The Concept Of Power* (1957) fundou largamente um dos mais influentes estudos empíricos da ciência política, *Who Governs?* ([1961] 1971a),

exemplo, citamos Cohen (1997b), Knight and Johnson (1997), Chistiano (1997), Bohman (1997): vejam-se ainda Bohman e Rehg (1997); Elster (1998); Macedo (1999). A perspectiva é tão premente que nos escusamos sequer a mudar de antologia, e deixamos agora claro com a citação de um bom estado da arte sobre o tema: “Uma democracia deliberativa e participativa é antes de mais inclusiva. Todos os cidadãos têm que estar incluídos no processo e serem capazes de expressar a sua voz.; contra a hierarquia, ela requer algumas formas aparentes de igualdade entre os cidadãos; de facto a deliberação toma lugar entre cidadãos livres e iguais. Isto significa que o processo deliberativo toma lugar sob condições de uma pluralidade de perspectivas onde os cidadãos enfrentam problemas comuns” (della Porta 2013: 67). Este princípio ir-se-á deixando entrever ao longo da investigação. A questão importante e difícil de responder é: que género de igualdade requer a democracia deliberativa? Aí sim, as perspectivas dividem-se e muito se coloca em questão. Veja-se por exemplo Knight and Johnson (1997), Sanders (1997), como dois bons estudos acerca do assunto. Outra questão importante é se a deliberação não pode ajudar a reproduzir as desigualdades –sociais, intelectuais, económicas, etc., e a oprimir os grupos que já eram oprimidos (veja-se, por exemplo, novamente, Sanders 1997; Della Porta 2010: 68; Fung 2005).

¹⁵ O artigo de Martin (1971) explora bem as definições e dificuldades de alguns dos mais influentes conceitos de poder, desde Weber e Parsons, a Dahrendorf e Blau, entre outros. Não é contudo nosso intento, como já foi dito, fazer um estado da arte aprofundado do conceito. Pretendemos acima de tudo estabelecer um conceito de “poder” satisfatório para a nossa investigação. Outro estudo interessante sobre o conceito de poder, especialmente em Parsons, Weber e Arendt é o de Habermas (1977), mas que também vai sendo desenvolvido ao longo de *Entre Factos e Normas* (1996).

publicado cinco anos mais tarde. Robert Dahl define o poder – de forma muito similar à de Weber- como a capacidade de “A exerce[r] poder sobre B, de tal forma que B é impelido a fazer aquilo que B não faria de outra forma” (1957: 202-203)¹⁶.

O conceito de “poder” defendido por Dahl tem ainda implícito um fundamento teleológico que se deixa transparecer em *Who Governs?* (1971a). À semelhança de Weber, que define o poder como “todas as hipóteses dentro de uma relação social para declarar a vontade (*will*) de outrem, mesmo com a oposição deste” (citado em Habermas 1977: 4; ver também Martin 1971: 241)¹⁷. Segundo Weber, o poder distingue-se da coerção na medida em que o poder só pode existir com o consentimento das partes (Habermas 1977: 4). Assim definido, o conceito de poder é essencialmente relacional, teleológico e instrumental¹⁸, visto que se refere a uma relação entre sujeitos e aos meios próprios que um usa para exercer o poder sobre outro. Como diz Habermas, o poder é neste sentido a capacidade “de um sujeito individual (ou um grupo que possa ser tomado como um indivíduo) escolher os meios apropriados [sejam eles económicos, físicos, intelectuais, etc.] para atingir um objectivo que ele mesmo se propôs [desprezando simultaneamente a vontade de outrem] ” (Habermas 1977: 3). O conceito de poder proposto por Dahl e pelos pluralistas pode ser resumido como “capacidade dos interesses organizados em levar a sua avante (*to have it their way*)” (Habermas 1996: 331). Parsons por seu turno define o conceito de poder como “a capacidade de um sistema social mobilizar recursos para atingir um determinado objectivo” (citado em Habermas 1977: 5). Novamente, o sentido que Parsons lhe confere é essencialmente teleológico. A crítica Habermesiana aos conceitos teleológicos do poder – mesmo o de Parsons que denota inclusivamente a ideia de consenso e de interesse comum- é que estes não podem constituir-se verdadeiramente como algo distinto da força ou da coerção. O conceito comunicativo de poder que iremos defender no próximo ponto opõe-se a esta concepção teleológica de poder:

¹⁶ Relembre-se contudo o influente artigo de Bachrach e Baratz (1962) que acrescenta a importância da não-decisão como forma de poder. Neste sentido, o poder pode também ser concebido a partir de uma concepção negativa da decisão. De facto, o alargamento do conceito de poder para a esfera da não-decisão é uma proposta que vem contra o modelo de poder dos pluralistas como Dahl (ver Held 1996: 199-200)

¹⁷ Os conceitos de “poder” em Dahrendorf e Blau fundam-se sobre a mesma concepção teleológica do poder e na ideia de uma dinâmica essencialmente relacional do mesmo, apesar de algumas diferenças mínimas. Ver Martin (1971: 241-246).

¹⁸ Hanna Arendt processa uma cisão entre violência e poder fundada exactamente sobre a diferença entre o carácter instrumental e o carácter não-teleológico dos mesmos. (Arendt 1972: 103-185). Este é um tema que iremos explorar já de seguida.

“Clarifiquemos isto. A força de um consenso produzido por uma comunicação não constrangida, não pode ser medida através do sucesso relativamente a um objectivo, mas apenas como a reivindicação de uma validade racional que é imanente ao discurso. [...] ele não é primariamente diridido para o sucesso, mas somente para a sua validade racional” (Habermas 1977: 6)

Talvez uma das críticas mais importantes a fazer aos conceitos teleológicos do poder é que “descartam a possibilidade de relações de poder mutuamente convenientes”- excepção aqui ao conceito de Parsons- (Martin: 245), isto é, descarta que possam existir relações de poder fundadas sobre um consenso crítico entre as partes. Esta crítica é especialmente importante dentro do campo da democracia representativa. Se a delegação do poder por parte dos representados supõe que o poder seja exercido contra a sua “vontade”, então o conceito de *responsiveness* perde a sua validade dentro da democracia representativa. Em *Who Governs?* (1971a) Dahl parece contornar este problema invertendo exactamente o foco do poder passando-o para as esferas sociais e económicas. À primeira vista, esta concepção parece democrática no mais restrito sentido do termo, visto que o poder é exercido de baixo para cima. Contudo, existe um problema ao qual Dahl não foge e que tem maiores consequências para a democracia.

“Contra esta igualdade legal dos cidadãos na cabine de voto, está uma desigual distribuição dos recursos que podem ser utilizados para influenciar¹⁹ a decisão dos eleitores e, entre eleições, dos oficiais” (Dahl 1961: 103)²⁰.

O problema do poder radica portanto no fenómeno fundamental da desigualdade da distribuição de recursos e, conseqüentemente, na desigualdade de meios para exercer o poder. O carácter instrumental deste conceito de “poder” contém porém um problema ao qual pretendemos dar uma resposta. Este problema é essencialmente ontológico.

¹⁹ A capacidade de influenciar as decisões dos eleitores e do público em geral corresponde àquilo que Arnstein designa de “unempowerment” – termo que não tem correspondência em português. (Arnstein 1969).

²⁰ Esta crítica pode também ser usada contra as teorias deliberativas da democracia que aqui investigaremos. “Desigualdades económicas permitem aos partidos mais prósperos moldar impropriamente o poder comunicativo Mobilizando várias formas de suporte ou privatizando áreas de domínios de deliberação pública. Outro efeito desta desigualdade é a diferença entre a capacidade de deliberação de cada indivíduo. Desigualdades políticas e administrativas, permitem aos oficiais restringir e eliminar domínios de deliberação governativa.... Desigualdades culturais podem favorecer um discurso hegemónico ou estilos de comunicação nas arenas de decisão deliberativa” (2005, p. 413). Fung denomina este fenómeno de “*Deep structure of Deliberative Failure*”. O tema das consequências da desigualdade na democracia deliberativa é um tema recorrente. O nosso intento é fornecer um conceito de poder que possa antes de mais contornar este problema. Esta questão é na óptica de Elster uma das mais prementes na teoria deliberativa (1998: 16).

Definir o “poder” através da agência, isto é, através da capacidade de o exercer, supõe a existência da condição da sua própria possibilidade, isto é, a existência do próprio poder. Este problema está implícito nos autores que aqui abordamos e que de alguma forma contêm o próprio conceito de poder. O poder corresponde, para Dahl, Weber e Parsons, aos recursos – os meios²¹ - para atingir o fim – a imposição da sua vontade.

Cremos portanto que uma democracia fundada sobre este conceito de poder é uma democracia sujeita a umas quantas questões, entre elas qual o verdadeiro significado e posicionamento do poder do público dentro da mesma. Tentaremos agora formular um conceito de poder que não seja exclusivamente um meio, mas um fim em si mesmo. Procuraremos portanto decifrar uma significação ontológica do conceito e questionar-nos como ele pode ser posto em prática. Interessamo-nos aqui pelo conceito de poder em Hanna Arendt, pensadora ímpar da teoria política do século XX.

1.3 - Um conceito comunicativo de poder em Hannah Arendt: a esfera pública, o espaço da aparência e o mundo

Segundo Habermas existem três instâncias distintas do poder político: a aquisição e manutenção (*acquisition* e *maintainance*) próprias das lutas de poder pelos cargos ao qual a legitimidade está vinculada; o uso (*employment*) do poder político e, por fim, a geração (*generation*) do poder político (Habermas 1977: 17)²². Habermas indica que o conceito de “poder” proposto por Arendt está íntima e exclusivamente ligado a esta última instância. A aquisição do poder remete-nos para a luta eleitoral dos candidatos e partidos; o uso remete-nos para aplicação da “regra” – expressão de Habermas-, da lei, para a capacidade de a formular e aplicar: é o contexto de decisão política propriamente dito. A geração, contrariamente, remete-nos para o espaço onde o próprio poder emerge que é, para Arendt, a esfera pública²³. Se a aquisição do poder estivesse relacionada com os meios -económicos, sociais, físicos etc.- esta dever-se-ia confundir com a própria geração do poder – como em Dahl ou Weber. A geração do poder é anterior à

²¹ Pela democracia deliberativa parece estar disseminada a ideia que o poder não tem que ver com os meios para impor a vontade. Neste sentido escreve Cohen que “numa sociedade justa as oportunidades e poderes políticos devem ser independentes da posição económica ou social” (1997: 69).

²² Veja-se por exemplo como Wolin também divide um poder colectivo (comunicativo) e o poder material expresso na luta pela aquisição do poder, traçando paralelamente uma distinção curiosa entre o político (the political) e a política (politics) (Wolin 1996). Sobre a ideia de um poder comunicativo ver ainda Habermas (1996: 146-151).

²³ Note-se que Habermas critica Arendt por esta não explicar como o poder comunicativo se pode transformar em poder executivo: “Com o conceito de poder comunicativo só seguramos a ideia da emergência do poder, mas não o processo administrativo do poder constituído, isto é, o processo do exercício do poder” (1996: 149).

sua delegação – aquisição- e ao seu uso, de tal forma que o processo da geração do poder é indispensável para compreender as outras duas instâncias. Numa democracia representativa deverá ser este poder que é delegado.

A esfera pública é em Arendt sinónimo de esfera política²⁴. A esfera pública é, além do mais, a esfera própria do homem “verdadeiramente homem”, ou seja, do *zoon politikon*. A actividade própria do homem na esfera pública é a acção²⁵. Arendt começa por definir a acção como “a única actividade que se exerce directamente entre homens sem a mediação das coisas ou da matéria [como acontece com o trabalho] e corresponde à condição humana da pluralidade”. Por outro lado, “esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas *conditio sine qua non*, mas também *conditio per quam*- de toda a vida política” (2001: 20). O conceito de esfera pública denota dois fenómenos distintos mas intimamente relacionados. Ela é o *espaço da aparência* onde se constitui o *mundo*²⁶. Também o conceito de acção é essencialmente bifurcado em *agere* (iniciar) e

²⁴ Como diz Habermas, “Arendt estiliza a imagem que tem da polis grega como a essência da própria política.” (Habermas 1977: 14) Não iremos aqui abordar o conceito de político de Arendt, que é absurdo dentro de sociedades actuais. Os conceitos de político e de público são as grandes fraquezas nas teses de Hannah Arendt como Habermas (1977: 15 e ss.), Pitkin (1981) ou Benhabib (1992) apontam, levando inclusivamente ao absurdo dentro de sociedades modernas. Entenda-se aqui que quando falamos de “público” referimo-nos ao público como domínio próprio dos assuntos que pertencem à *res publica*. Por público, deixamos já aqui claro, que entendemos algo muito mais amplo que Arendt. Barber parece oferecer-nos um conceito de público que tende a relacionar melhor as categorias de “público” e “privado”. Se para Arendt a categoria do “público” tem um sentido ontológico que exclui de si tudo o que é privado – economia, família, etc...-, Barber fornece-nos uma terminologia mais flexível, na medida em que define o “público” a partir de uma perspectiva consequencialista. “A política descreve o domínio da acção, mas nem toda a acção é política. Podemos mais propriamente restringir a política à acção pública; isto é, pela acção que é levada a cabo pelo público e que intenta ter consequência públicas [...] As condições mudam e com elas a noção de público. Uma política flexível obriga a que sejamos sensíveis a essa mudança e que estejamos constantemente dispostos a reformular o que é público e o que não é. [...] se o que afecta o público é político, então muito mais obviamente o que o público faz enquanto comunidade é político. Se todas as acções com consequências públicas são políticas, então todas as acções públicas também o são necessariamente. Quando eu ajo, a publicidade do meu acto só pode ser medida pela publicidade (ou privacidade) das suas consequências.” (Barber 1984:123-124). O conceito de “público” em Barber recolhe ao mesmo tempo a identidade com o “político” patente em Arendt – a sua maior força- ao mesmo tempo que flexibiliza a distinção entre “público” e “privado” na medida em que o toma a partir de uma perspectiva consequencialista. Nesta investigação abordaremos aquilo que pertence ao *domínio* público com esta definição em mente. Gripsrud alerta-nos para a plurivocidade do conceito de público que não iremos aqui dissecar, mas que iremos trabalhando ao longo da investigação (Gripsrud et al.: xiv).

²⁵ Arendt começa *A condição Humana* (2001) definindo as três actividades fundamentais que constituem a condição humana: o labor, o trabalho e a acção. O labor e o trabalho pertencem à esfera privada e dela não devem sair. A acção pelo contrário é a actividade própria do cidadão, isto é, daquele que acede à esfera pública (2001: 19-20). Apesar de fundamentais para a compreensão do pensamento de Arendt não podemos aqui alongar-nos na sua explicação, visto que tal remeteria para várias outras categorias que não são aqui do nosso interesse. Uma vez mais, é nosso intento deixar claro o conceito de “poder” de Arendt, tentando compreendê-lo sem nos remetermos a muitas outras instâncias fundamentais do pensamento Arendtiano.

²⁶ Sem querermos parecer arrogantes, parece-nos que o conceito de mundo em Arendt tem sido, pelo menos incompreendido, para não dizer desprezado. De facto, apesar de Arendt conceber uma esfera

gerere (levar a cabo), denotando ao mesmo tempo o indivíduo e o *outro* como coessenciais para a constituição do *mundo*. Esta dualidade interna dos próprios conceitos funda-se num paralelismo entre *espaço da aparência* e *agere* e entre *mundo* e *gerere*.

“É como se toda a acção estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, a que muitos aderem para conduzir, acabar, levar a cabo o empreendimento” (2001: 238).

Em primeiro lugar a esfera pública é o *espaço da aparência*. Este espaço é aquele onde os iguais (*homoioi*)²⁷, entre pares, apresentam a sua perspectiva sobre determinado objecto (tangível ou não) comum. A igualdade não invalida a condição humana da pluralidade porque “se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem, ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso e da acção para se fazerem entender” (2001: 224). Sem pluralidade – isto é, diferença – a acção seria inconcebível, visto que esta só pode ser compreendida a partir do assomar da individualidade *perante os outros*. Também por este motivo a “acção não é possível no isolamento” (2001: 237). A acção é a actividade política que se desenvolve na esfera do público, naquela esfera do que é comum (*koinon*) aos cidadãos.

Em segundo lugar temos o conceito de *mundo* intimamente relacionado com a esfera pública e com o espaço da aparência. O *mundo* é para Arendt uma produção intersubjectiva dos indivíduos, que não podem existir sem o *outro*, bem como necessita da pluralidade e da diferença, “acabando quando é visto apenas sobre um aspecto e só lhe é permitida uma perspectiva” (2001: 73). O mundo não é um objecto “tangível” nem uma realidade física mas antes o produto da “mediação subjectiva” ao qual Arendt dá o nome de “teia das relações humanas” (2001: 232). Mundo refere-se a uma *compreensão* da *realidade* adveniente do confronto de perspectivas da pluralidade dos homens²⁸. Para

pública no sentido agonístico, “na competição pela aclamação e imortalidade” (Benhabib 1992: 87; veja-se também Pitkin 1984), os seus leitores têm-se focado especialmente num dos lados da esfera pública – o espaço da aparência. No conceito de esfera pública proposto por Arendt existe uma dimensão – o mundo – que tende para o consenso. Pretendemos deixar bem explícita essa dimensão.

²⁷ A igualdade só existe na esfera pública, assim como a liberdade. De facto a igualdade é a essência do conceito de liberdade. “A igualdade portanto, longe de estar relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significa ser isento da desigualdade presente no acto de comandar, e mover-se numa esfera onde não existiam governo nem governados” (2001: 47).

²⁸ “A acção, portanto, não só mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única actividade que o constitui. [...] para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo facto de *aparecerem* (itálico meu) a todos [...] o espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da acção” (2001: 248-249).

Arendt, “o termo “público” significa o próprio mundo na medida em que é comum a todos nós” (2001: 67); ele é “um artefacto humano” que une e separa os homens, que os “reúne” evitando que “colidam”. O mundo “é um fenómeno essencialmente político” (2001: 69)²⁹. Qual é então a diferença entre mundo e espaço da aparência? O espaço da aparência é a condição da possibilidade do próprio mundo. Se o espaço da aparência está relacionado com a iniciativa individual (*agere*), onde o objecto aparece na pluralidade das perspectivas, o mundo designa um fenómeno unitário (*gerere*).

“A igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam de ser igualados, sob certos aspectos e por motivos específicos” (Arendt 2001: 265).

O mundo pode ser definido como aquilo que é levado a cabo por todos após o confronto das perspectivas. O mundo “reúne os homens” significa que o mundo é uma perspectiva partilhada – apesar de não ser estática- por aqueles que o habitam e constroem. A esfera pública tem portanto uma dupla acepção ao mesmo tempo agonística – espaço da aparência- e consensual³⁰ – mundo. Mas o que é acção que constitui o mundo? A acção é na *polis* “coeva ao discurso” (2001: 41); “O ser político”, escreve Arendt, “significava que tudo era decidido através de palavras e persuasão e não através de força ou violência [estas são próprias da esfera privada] ” (2001: 41). A identidade entre discurso e acção é completa no domínio político³¹. Se a pluralidade é a condição da política, o discurso é por seu turno a condição da pluralidade:

“O discurso corresponde ao facto humano da distinção e é a efectivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais. [...] Nenhuma outra actividade humana precisa tanto do discurso como a acção.” (2001: 226-227).

²⁹ O conceito de “mundo” proposto por Arendt é também aquele que vigora em Habermas: “O “mundo” em que o público se constitui pode ser designado como o domínio da esfera pública [...] este “mundo” remete antes para a humanidade como espécie, mas de uma forma em que a sua unidade se apresenta como “fenómeno”.” (2012: 211). Contudo compreenda-se que este consenso não impede a existência de agonismo. Este consenso só pode viver em constante confrontação.

³⁰ Villa critica a leitura de Habermasiana de Arendt por tender a levar o seu conceito de esfera pública para uma perspectiva consensual (ver Habermas 1996: 148) e, portanto, de a ler à luz das suas próprias teses. (Villa 1992). Contudo, de facto, existe uma dimensão da esfera pública que nos remete para o consenso, patente no conceito de mundo. A crítica não nos parece neste sentido adequada, visto que a esfera pública denota exactamente as duas dimensões agonística e consensual.

³¹ Ecoando Arendt, Barber argumenta que “no coração de uma democracia forte vive a comunicação (talk)” (1984, p.173). A comunicação compreendida à luz de Barber implica “ouvir não menos que falar”, “é afectiva não menos que cognitiva” e o seu “intencionalismo retira-a do campo da pura reflexão para o campo da acção” (1984, p.174). Em muitos aspectos Barber está extremamente próximo de Arendt, como está patente também na distinção entre massas e cidadania que analisaremos em breve.

Se a ideia de uma esfera pública agonística pode conviver com a ideia de um espaço consensual, isto deve-se a dois factores. Estes podem ser compreendidos perfeitamente no conceito de *mundo* proposto por Heidegger que é, sem dúvida, a inspiração de Arendt. A ideia de mundo é unívoca no sentido em que é “comum” a todos nós, no sentido de todos sermos lançados numa determinada conjuntura histórica-política-social, económica, etc.- na qual nos compreendemos. Somos “-aí lançados” nessa conjuntura, nessa “teia de relações humanas” que existe previamente ao nosso nascimento. O mundo refere-se aos próprios momentos históricos (Heidegger 2001: 56), como uma compreensão ontológica das relações que constituem a existência do homem com o outro³² – o ser-aí. Esta compreensão é acima de tudo ontológica, e existe previamente ao sujeito, ele nasce nela, é lançado já sobre uma “compreensão prévia” (Heidegger 2011: § [86])³³, que pode ser entendida nos mais diversos sentidos – sociológicos, culturais, raciais, etc. Contudo, esta compreensão prévia na qual é lançado, pode ser vista de uma diversidade de perspectivas, assim como dois espectadores podem ter perspectivas³⁴ diferentes de um mesmo objecto³⁵, tal como o proletariado e a burguesia tinham perspectivas diferentes sobre o papel do Estado na circulação do capital. O conceito Habermesiano de *lifeworld*, parece denotar este mesmo fenómeno, ou pelo menos reter importantes semelhanças; em poucas palavras, o *lifeworld* incorpora aquilo em que somos lançados:

“Para os membros, o seu *background* permanece largamente não tematizado³⁶, mas o teórico consegue diferenciar três categorias amplas das suas componentes: o *stock* das ideias certas e tidas como garantidas (cultura); as normas, instituições, entre outros, que garantem a coesão do grupo e a sua solidariedade (sociedade); as competências e conhecimentos que os seus membros interiorizaram (personalidade). Um *lifeworld*

³² Outro significa aqui tanto os outros homens, como a terra, isto é, aquilo que é físico, material.

³³ Esta noção de mundo é de maior importância para aquilo que Young (1997) chamará de perspectiva social e que abordaremos mais á frente.

³⁴ Sobre o conceito de “perspectiva” e a sua relação com a “aparência”, isto é, sobre as diversas formas do “aparecer” da coisa, veja-se Heidegger (1997: 108-128)

³⁵ Esta ideia de esfera pública no seu sentido consensual-agonista será da maior importância para compreender aquilo que defenderemos.

³⁶ Veja-se a temática Heideggeriana da inautenticidade do ser-aí a partir da incompreensão das remissões teóricas ontológicas que constituem o ser-no-mundo (por exemplo Heidegger 2011: § [86]). Salientamos este ponto para corroborar as semelhanças entre o conceito de *lifeworld* e *mundo* em Habermas e Arendt.

viável é reproduzido³⁷ através da transmissão cultural de ideias, de formas de integração social e através de formas de socialização dos indivíduos” (Habermas 1996: 518).

Mas porquê a insistência nesta ideia de *espaço público e acção*, de *espaço da aparência e mundo*? O poder é para Arendt sinónimo da acção política, isto é, o poder é o produto da interacção intersubjectiva – comunicativa- da pluralidade dos actores que resulta na constituição do mundo³⁸. O conceito de acção, enquanto categoria exclusivamente humana, é um conceito essencialmente comunicativo e discursivo. É a partir desta “transmissão de ideias” e perspectivas a sociedade adquire a sua expressão institucional, as suas normas e as suas regras. O seu conceito de poder está intimamente relacionado com o conceito de acção e é portanto completamente distinto da força e da violência – próprias da esfera privada (Arendt 2001: 252 e ss.; 1977: 103-185). O poder é para Arendt a própria “potencialidade da convivência”, cujo único “factor material indispensável” são os homens e a sua pluralidade. É o poder que mantém juntas as pessoas “após o momento fugaz da acção”. Sem este poder toda a organização esmoreceria no pós-acto. O poder concebido neste sentido é a capacidade humana dos homens (cada um com a sua “personalidade”) agirem continuamente, de uma forma comunicativa, na produção das instituições, regras e normas pelos quais se integram nessa unidade; as próprias instituições políticas “são manifestações e materializações do poder; elas erigem-se e decaem assim que o poder das pessoas deixa de as suportar” (Arendt 1972: 140):

“O poder corresponde à capacidade humana não apenas de agir, mas de agir de forma concertada. O poder nunca é a propriedade de um indivíduo; ele pertence ao grupo e permanece na existência enquanto o grupo se mantiver junto. Quando dizemos de alguém que ele “está no poder” nós referimo-nos ao facto de lhe ter sido delegado o poder [*empowered*] por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (Arendt 1972: 143)³⁹.

³⁷ Veja-se também a denotação activa da reprodução como um *continuum*, uma tarefa que vai sendo levada a cabo, não estado estático –perdoe-se a redundância. O mundo é aquilo que vai sendo passado entre gerações, no qual somos lançados, mas que nós próprios podemos ir construindo. Aliás, esta é em Arendt a única tarefa da política, a partir da qual o homem alcança imortalidade, visto permanecer enquanto criador desse mundo para as posteriores gerações (Arendt 2001).

³⁸ Note-se que para Arendt a política era a forma originária do estabelecimento do mundo através da potência comunicativa, o que não significa que não existam outras formas viáveis.

³⁹ “O que mantém unidas as pessoas depois de ter passado o momento fugaz da acção (aquilo que hoje chamamos de organização) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder” (Arendt 2001:252). Na tradição deste conceito de poder, Mansbridge coloca autores – com gradações menos radicais- como Sheldon Wolin, Michael Walzer e, claro, Habermas (Masbridge 1996: 48-51). Não

A geração do poder encontra o seu espaço próprio na ideia de uma esfera pública e nos processos comunicativos que lhe são próprios. É este poder que pela sua própria natureza sustenta aquele a quem é delegado o poder – e podemos mais especificamente neste caso pensar na própria representação. O poder é concebido não de forma instrumental – como meio- mas como um fim em si mesmo. Arendt arranca o conceito de poder do seu instrumentalismo teleológico. O poder só pode ser estabelecido através da acção comunicativa⁴⁰- que é essencialmente intersubjectiva- na busca de um consenso que Arendt designa de mundo, onde todos se possam compreender e constituí-lo, apesar das diversas perspectivas sobre o mesmo (Habermas 1977: 6).

1.4- Para lá de um conceito instrumental; para lá de um conceito comunicativo: A tentativa de uma síntese

O conceito de “poder” proposto por Arendt é tanto radical como necessário para uma compreensão do edifício da representação. Se aquilo que é delegado aos representantes é o poder, então parece necessário fundar o poder nos próprios eleitores, ou mais propriamente, naquilo que os eleitores partilham. Para uma teoria normativa da democracia, o conceito de poder que Arendt oferta é uma mais-valia. A teoria deliberativa da democracia tem tentado, directa ou indirectamente, recuperar este conceito de poder fundado sobre dinâmicas discursivas radicadas na ideia de uma esfera pública. Com pequenos passos, tem-se intrometido de forma mais consciente no campo da representação. É acerca desses contributos que versa a presente investigação. A geração do poder encontra o seu espaço próprio na ideia de uma esfera pública e nos processos comunicativos que lhe são próprios. É este poder que pela sua própria natureza sustenta aquele a quem ele é delegado – e podemos mais especificamente neste caso pensar na própria representação. O poder é concebido não de forma instrumental –

é aqui nosso intento negar a necessidade da existência de um poder instrumental dentro da democracia. De facto, como vários autores à semelhança de Mansbridge salientam, entre eles Habermas, o conceito instrumental de poder é necessário para uma teoria da democracia (Habermas 1977). De uma perspectiva da representação, contudo, o conceito de poder como proposto por Arendt é o que mais nos interessa.

⁴⁰ A acção comunicativa é em Habermas contraposta à acção estratégica. A acção estratégica é instrumental e tende a servir os interesses subjectivos enquanto a acção comunicativa se orienta para um fim intersubjectivo. “Kant e os utilitaristas operaram com conceitos da filosofia da consciência. Por isso reduziram os motivos e os objectivos da acção, assim como os seus interesses e orientações de valores dos quais dependiam, a estados internos ou episódios privados. Eles assumiram que “as nossas inclinações são os nossos próprios estados subjectivos – o prazer que advém da satisfação. Se esse é o fim (*telos*) então, claro, todos os nossos motivos são assuntos subjectivos”. De facto, contudo, motivos e fins possuem algo de intersubjectivo acerca deles; todos são interpretados à luz de uma tradição cultural”. (Habermas 1987: 95; veja-se ainda Habermas 1996). Para um estudo interessante acerca da diferença entre a acção comunicativa e estratégica em Habermas, consultar Johnson (1991).

como meio- mas como um fim em si mesmo. Arendt arranca o conceito de poder do seu instrumentalismo teleológico. O poder só pode ser estabelecido através da acção comunicativa- que é essencialmente intersubjectiva- na busca de um consenso que Arendt designa de mundo (Habermas 1977: 6). As próprias instituições políticas “são manifestações e materializações do poder; elas erigem-se e decaem assim que o poder das pessoas deixa de as suportar” (Arendt 1972: 140).

Curiosamente, os teóricos da democracia deliberativa enfatizam que o intuito da deliberação é essencialmente a dissolução do próprio poder, ou como diz Young a sobreposição “da razão ao poder” (1996: 122)⁴¹. De facto, mesmo Habermas parece conceber o ideal da esfera pública não como espaço de geração do poder, mas antes como espaço de supervisão do mesmo, isto é, como espaço de supervisão do seu exercício pelos detentores (Habermas 2012). Esta suposta vitória da razão sobre o poder que parece estar disseminada pela democracia deliberativa parece contudo obliterar uma segunda face importante do poder que aqui relegamos para um segundo plano: a sua agência. É curioso que Habermas defina como legítimo o “poder que se erige entre aqueles que formam convicções comuns num diálogo livre de coerção” (citado em Mansbridge 2012: 794) e simultaneamente despreze a acção coerciva deste poder⁴². Esta tese será por nós posta em causa no último ponto do trabalho, sobre a ambivalência positiva e negativa do poder gerado na esfera pública. Posto de outra forma, é curioso que ele identifique o espaço da geração do poder com a própria esfera pública – e a oponha ao Estado e às esferas de decisão (Habermas 1996, 2012; ver especialmente o excerto seleccionado de *Entre Factos e Normas* em Bohman e Rehg 1997: 35-67) - e, simultaneamente, despreze a sua influência coerciva⁴³ nas próprias esferas de decisão.

⁴¹ Como diz Habermas em *A Transformação Estrutural*, a função do produto da esfera pública –isto é, uma opinião pública- é “circunscrever todo o tipo de coerção à força da razão” (Habermas 2012: 245). Este tema é recorrente na literatura deliberativa e é um dos pontos mais importantes da mesma. Habermas refere contudo que a função de uma esfera pública é influenciar os actos legislativos: “Somente quando o exercício do controlo político é efectivamente subordinado à demanda democrática de informação acessível ao público é que a esfera pública política ganha uma influência institucionalizada sobre o governo através dos instrumentos dos corpos de “law-making””. (Habermas 1974: 49)

⁴² Há uma ambivalência no conceito de opinião pública –como produto da crítica, como petrificação do poder comunicativo- em Habermas. Na Transformação Habermas parece salientar muito mais o poder negativo do povo –a esfera da contestação daquilo que é feito, e neste sentido ela é como que o “guarda” do poder. Neste sentido têm trabalhado actualmente autores como Rosanvallon (2008) e Urbinati (2010). Em *Entre Factos e Normas* parece pelo contrário dar muito maior saliência à questão de como esse poder comunicativo petrificado na opinião pública pode influir directamente sobre as esferas de decisão. Esta ambivalência da esfera pública como espaço de poder positivo e negativo será mais adiante estudada.

⁴³ “Os públicos dos corpos parlamentares estão predominantemente estruturados num contexto de justificação. Estes corpos não assentam exclusivamente nos trabalhos administrativos preparatórios e

Mais propriamente, podemos também afirmar com Gould que o ideal deliberativo torna-se “ só conversa e nenhuma acção” (1996: 176)

Se colocarmos ênfase exclusivamente na geração do poder – na esfera pública- e desprezarmos o seu carácter coercivo sobre o sistema político e os representantes que agem por nós, então bem podemos desprezar também a necessidade de uma esfera pública. Neste sentido, também o conceito de poder proposto por Arendt falha numa dimensão. Esta observação pode ser especialmente importante para uma teoria da representação. Se o poder gerado na esfera pública não tem qualquer influência – na medida em que não limita as próprias esferas de decisão e portanto se manifesta como poder, então também o conceito de “responsivness”, núcleo normativo das teorias da representação – pode ser eliminado⁴⁴.

A grande vantagem deste conceito de poder é que ele não se define exclusivamente por meios e recursos materiais. Na mesma medida em que é um poder comunicativo como um fim em si mesmo, ele pode também ser usado para influir sobre as esferas de decisão (Habermas 1997; 1996: especialmente capítulos VII e VIII). Este poder requer antes de mais que exista um público, e que esse público de forma concertada, exerça o poder, mesmo que indirectamente, nas esferas de decisão política, que expresse a sua opinião como “atitude positiva ou negativa” (Habermas 1996: 362) . Os teóricos da democracia deliberativa tendem a desprezar o conceito de “poder” proposto por Arendt

seguinte processamento, mas também no contexto das descobertas providenciadas por uma esfera pública processualmente desregulada que nasceu do público geral de cidadãos” (Habermas 1996: 307)

⁴⁴ De facto, se eliminarmos o poder exercido por uma esfera pública –cujo produto é para Habermas a opinião pública- podemos também desprezar uma ampla gama de estudos dentro deste ramo. O conceito de “responsivness” (que aqui traduzimos como capacidade de resposta) foi largamente estudado por vários autores. A maior parte procurou estabelecer uma relação entre políticas públicas e opinião pública (ex: Miller e Stokes 1963; Page e Shapiro 1983; Shapiro 2011; Stimson *et. al.* 1995; Burnstein 2003; Soroka e Wlezien 2004;). Outros autores tem uma perspectiva mais pessimista (veja-se por exemplo Manza e Cook 2002). Segundo Soroka e Wlezien “ a natureza e qualidade do governo representativo” residem exactamente na maior ou menor aproximação entre políticas públicas e opinião pública. Contudo, apesar da extensa literatura sobre a relação entre políticas públicas e opinião pública, Eulau e Karpis, sugerem num estudo crítico à investigação de Miller e Stokes, que as componentes da “responsiveness” transcendem os actos legislativos (1977). Os argumentos a favor da importância da opinião pública num sistema democrático sucedem-se também em dimensões mais teóricas. Nas palavras de Sartori, “ a opinião dos governados é o verdadeiro fundamento de todo o governo [...] um governo que responda, e seja responsável perante a opinião pública”. (Sartori 1987: 87). Segundo Pitkin, ao governo representativo são exigidas “instituições operantes que estejam desenhadas para, e realmente o façam assim, assegurar uma sensibilidade na resposta do governo perante o interesse público e a opinião pública” (1985: 261); “Não se requer que os representantes actuem segundo os desejos do povo, mas tão pouco podem ignorá-los: a liberdade de opinião pública assegura que esses desejos possam ser expressos e levados à atenção dos que os governam [...] a vontade do povo é uma das considerações no processo de tomada de decisões” (Manin 2015: 210); “a principal razão pela qual a opinião pública é dada tanta importância é que ela deve, numa democracia liberal, servir de guia ao curso das políticas públicas” (Zukin, 1992: 313). A capacidade de resposta do governo às preferências dos cidadãos está largamente estudada, tanto empírica como normativamente.

e a substituí-lo pelo de “razão”; Arendt tende a desprezar o conceito de poder instrumental proposto por outros autores e a focar-se exclusivamente no seu processo de geração.

Cremos contudo que a geração do poder não se deve dissociar do seu uso. Geração e uso são duas facetas fundamentais do poder e só assim podemos compreender a própria substância da representação como interacção contínua entre os detentores do poder e os geradores do poder. A nosso ver, se não quisermos reduzir a democracia representativa ao acto inócuo da escolha de elites, a uma participação ritualística (Arenstein 1969) convém compreender que o público é não só gerador e delegante do poder, como continua também a *exercê-lo* para lá desse momento efémero na cabine de voto –de forma positiva e negativa. Concordamos neste ponto com Rawls quando escreve que “numa democracia, o poder político, *é sempre poder coercivo* (ênfase minha), isto é, de cidadãos livres e iguais organizados num corpo colectivo” (1997: 96). Curiosamente, é num ataque à democracia deliberativa que, por fim, encontramos o conceito de poder como mais nos agradaria compreendê-lo:

“[...] o poder não deve ser concebido como uma relação externa que toma lugar entre duas identidades pré-constituídas, mas é antes o processo da constituição das próprias identidades”. (Mouffe 2010: 275; ver também 1996: 247)

Defendemos até aqui um conceito de poder fundado sobre a acção concertada de indivíduos na esfera pública, tal como proposto por Arendt. Este poder radica na própria esfera pública, onde os indivíduos, através de processos comunicativos intersubjectivo, propõe a sua perspectiva perante os outros e, de alguma forma “se igualam” em certos pontos que assim o exijam. Concebemos também a esfera pública no seu sentido normativo, como dependente de um público que raciocina criticamente acerca de determinados assuntos. O poder assim compreendido é uma espécie de consenso prévio que desabrocha do agonismo do espaço da aparência e se manifesta como uma perspectiva sobre o mundo. Obviamente que aquilo que aqui iremos propor vai de encontro às persepectivas deliberativas da democracia, que iremos abordar no próximo capítulo com maior rigor. Esta concepção de poder requer portanto, e antes de mais, um público e os processos comunicativos que lhe são próprios. Neste sentido propomo-nos, para já, a responder à questão: existe realmente um público?

Capítulo 2: A desintegração do público e o projecto deliberativo: o reposicionamento normativo de uma ideia de público

No primeiro capítulo fomos delineando a ideia de poder comunicativo e da sua importância normativa numa teoria da democracia. Defendemos que o conceito de poder comunicativo depende do discurso crítico entre os intervenientes da esfera pública, isto é, aqueles que formam o público da esfera pública. Este capítulo inciará questionando se existe realmente o público que a ideia de um poder comunicativo exige. Um sem número de autores tratou deste assunto. Se muitos deixaram uma porta aberta à possibilidade do renascimento de um público – como Habermas e Dewey- outros, mais pessimistas, desacreditaram-no, e com ele, a própria ideia de uma esfera pública. Algumas das mais importantes teorias da democracia do século XX fundaram-se sobre este descrédito. Outras, como o pluralismo, esquecem-se de alguns elementos fundamentais de um público concebido em termos normativos e com os processos discursivos que lhe são próprios. A teoria deliberativa da democracia tem-se esforçado por trazer o público de volta à teoria da democracia e em recentrar a esfera pública no seu núcleo. Contudo, pelo menos um dos pressupostos das teorias deliberativas mais clássicas, leva-nos a colocar uma questão: deverá a ideia de um público albergar necessariamente a ideia de um consenso? Neste sentido têm trabalhado vários autores, que têm defendido a ideia de um poder comunicativo enquanto constituição deliberativa de identidades. A maior parte destes autores aceita a ideia de diferença e consegue reposicioná-la dentro da democracia, sem que esta tenha que perder os caracteres que aqui lhe temos tentado imprimir.

2.1- O eclipse do público: um breve estado da arte acerca do descrédito da esfera pública e do seu produto

Uma série de autores proeminentes do século XX – como Habermas, Arendt e Dewey – ocuparam grande parte do seu trabalho a reflectir acerca do fenómeno que Dewey designa de “o eclipse do público”. Não é nosso intento salientar as suas diferenças mas acima de tudo compreender como todos, de alguma forma, se debruçam sobre este fenómeno no qual os seus pensamentos convergem. A *Transformação Estrutural da Esfera Pública* é uma narrativa – talvez a mais completa- da decadência do público e da esfera pública. A decadência, porém, não pode existir sem um patamar que a anteceda.

“Que todas as sociedades modernas tenham uma opinião pública é verdade somente no sentido banal de que uma opinião é pública meramente porque está situada *no* público [...] [há] uma distinção crucial entre a) uma opinião que é pública meramente no

sentido em que está *disseminada* entre o público e b) uma opinião que o público, até certo ponto, *formou por si mesmo*. No primeiro sentido temos uma opinião tornada pública mas de nenhuma forma produzida pelo público: neste sentido, pública é entendida numa acepção trivial e largamente mística. No segundo sentido temos, ao invés, uma opinião do público, isto é, da qual o público é o sujeito” (Sartori 1987: 96)⁴⁵

A desintegração do público culmina na compreensão da opinião pública como mera disseminação da opinião entre um público, porque “a opinião pública não é representável num sentido estatístico, não é um agregado de opiniões privadas expressas por pessoas privadas” (Habermas 1996: 362). Esta opinião pública não resulta da propriedade da actividade, mas exclusivamente de uma passividade receptiva alargada a um público essencialmente desintegrado. Se o poder for tomado como produto da *actividade discursiva inter-subjectiva*, então o poder perde-se nesta acepção⁴⁶. A verdade é que esta esfera mediadora – a esfera pública – durante os séculos XIX e XX se transforma de acordo com as alterações jurídicas e sociais que a fundavam, perdendo em última instância o seu núcleo normativo, isto é, o debate crítico-racional de um público de pessoas privadas. A sua substituição por partidos e grupos de interesses organizados⁴⁷ -transformação fundada na mistura das fronteiras entre o público e privado- retira da esfera pública o seu núcleo normativo e transforma-a numa esfera onde reina essencialmente a oposição e aluta de interesses organizados. Por um lado, a confusão entre as barreiras do público e do privado, tem como consequência esta cisão do público em interesses organizados⁴⁸ e reflecte, antes de mais, uma perda do conceito

⁴⁵ Veja-se ainda Habermas: “[...] No seio de uma massa encontram-se [os critérios da comunicação] preenchidos na medida em que o âmbito da comunicação, formal unicamente por meio de canais de publicidade desenvolvida de uma forma *manipulativa ou demonstrativa* (ênfase minha); através das evidências da indústria da cultura, as opiniões não públicas são em seguida integradas no sistema estabelecido de opiniões “publicamente manifestadas” sem gozarem de qualquer autonomia face ao mesmo na formação da opinião pela discussão”. (2012: 406)

⁴⁶ Mais uma vez não podemos aqui analisar o processo da desintegração do público em todas as suas dimensões. Chamamos aqui especial atenção a alguns dos processos fundamentais. A nível sociológico e jurídico, o entrosamento da esfera pública e privada desempenha um papel fundamental (Habermas 2012: cap. V); por outro lado, a alteração dos meios de comunicação reflectem uma mudança das condições de formação de uma opinião pública (Habermas 2012: cap. VI). O alargamento da esfera pública às classes baixas desempenha também um papel de relevo nestes processos (Habermas 2012: cap. IV.). Como escreve Bernstein: “A publicidade perde a sua função crítica e passa a ser uma exibição encenada; a opinião pública degenera na sofisticada manipulação da opinião por interesses especiais e até os média – que eram o mediador da esfera pública – torna-se num veículo de anúncios e entretenimento em vez de um mediador do debate crítico racional. (2012:).

⁴⁷ Jane Mansbridge caracteriza este processo como “a passagem do capitalismo “competitivo” ao capitalismo “organizado”” (Mansbridge 2012: 792).

⁴⁸ A cisão do público na democracia de massas transforma o significado original de opinião pública em mera liberdade de oposição. Veja-se Manin: “Na democracia de partidos [de massas], a liberdade da opinião pública adopta a forma de liberdade de oposição.” (2015: 264).

de “vontade geral” como fenómeno unitário e deliberativo. O verdadeiro problema gerado pela rutura e intromissão entre o público e privado é que ele cinde com o seu próprio fundamento: a preservação de uma sociedade civil⁴⁹ como esfera privada e distinta do Estado a partir da qual se desenvolve a esfera pública. Esta sociedade civil que é em princípio distinta do Estado e “tendencialmente da economia” (Cohen e Arato 1992: 346) é invadida por estes interesses organizados em competição.

“Os conflitos que até então tinham sido empurrados para a esfera privada tomam agora de assalto a esfera pública; necessidades de grupo que não podem esperar satisfação de um mercado que se regula a si próprio tendem para uma regulação por parte do Estado; a esfera pública que agora tem de mediar essas exigências, torna-se o campo da concorrência de interesses privados divergentes que se exprimem nas formas mais grosseiras de conflito violento. Leis que vêm á luz do dia sob a “pressão de rua” dificilmente ainda podem ser compreendidas com base num consenso da discussão pública das pessoas privadas; correspondem mais ou menos ao compromisso estabelecido entre interesses privados concorrentes” (Habermas 2012: 243).

Por outro lado, a alteração dos próprios meios de comunicação está presa a esta transformação da esfera pública⁵⁰. Estes meios de comunicação que haviam servido e estimulado o princípio Kantiano da publicidade perdem-se em lutas estratégicas. No

⁴⁹ Por sociedade civil, entendemos em concordância com Habermas: “o composto, dessas mais ou menos espontaneamente geradas, associações, organizações e movimentos que, atentas à forma como os problemas sociais ressoam nas esferas privadas da vida, destilam e transmitem essas reacções de forma ampliada para a esfera pública.” (Habermas 1996: 367). Compreenda-se que a sociedade civil não é sinónimo de esfera pública apesar da interdependência dos termos. De facto, estes conjunto de instituições (sociedade civil) denota exclusivamente o carácter “físico” do *lifeworld* (a sociedade). A esfera pública, pelo contrário tem uma acepção discursiva, “idealista” (cultural). “A esfera pública não se pode ser pensada como uma instituição e muito menos uma organização.[...] a esfera pública pode ser melhor descrita como uma rede de comunicar informações e pontos de vista; estas vagas de comunicação são, no processo [comunicativo] sintetizadas e filtradas em opiniões públicas determinadas. Como o *lifeworld* como um todo, a esfera pública reproduz-se pela acção comunicativa.” (Habermas 1996: 362). Note-se por exemplo que o conceito de mundo proposto por Arendt assenta sobre categorias ontológicas Heidegerianas distintas – mundo e terra. A materialidade das instituições são como que a cristalização física do discurso que as sustenta, mas com o próprio processo discursivo que as sustenta (Arendt 1977, 2001; para um estudo interessantíssimo sobre o poder das ideias na evolução das instituições veja-se Schmidt 2008).

⁵⁰ Para compreender como a substituição das instituições da esfera pública pelos partidos e pelos grupos de interesse organizados acabam por ter como consequência degeneração dos processos comunicativos e das funções próprias da imprensa veja-se Schmitt – relativamente ao parlamento: “Na discussão têm de estar presentes enquanto premissas convicções comuns: disponibilidade para se deixar convencer, independência relativamente aos vínculos partidários, desafecção de interesses egoístas. [...] Os partidos [...] já não se defrontam como opiniões em discussão, mas como grupos de poder, social ou económico [...]. As massas são conquistadas por um aparelho de propaganda cujos maiores efeitos assentam num apelo aos interesses e paixões mais imediatos. O argumento em sentido próprio some-se. Em seu lugar surge, nas negociações dos partidos, o cálculo, ciente dos seus objectivos, dos interesses e oportunidades de poder [...]” (2009: 186).

séc. XVIII a sua actividade limitava-se “à organização da circulação das notícias” (Habermas 2012: 313) e informação, estabelecendo-se como órgão destinado a um “público que raciocina de forma política” (Habermas 2012: 147). Por comparação, no século XX, os editores já não são meros compiladores de informação destinada a um raciocínio público-crítico; ele torna-se, segundo Bucher, “um negociante de opinião pública” e a imprensa “um meio de luta político-partidária” “vendida” aos interesses organizados (citado em Habermas 2012: 314). Numa forma de capitalismo organizado, a imprensa, que antes se limitava “ à circulação e organização de notícias” e era a instituição da publicidade que mediava o público crítico, é substituída por uma empresa subordinada às *relações públicas* que tende a actuar por meio da identificação e de símbolos, numa dinâmica que relaciona o público leitor e a mesmo de acordo com relações de mercado-consumidor⁵¹ e que tem repercussões no próprio sistema político, mas especialmente influi negativamente sobre os critérios sobre o qual se haviam fundado os processos discursivos da esfera pública. Como diz Habermas, a evolução da esfera pública envolve “uma tendência para a transmutação do cidadão em cliente” (1992: 450)⁵² :

“Essas associações [que tinham composto a sociedade civil burguesa] não representam o elemento mais visível da esfera pública dominada pelos *media* e as grandes companhias, observadas pelo mercado e pelas sondagens de opinião, inundada pelo trabalho de relações públicas, propaganda e publicidade de partidos políticos e grupos.” (Habermas 1996: 367)

O problema é que a esfera pública, ao ser ampliada é automaticamente cindida em grupos de interesse que a querem dominar como forma de obter poder. Ela é invadida

⁵¹ Uma crítica semelhante é a de Schumpeter: “[as formas de manipulação da vontade popular] correspondem exactamente aos métodos da publicidade. Descobrimos as mesmas tentativas de entrar em contacto com o subconsciente. Encontramos as mesmas técnicas de criar associações favoráveis e desfavoráveis, que são mais eficientes quanto menos racionais. Deparamo-nos com as mesmas evasivas e reticências e com o mesmo truque de criar uma opinião pela afirmação reiterada, que obtém êxito precisamente na medida em que evita o argumento racional e o perigo de despertar as faculdades críticas do povo.” (Schumpeter 1970: 263). Podemos ainda atentar em Habermas novamente: “Em vez de uma opinião pública, consolida-se na esfera pública manipulada uma atmosfera aclamatória, um clima opinativo. Manipulativo é sobretudo o cálculo sociopsicológico dos apelos que são dirigidos a inclinações inconscientes e provocam reacções previsíveis [...] os apelos, elaborados de acordo com “parâmetros psicológicos” cuidadosamente apurados e experimentalmente comprovados relativamente á sua eficácia, quanto melhor se pretender que actuem como símbolos de identificação, tanto mais têm de perder a sua relação com argumentos concretos” (2012: 365).

⁵² Este fenómeno não é exclusivamente visível na forma como o cidadão se relata às suas fontes de informação, mas também na relação com os representantes. Bernard Manin denota este fenómeno nas duas formas pós-liberais de representação, isto é, na democracia de partidos e de audiência (Manin 2015: 267-289).

pela acção estratégica e pelo interesse próprio, sendo o trabalho de *relações públicas* uma mera tentativa de dominar, de captar apoiantes e com eles poder. Este processo é abordado por exemplo ao nível da democracia representativa, e na sua contínua degeneração até à ideia de uma “democracia de audiência” (Manin 2015). A era das massas é definida por esta apatia acrítica do público (Habermas: cap. VI) - se é que se pode sequer entender enquanto tal:

“Numa massa 1) são muito menos as pessoas que expressam opiniões do que as que recebem; pois a comunidade de públicos torna-se uma colecção de públicos abstractos que recebem impressões dos meios de comunicação de massa. 2) As comunicações que prevalecem estão organizadas de tal forma que é difícil – se não impossível- ao indivíduo responder de forma imediata ou com qualquer eficácia. 3) A efectivação da opinião em acção é controlada pelas autoridades, que organizam e controlam os canais de uma tal acção. 4) a massa não dispõe de qualquer autonomia face às instituições; pelo contrário, agentes de instituições autorizadas penetram a massa, reduzindo a qualquer autonomia de que esta possa dispor quanto à formação da opinião através da discussão.” (C. W. Mills citado em Habermas 2012: 406)⁵³.

A partir desta evolução podemos compreender como as mudanças estruturais de uma esfera pública – compreendida inicialmente no seu sentido burguês-liberal- se desligam dos seus processos de comunicação originários e a partir dos quais angariavam a sua legitimidade na interacção com o poder político. De facto, a consequência que aqui pretendemos retirar desta desintegração do público é a perda do poder comunicativo do mesmo. Arnstein tentou compreender como as formas de uma opinião pública não mediada e essencialmente manipulada correspondem à forma máxima de “unempowerment” (Arnstein 1969) dentro da democracia representativa. De facto, se fundarmos o conceito de poder nos seus trâmites comunicativos – isto é de indivíduos que formam criticamente as suas opiniões e em seguida as submetem ao debate público⁵⁴ - então, podemos com certeza afirmar que o público perdeu a sua significação

⁵³ Numa mesma linha escreve Gustave Le Bon que as “multidões têm opiniões que lhe são impostas e nunca opiniões que são raciocinadas”. (1980: 165) ou ainda “Esses caracteres [do público] são, sobretudo, a pouca aptidão para o raciocínio, a ausência de espírito crítico, a irritabilidade, a credulidade e o simplismo.” (188).

⁵⁴ Berelson desenvolve uma lista dos atributos que o público democrático deveria possuir para que a democracia e a formação da opinião pública seguissem os trâmites que Habermas propõe: “A teoria política da democracia, requer que o eleitorado possua estruturas apropriadas de personalidade, que seja interessado e participe nos assuntos públicos, que seja informado, que tenha princípios, que compreenda correctamente as realidades políticas, que se engaje na discussão, que discuta racionalmente e que compreenda o interesse da comunidade” (1952: 329). Esta estrutura psicológica é aquela que se adequa

originalmente democrática na mesma medida em que a esfera pública perde o seu núcleo normativo.

Esta perspectiva não é exclusiva de Habermas, e basta olhar para os seus precursores, como Arendt, Lippman ou Dewey, vultos maiores da filosofia e teoria política e cujos trabalhos exerceram notável influência no pensamento político do século XX. Se a narrativa de Habermas prima pela desenvoltura empírica nos mais variados ramos que de certa forma compõe a ciência política, os restantes autores – menos prolixos- oferecem-nos uma visão mais global acerca do fenómeno da desintegração do público, bem como os perigos de uma opinião pública não mediada, isto é, que não está assente nos seus parâmetros comunicativos inter-subjectivos, da qual o público é o autor. A narrativa de Arendt é uma narrativa da “ascensão do social”, que culmina com a confusão entre ou outrora bem delineados limites do “privado”- lar e economia (*oikos*)- e do “público” (*polis*) – político⁵⁵. Não é contudo nosso intento delinear a fisionomia ontológica destes espaços, mas traçar antes de mais a enfermidade sociopsicológica nele patente. A *acção*, que constituía actividade própria da política dos homens – dependente do discurso e da pluralidade⁵⁶- é substituída pelo *comportamento*⁵⁷, o *acontecimento* é substituído pela *estatística*- lembre-se a crítica já aqui feita de Habermas

aos intentos dos democratas deliberativos dos quais em seguida nos ocuparemos. Convém Salientar que Berelson compreende que este “é um *standard*- um ideal- muito exigente” sendo necessário adaptá-lo às realidades actuais.

⁵⁵ Apesar das semelhanças com Habermas, é bom ressaltar que o público e o privado são categorias bem menos flexíveis que as de Habermas. Se para Habermas a verdadeira decadência da esfera pública acontece somente quando existe a polarização dos âmbitos do privado – a economia e a família-, para Arendt a esfera social mutila desde início a possibilidade de uma esfera pública. Para Arendt, a ascensão do social é simultânea à queda do público na medida em que permite aos assuntos originalmente privados – o labor- assomarem na esfera pública (Arendt 2001). “A sociedade é a forma na qual a dependência mútua em prol da subsistência e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as actividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas na própria esfera pública” (2001: 61) ou “desde o advento da sociedade, desde a admissão das actividades caseiras e da economia doméstica na esfera pública, a nova esfera tem-se caracterizado, principalmente, por uma irresistível tendência para crescer, para devorar as esferas mais antigas do político e do privado, bem como a esfera mais recente da intimidade” (60).

⁵⁶ Vejam-se as páginas deste trabalho que incidem sobre o conceito de poder em Arendt.

⁵⁷ Barber parece ter lido Arendt com muito mais atenção do que parece dar-lhe. Se durante *Strong Democracy* só a cita por duas vezes, as suas semelhanças são imensas. Antes de mais identifica a política com o público e com a acção – compreenda-se que apesar de tudo os seus conceitos de público e de acção são mais flexíveis que os de Arendt. Mais importante neste ponto, é a forma como ele define a cidadania democrática nos mesmos parâmetros de Arendt e distingue os conceitos de “acção” e “comportamento” nos termos da mesma: “As massas fazem barulho, os cidadãos deliberam; as massas comportam-se, os cidadãos agem; as massas colidem e intersectam-se, os cidadãos engajam-se, partilham e contribuem. No momento em que as massas começam a deliberar, a agir, a partilhar e a contribuir, eles deixam de ser uma massa e passam a ser cidadãos.” (1984: 154-155). Tal como em Arendt a natureza da cidadania não é tanto o reconhecimento jurídico e político de uma igualdade de protecções e circunstâncias – o seu momento negativo- mas, outrossim, a capacidade de agirem e participarem publicamente de forma deliberada e activa.

relativamente às sondagens de opinião pública. A acção que requeria a pluralidade das perspectivas, o diálogo entre a pluralidade dos homens e que constituía a quintessência da própria actividade política desvanece-se no sentido mais profundo do termo. A permuta da acção- com o seu fundamento como um “*agere*” e “*gerere*”, isto é, que requeria o indivíduo e o outro na construção de um “mundo” que os transcendia- pelo *comportamento* denota a dissolução dos processos comunicativos onde radicava a própria democracia com o seu conceito ancestral de igualdade como “isonomia”⁵⁸.

“A igualdade moderna, baseada no conformismo inerente à sociedade e que só é possível porque o comportamento subtraiu a acção como principal forma de relação humana, difere, em todos os seus aspectos, da igualdade dos tempos antigos [...] é o mesmo conformismo, [e] a suposição de que os homens se comportam ao invés de agir em relação aos outros, que está na base da moderna ciência da economia, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade [...]” (Arendt 2001: 56).

Neste sentido Arendt, tal como Habermas, denota também a importância dos grupos de interesse privado na base de uma desintegração da esfera pública. Para Arendt, os interesses que dominam a política, são completamente opostos à ideia de uma esfera pública. A esfera pública, que a seu ver só pode manter-se na eterna dialéctica das perspectivas conflitantes na busca de um consenso que regule – mesmo que provisoriamente- as relações humanas, é substituída pelos interesses privados. Por um lado estes grupos de interesse não revelam o agente do discurso e, por outro, não são submetidos ao confronto com as diferenças que possam existir no espaço público. Neste sentido, os interesses organizados são desprovidos das principais características que uma esfera pública requer essencialmente, a saber, a revelação do agente e o confronto com a diferença que lhe permitiria superar a sua parcialidade. Por outro lado, e talvez a diferença mais fundamental, é que o domínio dos “interesses” é oposto à verdadeira essência da esfera pública – a individualidade:

⁵⁸ A igualdade para Arendt nada tem que ver com a igualdade moderna. A igualdade moderna está antes de mais resolvida em termos de justiça, ou distribuição equitativa de recursos e de circunstâncias e é exclusivamente “o reconhecimento jurídico e político que advém do facto de a sociedade ter conquistado a esfera pública” (2001: 55; ver também Pitkin 1981). Um ponto interessante é visado por Sartori, que detecta no liberalismo ainda – pelo menos- um resquício da igualdade ancestral. Basta ver como traça uma identidade entre liberdade e igualdade à semelhança de Arendt- colocando no Estado Social a responsabilidade por esta situação: “As igualdades do liberalismo acabam, falando idealmente, onde os objectivos de salvaguardar e fortalecer a liberdade individual acabam. A democracia, portanto, processa a tarefa de “desnaturalizar” a ordem social onde a liberdade do liberalismo residia. A democracia moderna procura um conjunto de “meras igualdades” que não se seguem espontaneamente no acordar da liberdade. O mesmo é dizer que o democrata está pronto a fazer uma troca: mais igualdade, ou maior igualdade, por menos liberdade – mas não à custa de demasiada liberdade” (1987: p.344)

“Interesses e opiniões são fenómenos políticos completamente distintos. Politicamente, os interesses só são relevantes como interesses de grupo e para a sua purificação parece suficiente que eles estejam representados de tal maneira que *o seu carácter parcial* (ênfase minha) *esteja salvaguardado sob todas as condições* [...] Opiniões, pelo contrário, nunca pertencem a grupos, mas exclusivamente a indivíduos, que “exercem a sua razão imparcial e livremente” [...] opiniões assomarão sempre que os homens comunicarem livremente uns com os outros e tiverem o direito de tornar públicas as suas perspectivas, mas essas perspectivas na sua infinita variedade parecem necessitar também de uma purificação e representação” (Arendt 1990: 227)

É neste sentido que Bernstein pode fazer um paralelismo entre o conceito de “opinião pública” em Habermas e o de “opinião”⁵⁹ em Arendt (Bernstein 2012: 270-273). O domínio dos interesses oculta e salvaguarda a sua parcialidade através da não-exposição ao público. Se Arendt critica a opinião pública é porque ela não a entende sem ser em função daquilo que designa de comportamento, isto é, no sentido de “opinião disseminada pelo público”; contudo, o que ela denomina de “opinião” pode muito bem ser compreendido a partir da “acção”. Arendt não exclui de forma alguma a possibilidade de uma opinião ser partilhada por todos – o conceito de *mundo* é a prova disso mesmo-, o que ela descarta é antes a ideia de uma opinião partilhada que não seja fundamentada, que seja externa ao próprio agente, isto é, que não tenha sido criada pelo mesmo, que não lhe pertença no sentido em que foi criado a partir da sua própria acção no contacto com os outros. Por isso, o perigo da opinião pública assim concebida é a possibilidade de excluir o agonismo necessário para a criação de uma perspectiva que possa ser partilhada, sem pertencer de facto ao próprio indivíduo.

As críticas ao conceito de opinião pública são variadíssimas. John Stuart Mill seria um dos que concordaria com Arendt. Para Mill, a opinião pública é antes de mais uma força opressiva caracterizada pela exclusão das perspectivas minoritárias. O argumento é antes de mais epistemológico. Se a opinião pública tem a capacidade de suprimir outras perspectivas – sejam elas totalmente falsas ou só parcialmente verdadeiras- então é como uma força inconsciente que ao estabelecer-se como poder se torna perigosa (Mill

⁵⁹ Relembre-se que Arendt se opõe ao conceito de opinião pública na medida em que para ela esta não é um processo comunicativo entre cidadãos livres e imparciais mas antes o resultado de uma manipulação das massas. Contudo, se compreendermos a ideia de uma opinião pública no sentido de Habermas, então, obviamente, pode traçar-se um paralelismo entre ambos os autores apesar da distinta terminologia.

2010: 15-22)⁶⁰. De facto, a “moralidade da discussão” (Idem: 22) reside neste confronto crítico de perspectivas que a ideia de uma opinião pública pode suprimir. Posto de outra forma, o que é criticado não é o ideal de uma esfera pública no seu sentido iluminista, mas antes o perigo que o seu produto pode trazer para a democracia se o seu carácter comunicativo-crítico for distorcido⁶¹ e a opinião pública se tornar uma arma opressora e de exclusão.

Outro debate de maior interesse relativamente à desintegração do público é entre Lippmann e Dewey. A crítica de Lippmann salienta mais os caracteres sociopsicológicos que se iam formando com a introdução do sufrágio universal. Em *Public Opinion* ([1922] 2007) e *The Phantom Public* ([1925] 2010), Lippmann traça um retrato “realista” do público. Em poucas palavras, Lippmann acaba com a ideia do cidadão “omnicompetente” como proposta nas teorias clássicas da democracia. De facto, nem a publicidade dos assuntos políticos – com a imprensa como meio- nem psicologia do indivíduo, a educação – entre outros- poderão permitir uma desenvoltura política e cívica de um público alargado. O cidadão “vive num mundo que ele não consegue ver, não consegue compreender e é incapaz de dirigir” (2010: 26). No seu capítulo introdutório da obra *Public Opinion*, Lippmann estabelece claramente essa discrepância entre “o mundo lá fora e as imagens na nossa cabeça” – os “estereótipos” (2007: 8-19). Em poucas palavras as opiniões públicas dos cidadãos privados não têm qualquer valor normativo, visto que a complexidade dos assuntos políticos técnicos na sociedade de massas não podem ser resolvidas pelo cidadão comum. A relação entre a esfera pública e as esferas de decisão, como profetizada pelos democratas e liberais dos séculos XVIII e XIX não passam de um “misticismo”. O que a democracia requer é, a seu ver, esse “desencantamento” do cidadão e da ideia de uma esfera pública assente sobre ele.

⁶⁰ Até certo ponto a crítica de Hegel é semelhante à de Stuart Mill. O problema da opinião pública é o da parcialidade da sua verdade, isto é, ela está sujeita a conter em si também a falsidade. Sem o encontro crítico das outras perspectivas ela pode não eliminar esta falsidade de si. Para Hegel a opinião pública contém também “todos os tipos de falsidade e verdade” (Hegel 2010: 11). Ela é ao mesmo tempo “o absolutamente universal, o substantivo e o verdadeiro, ligado ao seu oposto, o puramente particular e as opiniões privadas dos Muitos”, sendo neste sentido uma “auto-contradição” (Idem: 9). Contudo, para Hegel, esta falsidade não pode ser iluminada através do mero confronto público dos argumentos. Ela depende mais de um “grande homem” que retire dela a verdade e actualize a sua época, que lhe dê consciência daquilo que é (idem: 11). Para Hegel a “assembleia dos Estados” era o órgão mediador, que “impedia a sociedade civil de aparecer como um mero agregado ...cristalizado num enorme bloco em oposição ao estado organizado” (idem: 9). Não era sem cautela que Hegel olhava para opinião pública.

⁶¹ Relativamente á crítica de Mill ao conceito de opinião pública veja-se o capítulo da *Transformação* dedicado ao autor (2012: 240-257).

“Por isso, em vez de descrever o governo [democrático] como uma expressão da vontade do povo, parece melhor dizer que o governo consiste num corpo de oficiais, alguns eleitos, outros apontados, que gerem profissionalmente, e em primeira instância, problemas que vêm espasmodicamente à opinião pública.” (2010: 40).

A ideia de democracia de Lippman iria ecoar profundamente no clássico de Schumpeter – *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1980). Segundo as visões pessimistas (ou realistas) da natureza humana⁶² propostas pelos dois autores, a democracia deve portanto desligar-se da ideia de uma esfera pública onde radique a ideia da soberania popular, reduzindo-a meramente ao mecanismo de eleição de representantes (*experts*) que se encarreguem de resolver os problemas que assomam na esfera pública como conflitos de interesses. Numa resposta a Lippmann, Dewey tenta negar esta tese e a reanimar o ideal de uma esfera pública participativa e continuamente ligada aos assuntos do Estado. Em *The Public and its Problems* (2004, 2010), Dewey concorda com a fenomenologia do público proposta por Lippman, designando este fenómeno como “o eclipse do público”. Contudo, a perspectiva de Dewey relativamente às capacidades do cidadão enquanto ser político são bem mais optimistas. Se o público está perdido ele pode contudo encontrar-se. O seu problema mais urgente é, de facto, “encontrar-se e identificar-se”, o que só pode acontecer se a vida “das comunidades locais for restaurada” (Dewey 2010: 53). Dewey defende portanto a velha ideia da educação através da participação:

“ A necessidade essencial é, noutras palavras, o aperfeiçoamento dos métodos e condições do debate, discussão e persuasão. Este é o problema do público. [...] Não é necessário que os muitos tenham a conhecimento e as capacidades para prosseguir com as investigações necessárias [tarefa dos *experts*], o que é requerido é que eles tenham a capacidade de julgar o resultado do conhecimento fornecido por outros sobre os assuntos comuns.” (Dewey 2010: 50).

Dewey conclui a sua obra alertando para a necessidade do diálogo na esfera pública. Aliás, são os processos comunicativos que a constituem, através do diálogo, da discussão e do debate (Dewey 2004: 173). Neste sentido, a “formação da opinião pública [na esfera pública concebida neste sentido comunicativo] é um elemento mais prioritário que a formação de funcionários e administradores” (Dewey citado na

⁶² Ortega e Gasset insere-se claramente nesta perspectiva pessimista do público e poderá ser uma boa leitura complementar (*A Rebelião das Massas*, data desconhecida)

introdução de Castillo em Dewey 2004: 29). A crise da democracia é para Dewey o desligamento entre as estruturas sociais e institucionais, entre a esfera pública e o Estado (Dewey 2004: 29). Noutras palavras, a crise da democracia é a crise do público: “Para reanimar o sentido mais rico do discurso como fundamento da opinião pública, a teoria da opinião pública deve ser informativa da retórica dos actores políticos, sociais e culturais. Tal reabilitação deve expandir a arena discursiva até intercâmbios vernaculares, adicionalmente aos dos actores institucionais.” (Hauser 1998: 90).

2.2- Das teorias realistas ao projecto deliberativo: o público e a sua legitimidade

Em meados do século XX os caracteres sociopsicológicos requeridos ao público democrático haviam já desaparecido em grande parte e com eles assomaram as chamadas teorias realistas da democracia. Desde as críticas de Lippman, às de Le Bon, ou Ortega y Gasset, tão diferentes no seu foco e abrangência, a literatura começou a olhar para o indivíduo com mais cuidado. As perspectivas pessimistas sobre o público descritas no ponto anterior foram-se acumulando e com ele o sentido mais profundo da democracia: a participação do povo nas esferas de decisão. Um bom resumo é o de Schumpeter (1970: especialmente pt. IV, XXI, 250-264). Não é portanto de admirar que aquele que é provavelmente o maior vulto da escola tenha fundado uma teoria da democracia, em grande parte, sobre esses parâmetros, e tenha reduzido exponencialmente as formas de participação ao mero acto eleitoral. Em poucas palavras “definimos: o método democrático é um arranjo institucional para chegar a decisões políticas nas quais os indivíduos ganham poder por meio de uma luta competitiva pelo voto popular” (Schumpeter 1970: 269). Em poucas palavras, reduz a democracia à competição das elites através de um método eleitoral, bem como reduz a ideia do cidadão à escolha através desta forma mínima de participação (Held 1996: pt. II, 5). Outros famosos defensores da redução da teoria democracia aos trâmites supramencionados são Downs (1970) e Weber (ver Held 1995: pt. II, 5)⁶³. As teorias participativas que se lhes seguiram (ex: Barber 1984; Pateman 1971) são uma

⁶³ Apesar de Downs ter uma perspectiva mais optimista relativamente à capacidade de resposta do governo e à racionalidade do eleitor, guarda ainda fortes semelhanças com as visões pessimistas de Schumpeter e Weber: “[Downs] via os cidadãos primariamente como consumidores passivos, que exerciam controlo político exclusivamente através do voto, e concebia o processo político com uma luta pelo poder entre interesses em competição em vez de uma busca pelo bem comum.” (Bohman e Rehg 1997: xi). Schumpeter e Weber não enfatizavam somente a passividade do eleitor como ainda o seu carácter “desinformado, apático e manipulável” (idem: x).

insurgência contra um modelo de “uma democracia magra” (*thin democracy*)⁶⁴. Interessa-nos aqui especialmente um elemento crítico que é de maior interesse no seguimento daquilo que havemos vindo a dizer. Esta crítica é desenhada com cuidado pelos teóricos da democracia deliberativa. A democracia deliberativa vem operar uma espécie de síntese entre estes modelos: por um lado aceita a representação como necessária – em alguns casos até como essencial- para a democracia, à semelhança dos minimalistas; por outro tenta fazer ressurgir um público a partir de novas formas de participação dentro de uma esfera pública activa (ver Brown 2006: 205-206)

De facto, entre as teorias deliberativas e as agregativas⁶⁵ (fruto das teorias realistas/minimalistas) desenha-se uma espécie de contradição (ex: Warren 2012; Bohman e Rehg 1997: ix-xviii; Cohen 1996, 1998; March e Olsen 1986; Della Porta 2013: 61; Chambers 2003: 308; Sunstein 1998; Goodin 2000). Como dizem March e Olsen, “as teorias contemporâneas da política tendem a tratá-la como um retrato da sociedade, os fenómenos políticos como um agregado de comportamentos individuais, a acção como o resultado de um cálculo baseado no interesse próprio” (1984: 734). Contudo, esta “perspectiva das instituições, que descreve a política mais em termos de agregação de preferências fixadas exogenamente” tem vindo a ser “contrastada com uma perspectiva integrativa, focando-se na formação de preferências através de um conjunto de direitos e normas” (March e Olsen 1986: 341) Vejam-se por exemplo as distinções que foram sendo processadas na literatura: Habermas e a diferença entre “razão” e “vontade” (1989) ou a acção comunicativa e a acção estratégica (1987), mas também entre “compromisso e consenso” (1996: 140); Elster e a diferença entre o “mercado” e o “fórum” (1997); Elstund e a diferença entre o “modelo deliberativo e estratégico” (1997); Cohen e a antítese entre a política deliberativa e a de negociação (*bargaining*) (1997: ver também Habermas 1996: 140)⁶⁶. A diferença entre os processos de negociação e os processos deliberativos é simples: os primeiros são uma forma de “forçar ou induzir o oponente a aceitar a minha reivindicação” (Habermas 1996: 166) enquanto a deliberação é um processo livre de coerção. O primeiro funda-se sobre o interesse próprio, o segundo sobre o bem comum. A democracia deliberativa,

⁶⁴ Para uma óptima síntese das principais características destes modelos e da posição da esfera pública no seu âmbito, veja-se Ferree et. al (2002).

⁶⁵ Por teoria agregativa entenderemos as teorias da democracia que se focam sobre a mera agregação das preferências individuais (por exemplo no acto eleitoral) e desprezam os caracteres verdadeiramente activos e críticos da cidadania e do público.

⁶⁶ Acerca do tema pode ainda ver-se Bohman (1998), Knight and Johnson (1994) ou Johnson (1998).

contrariamente aos modelos de Downs (1957) ou Schumpeter (1970), não entende a política com um mercado⁶⁷ onde se tenta vender o produto aos eleitores – já com posições/opiniões exogenamente fixadas-, focando-se antes “nos processos de formação da própria opinião” (Della Porta 2013, p.10; ver também Gripsrud et al. 2010: xix). De facto, mesmo autores como Schumpeter compreendem as dificuldades de compreender a democracia como “um mercado eleitoral”, reduzindo contudo a formação das preferências à acção estratégicas das elites políticas (Manin 2015: 274-275).

“ A teoria centrada na comunicação (*talk-centric*) substitui a teoria centrada no voto (*voting-centric*). A teoria da democracia centrada no voto vê a democracia como a arena na qual as preferências e interesses fixados competem por via de mecanismos justos de agregação⁶⁸. Em contraste, a democracia deliberativa foca-se nos processos comunicativos de formação de opinião e vontade que precedem o voto⁶⁹” (Chambers 2003: 308).

Se os apoiantes da teoria deliberativa da democracia concordam num ponto, esse ponto é que “o processo político envolve mais que a competição interessada governada pela negociação e pelos mecanismos agregativos” (Bohman e Rehg 1997: xiii; vejam-se também Mansbridge et al. 2010; Habermas 1996; Manin 2015; e a teoria deliberativa no geral). Em escassas palavras, a democracia deliberativa é essencialmente oposta à agregativa na medida em que um vive do público participativo e a outra dos indivíduos “apáticos” considerados isoladamente. Uma toma as preferências como dadas e transparentes, dependentes do interesse próprio, a outra toma-as como constituídas

⁶⁷ Já desde Habermas que se concebe uma distinção entre a esfera pública e as esferas de decisão política e económicas. A democracia definida no seu sentido realista e agregativo toma a democracia como um mercado. Para os democratas deliberativos “a política envolve uma actividade pública que não pode ser reduzida à escolha privada dos consumidores no mercado”, mas que “o engajamento político requer que os cidadãos adotem um ponto de vista cívico, uma orientação para o bem comum, quando consideram os assuntos políticos no fórum” (Bohman e Rehg 1997: xiii; veja-se também Gripsrud et al. 2010: xix). Numa perspectiva menos radical, Elster admite a necessidade de compreender a complementaridade destes dois espaços, isto é, de uma democracia que viva tanto da deliberação como dos mecanismos eleitorais agregativos (Elster 1997), mas também da acção estratégica concertada com a acção comunicativa.

⁶⁸ Convém salientar que existem diferenças entre as teorias minimalistas (realistas) e agregativas. Contudo parece-nos aqui suficiente colocá-las dentro de uma mesma categoria, visto que diferem mais teoricamente que empiricamente. Em última instância – e esse é para nós o ponto mais importante- todas reduzem a participação democrática ao acto eleitoral. Sobre as diferenças entre estes modelos ver Fung (2007).

⁶⁹ Atente-se novamente na distinção entre interesse e opinião, como já havíamos visto em Arendt e Habermas. Para muitos autores a confrontação de interesses e a confrontação de opiniões culminam em dois fenómenos comunicativos completamente diferentes: a negociação para os primeiros e a deliberação (*arguing*) para os outros. Vê-se por exemplo esta distinção em Elster (1998) e especialmente em Gambetta (1998: 20). Esta distinção está já presente em Habermas na já abordada divisão entre acção comunicativa e estratégica ou mesmo em Schmitt na sua crítica ao parlamentarismo.

através da acção intersubjectiva e deliberativa. O grande intento de uma teoria deliberativa da democracia é devolver à democracia o seu fundamento normativo: o público e os seus processos comunicativos-deliberativos através do qual se possa constituir como um poder, porque “a lei legítima é gerada pelo poder comunicativo e este último é transformado em poder administrativo” (Habermas 1996: 169). A legitimidade do poder político deriva desta íntima relação entre poder comunicativo e poder administrativo. Em ordem a cumprir este fim, a teoria da democracia tem tentado recuperar o objecto desta normatividade, isto é, o público: “Os outcomes são legítimos se receberem uma atenção reflexiva através da participação activa na deliberação por todos os envolvidos na decisão em questão” (Dryzek 2001: 651; ver também por exemplo, Cohen 1997; Benhabib 1996; Manin 1989; Goodin 2000: 82). Contudo é importante não ver a democracia deliberativa como uma relação esporádica entre o Estado e a sociedade civil; ela deve antes ser compreendida como um processo contínuo desta relação, não devendo ser reduzida à deliberação em pequena escala, a públicos reduzidos. A legitimidade da democracia deriva deste processo contínuo (Dryzek 2000; Habermas 1996: especialmente Cap. 7; Parkinson 2003: 181-18; Arendt 2001); se assim não for entendida, a democracia deliberativa corre o risco de se reduzir à ideia dos minipúblicos (ex: Fishkin 2011; Fung 2003; Goodin e Dryzek 2006), então a democracia deliberativa tem dificuldades em encontrar bons critérios de inclusão (veja-se uma das possíveis críticas já apontadas à deliberação, isto é, se melhor deliberação não poderá requerer menos participação (Gripsrud et al. 2010)), colocando assim em risco, também, o fundamento da sua legitimidade (Goodin e Dryzek 2006).

Assim se explica “a sua insistência no raciocínio interpessoal (acção comunicativa) como guia do procedimento político em detrimento da negociação (*bargaining- acção estratégica*) entre interesses em competição; a ideia de que o acto político essencial- o dar, pesar, aceitar e rejeitar razões- é um acto público contraposto ao puramente privado [acrescentemos, interrupto e esporádico] acto de votar” (Parkinson 2003: 180). A busca pela deliberação é a busca pelo fundamento da legitimidade da democracia⁷⁰. Nas

⁷⁰ Ver por exemplo Seyla Benhabib: “legitimidade, em sociedades complexas deve ser pensada como o resultado da livre e não constrangida deliberação pública acerca de todos os assuntos comuns. Assim, a esfera pública da deliberação sobre matérias de interesse mútuo é essencial para a legitimidade das instituições democráticas” (1996: 68). Estes argumentos sucedem-se ao longo das teorias deliberativas da democracia. Atente-se contudo que existem várias críticas possíveis ao conceito de legitimidade proposto pelas teorias deliberativas. Vamos mencionar quatro dos mais importantes. Primeiro, o voto é mais

comummente citadas palavras de Manin, se “ as decisões políticas são impostas a todos, parece razoável procurar como condição essencial da legitimidade, a deliberação por todos, ou mais precisamente, a capacidade de todos participarem na deliberação” (1987: 352; ver também, por exemplo: Benhabib 1996: 69, 2010: 280; Dryzek 2010: 23, 2008: 484-485; Gutmann 1996; Bohman e Regh 1997: ix; Cohen 1997: 72-73, 1998; Elstund 1997; Bohman 1997: 321; Habermas 1996)⁷¹. De facto, a questão da legitimidade impõe-se de uma forma muito especial nas teorias deliberativas da democracia. Todas elas têm em comum – como consequência do seu ataque às teorias agregativas- a necessidade de um público, esse público que se havia perdido –e talvez o esteja ainda- na viragem do século XIX para o século XX:

“O poder não precisa de justificação, e é inerente à existência das comunidades políticas; o que ele precisa é de legitimidade. O poder assoma sempre que as pessoas se juntam e agem concertadamente, mas deriva a sua legitimidade dessa reunião inicial e não de qualquer acção que se lhe possa seguir” (Arendt 1972: 151)

O conceito de poder radica nesta continua legitimidade que decorre do processo comunicativo de um público que raciocina livremente. O conceito de poder fornecido por Arendt, ao afastar-se da instrumentalidade – e portanto dos recursos materiais, sejam eles burocráticos, económicos ou outros- subverte a questão da legitimidade do poder. Não é tanto o poder que precisa de ser legitimado; o poder nasce da própria legitimidade desse actuar em conjunto, dessa comunicação activa – na intangibilidade do mundo mas também na manifestação das instituições políticas como materialização desse consenso (Arendt 2001). Estas instituições requerem portanto um público activo que as recrie a cada momento, através da acção e do diálogo. A “opinião pública” como concebida no seu fundamento normativo por Habermas tinha exactamente esta função:

inclusivo e igualitário que a deliberação. É mais fácil votar que entrar numa deliberação por todos os afectados; o voto é mais igualitário porque dá a todos o mesmo peso. Em segundo lugar, “os teóricos deliberativos derivam a força da legitimidade da deliberação pública, a partir das suas qualidades democráticas e deliberativas. Contudo não há garantia que a participação democrática tenha qualidades necessariamente deliberativas”. Em terceiro lugar, este pressuposto, deverá fazer-nos questionar: há alguma qualidade intrínseca da democracia deliberativa que a torne moralmente preferível? “Se enfatizarmos as qualidades epistémicas da deliberação (*outcomes* mais bem justificados) podemos inclinar-nos a desprezar um pouco a componente participativa da democracia deliberativa”. Em quarto lugar, está a velha disputa de Habermas e Rawls. Para Habermas o conceito de legitimidade é simplesmente procedimental, desprezando largamente a sua componente substantiva, isto é, se ela não tem que se colocar a questão dos próprios fins normativos da política (Elstund 1997); (Gripsrud et al.: xx). Quanto ao primeiro problema, “o problema da escala” é abordado mais aprofundadamente por Parkinson (2003) mas também Goodin (2000: 82).

⁷¹ A questão da legitimidade é fundamental na teoria deliberativa da democracia e escusamo-nos aqui a citar mais. Para ver uma crítica a esta perspectiva consultar Przeworsky (1998).

veritas non auctoritas facit legem: posto de outra forma, o poder do público (poder este que é gerado pela actividade não coerciva da comunicação) legitima o exercício do poder político pelos representantes. A desintegração do público culmina, como fomos dando a entender, numa “dissolução sociopsicológica do conceito” de opinião pública (Habermas 2012: cap. VII). As sondagens de opinião pública que se foram tornando prática comum na democracia, são a prova dessa dissolução. As sondagens de opinião pública, preocupam-se com a medição do objecto esquecendo o próprio objecto, usam quilos para pesar água⁷². Contudo, a opinião pública, radicada e compreendida a partir da sua normatividade, só pode ser aferida a partir desta publicidade do público que escapa às sondagens:

“A concordância em tópicos e contribuições desenvolvem-se apenas como o resultado, mais ou menos exaustivo da controvérsia, nas quais as propostas, informações e resultados, conseguem ser, mais ou menos racionalmente tratadas. Em termos gerais, o nível discursivo da formação da opinião e a “qualidade” e do resultado varia com este “mais ou menos” do processamento “racional” das propostas, informações e razões “exaustivas” ...De uma perspectiva normativa, tal oferta a base para aferir a legitimidade da influência da opinião pública no sistema político”. (Habermas 1996: 362).

Sem este “mais ou menos” de um público que usa a razão, a opinião pública é um fantasma, um espectro, como lhe chamou Key V. O.. De facto, as actuais técnicas de apuramento da opinião pública, como as sondagens, captam exclusivamente este espectro que é um entorpecimento quantitativo, um “somatório de opiniões individuais”, mas não uma opinião pública no verdadeiro sentido do termo e que, portanto, carece da legitimidade “dessa reunião inicial” dos participantes e dos seus processos comunicativos. Perdendo-se o elemento crítico que é próprio do público, a acrisia desenvolve-se no duplo sentido do termo. A manipulação da opinião pública pelas elites estratégicas⁷³ é muito mais fácil quando ela se refere “à opinião meramente

⁷² Para uma boa crítica às sondagens de opinião pública ver Blumer (1948). Como diz Fishkin “existem milhares de sondagens que mostram o que o público está a pensar – geralmente quando ele não está a pensar muito ou a tomar grande atenção.” (Fishkin 2011: ix). A questão não se trata de saber o que o público pensa, mas o que ele pensaria sob as condições ideais de deliberação e no confronto de perspectivas. Também os referendos e plebiscitos são criticados com base na premissa da sua privacidade (ex: Miller 1973: 89; Arendt 1977: 228)

⁷³ Entendemos aqui o conceito de elite num sentido alargado como proposto por Keller: “Certas elites podem despertar atenção momentânea, mas somente certos grupos de liderança exercem um impacto social geral e duradouro. [...] A qualificação de *estratégica* não depende das actividades específicas da elite, mas sim do raio de acção dessas actividades, isto é, de quantos membros da sociedade são por ela

disseminada num público”⁷⁴. Aquilo a que Habermas chamou “relações públicas” pode de várias formas influir nos cursos da opinião pública que não vive de um público propriamente dito. Apesar das técnicas ostensivamente utilizadas pelas elites estratégicas – meios de comunicação, elites políticas, lobbies, etc.⁷⁵ - estarem imensamente estudadas, poucos parecem ser aqueles que se preocupam de facto com as consequências nefastas que estas acarretam para uma teoria da democracia. Zaller, por exemplo, compreende como os *media* afectam o público através de um “priming”, isto é focando-o em certos aspectos dos problemas (1992). Druckman realça como os assuntos públicos são facilmente enquadrados (*framed*⁷⁶; *biased*) de forma a produzir e distorcer a ideia de uma opinião pública (Druckman 2001; Chong e Druckman 2007)⁷⁷. Este “modelo cascata” de formação de opinião apresenta alguns problemas normativos a uma teoria da democracia. Não excluimos aqui a possibilidade ou a importância do discurso das elites na formação da opinião (Vejam-se por exemplo Lisa Disch 2011: 101; Mansbridge 2003: 520);

“Em contraste, a teoria deliberativa permite que as elites moldem o discurso desde que as suas intervenções promovam mútua educação, comunicação e influência, ao invés de manipularem” (Disch 2011: 101).

O que os teóricos deliberativos criticam é a acção estratégica que domina o discurso político que é transmitido aos cidadãos, mas que também domina entre os próprios agentes políticos (ex: Habermas 2012; Schumpeter 1970; Dewey 2004; Manin 2015; Schmitt 2001; Young 1999). O que se critica é portanto, a redução da democracia à maximização de votos pelos intervenientes estatais, como Schumpeter pretendia. As

atingidos e de que maneira o são.” (Keller 1967: 31). Esta definição de elite parece muito mais adequada aos grupos de interesse organizado, aos media, às elites parlamentares –entre outras- do que às associações da sociedade civil que proliferam na esfera pública.

⁷⁴ Druckman e Nelson (2003), colocam a deliberação do público como antídoto para a manipulação da opinião pública.

⁷⁵ Susan C. Stokes em também um artigo que se foca nas várias relações entre lobbies, elites políticas e opinião pública, que é do maior interesse para uma abordagem a este tema e que é ao mesmo tempo um belo estado da arte relativamente ao estudo empírico acerca das relações entre opinião pública e políticas públicas (Stokes 1998)

⁷⁶ Apesar de, como Druckman alerta, o significado de *framing* poder ter múltiplas acepções, considerá-lo-emos aqui na sua acepção mais básica: “a definição básica de “issue framing effect” é simples: “framing effects” ocorrem quando diferentes apresentações de um assunto geram diferentes acções entre aqueles que são expostos a esse assunto.” (Jacoby 2000: 751). Aproveitamos aqui para alertar para a dificuldade que alguns casos apresentam para distinguir *framing* e *priming*, que podem, a nosso ver ser muitas vezes fenómenos conjuntos.

⁷⁷ Para termos uma noção de como a formação da opinião pública é uma construção artificial e manipulativa do público, aconselhamos a leitura do artigo de Stevens (2007) que mostra como mesmo provas científicas podem ser facilmente distorcidas pelos grupos de interesse moldando a perspectiva do público.

sondagens de opinião pública podem ser facilmente manipuladas por processos semelhantes, produzindo uma discrepância entre os seus resultados e os verdadeiros interesses do público. Pode dizer-se que sem o público, os próprios interesses individuais podem não ser esclarecidos. Criticamos essencialmente o carácter manipulativo das mesmas. Esta manipulação, por seu turno, só pode radicar num desligamento das relações comunicativas do público, isto é, um desligamento entre o desenvolvimento privado de opiniões e a sua exposição e confronto público com outras perspectivas. Actualmente, a conclusão geral dos estudos empíricos que relacionam políticas públicas e opinião pública, é a de que o público tem realmente um poder sobre os decisores políticos⁷⁸. Mas este facto não nos deve induzir em erro. Há uma ambiguidade aqui presente. Que a opinião pública influencie os decisores está de acordo com a teoria política normativa. O verdadeiro problema é o da legitimidade da opinião pública na sua influência sobre o sistema político e é isso que a democracia deliberativa tenta reanimar com a ideia de um público participativo.

Este problema é, por exemplo, muito óbvio nas teorias pluralistas. Se as teorias pluralistas fogem por um lado à ideia de que a democracia é um mero “elitismo competitivo” assente num sistema eleitoral competitivo, e que a função dos eleitores e dos cidadãos comuns se reduz à escolha daqueles que os governam (Schumpeter 1970), a teoria pluralista vem afirmar que essa competição extravasa a maquinaria do Estado e que floresce também dentro da sociedade civil e das suas instituições. Se os minimalistas se fundam sobre a ideia do indivíduo irracional, os pluralistas defendem os grupos de interesses organizados. Se os realistas defendem a redução da participação aos actos eleitorais, os pluralistas defendem a democracia como uma incessante luta entre focos de poder sociais (Held 1995: 188; Dahl 1971). Ora, este conceito poderia ir ao encontro daquilo que pretendemos, mas esbarra num problema: define a democracia como a uma forma de mediar os interesses conflitantes, não a partir de um processo deliberativo, mas de um “incessante processo de negociação” (*bargaining*) (Held 1995: 188-189). Veja-se por outro lado como Stokes compreende o poder manipulativo e estratégico das elites governamentais, económicas, sociais, entre outras (1998). Veja-se também a crítica de Habermas relativamente à teoria pluralista e aos processos comunicativos assentes numa ideia funcionalista de poder (Habermas 1996: 330-332).

⁷⁸ Como diz Burstein, “Ninguém acredita que a opinião pública determina sempre as políticas públicas; poucos acreditam que nunca o faz” (2003, p. 29). O conceito de representação dinâmica proposto por Stimson é o mais perfeito exemplo dessa relação entre opinião pública e políticas públicas.

Neste sentido, a teoria pluralista, apesar de tal como as teorias deliberativas assentar numa íntima relação, num “two-track model” de formação de opinião na esfera pública e da sua transposição para as esferas de decisão, não pode ser aceite pelos teóricos deliberativos, na medida em que os interesses organizados corrompem a natureza própria da sua ideia de esfera pública.

A questão que nos colocamos de seguida é se há espaço para a diferença dentro de uma teoria deliberativa da democracia, isto é, se podemos aceitar a convivência dos diferentes interesses sem machucar a ideia da deliberação.

2.3 - A deliberação entre o consenso e o agonismo: diferença e deliberação

A deliberativomania que assaltou a teoria política nas últimas duas décadas torna árdua a tarefa de sintetizar nos seus traços fundamentais. De facto a teoria deliberativa é rica em variações, gradações e nuances para a mais variada panóplia de adeptos. Desde a questão entre procedimento ou substância – a disputa entre Habermas e Rawls, respectivamente-, até à questão do significado de deliberação, ou quais os seus efeitos nos intervenientes – entre muitas outras-, inúmeras têm sido as questões que se colocam e recolocam para assomarem no discurso do dia. Existe, contudo um núcleo de elementos imunes às transformações mais superficiais que se vão desenvolvendo. Se assim não fosse, não a poderíamos reconhecer, bem como não poderíamos reconhecer o idealismo sem o primado do sujeito. Antes de mais convém definir o que entendemos por deliberação. O conceito de deliberação não tem uma significação unívoca para os apoiantes da democracia deliberativa. Fá-lo-emos na sua forma mais genérica desprezando grandemente as suas tonalidades:

“ a noção [de deliberação] inclui a decisão colectiva com a participação de todos os que serão afectados pela decisão dos seus representantes: esta é a parte democrática. Todos concordam, também, que inclui a decisão por meio de argumentos dados *por* e *para* os participantes que estão vinculados aos princípios da racionalidade e da imparcialidade: esta é a parte deliberativa. Estas caracterizações são de certa forma rudimentares, mas acredito que consigam capturar a extensão das intersecções razoavelmente bem.” (Elster 1998: 8).

Compreendida na sua fórmula mais abstracta, a deliberação inclui 1) a participação nos processos de decisão e 2) um processo comunicativo-participativo, inter-pessoal,

fundado nos princípios da imparcialidade e da racionalidade. Um dos pressupostos fundamentais desta teoria é a de que as preferências dos participantes são menos rígidas que nas teorias agregativas. A deliberação é o meio pelo qual “o debate e a discussão tendem a produzir opiniões razoáveis e informadas nas quais os participantes estão dispostos a rever a sua posição à luz da discussão, informação e reivindicações dos outros participantes” (Chambers 2003: 309)⁷⁹. De facto, esta influência psicológica da deliberação sobre as preferências dos indivíduos é a base de uma teoria deliberativa da democracia (Parkinson 2003: 186)⁸⁰. Definimos aqui deliberação simplesmente como o processo comunicativo de um público, radicado nos princípios da imparcialidade, racionalidade e igualdade dos participantes, através do qual uma transformação das preferências⁸¹ pela discussão dos afectados confere às decisões a sua legitimidade.

Umas das supostas consequências de um modelo discursivo fundado sobre a racionalidade e a imparcialidade é a de que o público tenderá para um consenso através da deliberação (ex: Habermas 1996, 2012⁸²; Cohen 1997 a, b⁸³; Guttman e Thompson

⁷⁹ Se bem que a maior parte dos apoiantes da democracia deliberativa defendem a possibilidade da mudança de opinião dos participantes, definindo-a a partir do seu *outcome*, outros consideram-na desligada desse produto (Ex: Gambetta 1998). Aqui o que nos interessa é a ideia que subjaz universalmente à deliberação. Stokes, na linha de Chambers, define a deliberação como “a alteração endógena das preferências que resulta da comunicação (1998; ver também Dryzek 2000: 79; Stokes 1998; Chambers 2003; Przeworski 1998; Knight e Johnson 1994; Fishkin 2011; Bohman 1996; Warren 1996). Outro estudo interessante é o de Gerry Mackie que vem corroborar esta hipótese explicando porque o desenvolvimento das atitudes e opiniões individuais só pode ser compreendido a partir de uma estrutura não-individual de opiniões (2006; veja-se também Warren 1992, 1993 para uma perspectiva crítica). Acerca da natureza pedagógica da democracia e da deliberação contam-se nomes clássicos como os de Rousseau, Mill e Dewey, bem como Pateman, Barber e Habermas, autores já aqui referidos (ver Warren 1993: 210; também Bohman e Rehg 1997: xiii; Guttman e Thompson 1996; para um bom estado da arte ver Delli Carpini 2004: 319-321). Segundo estes autores, a democracia é essencialmente pedagógica, desenvolvendo a possibilidade da tolerância e do debate, na medida em que educa e imprime características ao público através da participação e do envolvimento no seu processo.

⁸⁰ De facto existe uma ampla gama de supostos efeitos positivos na ideia de deliberação. Para começar a deliberação pode produzir melhores *outcomes* (Barber 1984; Benhabib 1996; Bohman 1996; Cohen 1997 a, b; Guttman & Thompson 1996; Mansbridge 1996). Oferta também uma perspectiva participativa da cidadania (Barber 1984); permite o esclarecimento das preferências dos intervenientes, tolerância para com diferentes pontos de vista, os participantes em conflito compreendem a sua ligação essencial (Guttman e Thompson 1996), promove a confiança no processo democrático (Warren 1996), aumenta o capital social da comunidade (Putnam 2000).

⁸¹ Um bom estudo empírico que tenta corroborar este pressuposto da democracia deliberativa pertence a Reykowski. Citamo-lo aqui contudo pelo breve estado da arte focado nas críticas aos pressupostos psicológicos da deliberação (2006: especialmente 326-328).

⁸² Veja-se como para resolver este problema Habermas teve que separar cuidadosamente a esfera pública política de outros assuntos como a moral, o mercado, entre outros (Habermas 1996). A ideia de uma esfera pública política só pode acontecer onde cessam as próprias diferenças que constituem os indivíduos. Também Rawls se debateu com este problema, relegando a diferença para outras áreas que não a política. Como diz Mouffe, contudo, “a tarefa da democracia não é eliminar ou relegar as paixões para a esfera privada de forma a tornar o consenso racional possível, mas antes, mobilizar essas paixões em direcção à promoção de um design democrático” (Mouffe 2010: 277).

⁸³ Note-se que Cohen compreende que nem sempre o consenso é possível.

1996; Elster 1998⁸⁴), o que só é possível porque o público deverá conseguir desligar-se dos seus interesses particulares por aquilo que tem vindo a ser chamado de *reflexividade* (Urbinati e Warren 2008; Guttman e Thompson 2000) e que é própria da deliberação. A deliberação enquanto acção comunicativa deverá permitir a deslocação do interesse próprio, de tal forma que a comunicação possa ser verdadeiramente inter-subjectiva (Habermas 1987). Em poucas palavras, supõe-se que os actores da deliberação “mesmo que interessados (*self interested*), justificam as suas propostas em referência ao interesse público” (Gripsrud et. al. 2010: xix) De facto é nesta distinção entre interesse próprio e reflexividade que se funda a própria crítica aos modelos agregativos. Se a ideia de uma acção comunicativa (Habermas 1987) existe – contraposta à ideia de uma acção estratégica, isto é, na qual o indivíduo se engaja mais nos seus próprios objectivos que no bem comum- é pela necessidade da própria teoria onde se insere, visto que no fundo da própria ideia de deliberação se espera “que os indivíduos se abstraiam dos seus interesses, de tal forma que a que a solução deva revelar o interesse geral” (Della Porta 2013: 62; vejam-se ainda Habermas 1987, 1996, 1997; Cohen 1997). Segundo estes autores a legitimidade política só pode ser aferida a partir deste ideal do consenso (Bohman e Rehg 1997: xv). Enquanto o “ideal regulativo de um verdadeiro consenso político” se expressa como a intersecção do “ideal da razão” e do “ideal da justificação pública” (Gaus 1997)⁸⁵, ou seja, dos dois ideais que fundam o conceito de esfera pública, a sua conclusão está contida nas suas premissas. Obviamente esta tese tem dificuldades em lidar com aquilo que Simon designou de “natureza humana” eminentemente relacionada com a posição psico-sociológica dos indivíduos e das suas perspectivas parciais (Simon 1995). Da capacidade de se afastar de si resultará a ideia de um *bem comum*, expressa como uma *vontade geral*⁸⁶, que se constitui apenas pela força do melhor argumento, que ganhará irrefutavelmente:

“Os compromissos atingidos por um processo de *bargaining* são um acordo negociado que balança os interesses conflitantes. Enquanto um consenso racionalmente motivado

⁸⁴ Só quando o consenso não é possível, é que se deve recorrer ao voto, sendo que este já não tem o seu sentido agregativo, mas antes, o de um julgamento colectivo (Young 1996: 122).

⁸⁵ O ideal do consenso político, exposto na esfera pública burguesa e reanimado por Habermas num contexto de uma democracia mais avançada, tem raízes mais profundas, mais precisamente na democracia Ateniese. (Held 1995: 21)

⁸⁶ Relembre-se que a crítica Schumpeteriana da teoria clássica da democracia reside também na decadência da ideia de uma vontade geral, sobre a qual também se funda a crítica da representação descritiva: “Evidentemente, a vontade da maioria não é a vontade geral. A última é um mosaico que a anterior falha completamente em representar. É de facto óbvio que a representação proporcional irá oferecer todo o tipo de idiosincrasias mas que também produzirá governos pouco eficientes, especialmente em tempos perigosos de maior stress” (Schumpeter 1970: 272).

repousa em razões que podem ser aceites por todos *da mesma forma*, um compromisso pode ser aceite por todas as partes por *motivos diferentes* (Habermas 1996: 166).

A chamada visão epistémica (Bohman e Rehg 1997; Cohen 1986), funda a legitimidade sobre a ideia de um consenso racionalmente motivado pelas regras do procedimento deliberativo espera que a partir deste se atinja “a verdade”. Christiano, por exemplo, forma-se num conceito mais substancial de deliberação, em que o foco não é tanto o ideal do consenso mas o próprio standard moral da igualdade, liberdade e inclusão da deliberação (Christiano 1997). Outra questão que se tem vindo a colocar é, também, se a deliberação só pode ser compreendida a partir desta perspectiva “procedimental” Habermesiana que relega as questões da “diferença” para um segundo plano. Uma questão que se tem colocado é como se pode colocar a acção estratégica e o interesse próprio numa teoria deliberativa (Mansbridge et. al 2010). Muitos autores têm também tentado inserir novas modalidades do discurso, procurando um novo lugar para as emoções e paixões dos intervenientes (ex: Young 1996; Mouffe 2010; Sanders 1997; Hall 2007; Cohen e Rogers 2003: 247; Benhabib 1996: 73; Johnson 1998: 174; Pettit 2004). Mesmo Habermas parece afastar-se progressivamente da ideia de opinião pública concebida unitariamente, começando a designá-la no plural (Habermas 1996) e mesmo a aceitar a introdução de diferentes modalidades do discurso (Habermas 2010). O curioso é que esta viragem para um processo deliberativo que possa incluir o “interesse próprio”, é também um processo deliberativo que cinde com a ideia de um consenso racionalmente motivado, como classicamente entendido pela literatura deliberativa. Outros chegam inclusivamente a ver na diferença algo a valorar como recurso deliberativo (ex: Arendt 2001; Young 1996; Mouffe 2010; Gould 1996). A teoria deliberativa cinde coma ideia de consenso ao abrir espaço ao interesse próprio dos agentes.

É neste sentido que Mansbridge et. al. (2010). Defendem a possibilidade de diferentes grupos poderem entrar numa acção deliberativa sem que esta se desligue dos interesses próprios (*self interest*), às quais chamam *negociações deliberativas*. As negociações deliberativas permitem “incorporar o interesse próprio sem que a deliberação se desvie do seu critério. Sobre esta categoria recaem várias possibilidades: negociação convergente; acordos teoricamente incompletos; negociação integrativa e negociação corporativa (Mansbridge et al. 2010: 69-72). Todas estas formas permitem inserir o

interesse próprio, as paixões e as vontades, sem que se estrague completamente um ideal do consenso relativamente a *outcomes* específicos.

Contudo, a questão que se coloca é, como é que o *facto do pluralismo* pode conviver com a ideia de um consenso?⁸⁷ Aqui, temos que admitir que julgamos um pouco utópica, no sentido pejorativo, a tese do consenso. Na verdade vários autores abordaram este excesso de ênfase da democracia deliberativa no ideal do consenso (ex: Knight and Johnson 1997; Przeworsky 1998; Shapiro 1999)⁸⁸, bem como vimos anteriormente que, acomodar a ideia de “interesse próprio” aos processos deliberativos pode ser uma vantagem (ex: Arendt 2001; Young 1996; Mansbridge et al. 2010), bem como ofertar uma perspectiva mais realista.

Grande parte dos autores deliberativos considera que pela força do melhor argumento, os participantes devem desligar-se dos seus interesses particulares e atingir um verdadeiro *consenso racionalmente motivado*. Têm também defendido que o pluralismo pode ser completado com um meta-consenso público, e que os interesses particulares podem ser remetidos para as esferas privadas (ex: Rawls 1997; Niemeyer e Dryzek 2008). Defenderemos aqui que a deliberação é possível e tem efeitos positivos, apesar de vermos no seu ideal algo irrealizável (McCarthy 1992: 52- 68). Porém a questão que colocamos é outra: existe um fundo normativo do consenso que nos leve a procurá-lo? Até que ponto é saudável para a democracia a deliberação, ou, mais propriamente, até que ponto é saudável a ideia de consenso?

“A principal questão da democracia não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder que sejam compatíveis com os valores democráticos [...] Negar o carácter inerradicável do antagonismo e ter como objectivo o consenso racional – essa é a verdadeira ameaça à democracia.” (Mouffe 1996: 248)⁸⁹.

Obviamente, esta apologia do pluralismo e do agonismo não deve ser compreendida *ex nihilo*. Enfatizando a primeira parte da citação, o que interessa é como constituir formas de poder que se coadunem com os valores da democracia. Esta é a parte importante,

⁸⁷ Vejam-se por exemplo as respostas dadas por Cohen (1998), Dryzek e Neimeyer (2006) ou Rawls (1987). As posições de Cohen e Rawls são muito próximas, tentando relegar a diferença para a esfera do privado.

⁸⁸ Já Bachrach tinha compreendido que, contrariamente ao que o ideal deliberativo supõe, uma política participativa criaria mais conflito e dissenso. (1974)

⁸⁹ Esta crítica é a já abordada no ponto 2.1, especialmente por Mill e Arendt. É possível conceber a opinião pública como uma unidade que sobrepuja as outras opiniões minoritárias e divergentes. Veja-se por exemplo Rautenfeld (2005: especialmente 190-194). Contudo, cada vez mais Habermas se tem distanciado dessa univocidade da opinião pública (veja-se Habermas 1996).

porque este hino ao pluralismo não é um mero desprezo pela deliberação: “[o poder] é a construção de um “nós”, de uma identidade colectiva capaz de formular e articular reivindicações na luta contra a subordinação” (Mouffe 1996: 247). Se Habermas tanto enfatizou a univocidade da esfera pública⁹⁰ e buscou a vontade geral e o consenso nela implícitos, acreditamos que o tenha feito receando que a sua divisão pudesse culminar naquilo que o preocupava: a divisão de uma esfera pública em meros grupos de interesses privados que competiam desenfreadamente pelo acesso ao poder. Habermas temia que múltiplas esferas públicas terminassem na distorção de uma acção comunicativa na mera comunicação estratégica⁹¹. Como diz Young, “os críticos da política da diferença, tendem a reduzi-la à mais crassa forma da política dos interesses de grupo, na qual as partes simplesmente competem para terem o máximo para si” (Young 1997: 384). Deve esperar-se que “os cidadãos persigam os seus próprios interesses” (Chambers 2003: 309), sem que isso signifique que a deliberação seja impossível (Johnson 1998: 174). Para Mouffe a solução deste problema passa por uma reconceptualização do conceito de pluralismo como *agonismo* e não como *antagonismo* – estabelecer a diferença como uma relação de adversários e não de inimigos:

“ No domínio da política⁹², “o outro”, não seja visto como um inimigo a destruir, mas como um adversário, i.e., alguém com quem as ideias nós vamos lutar, mas cujo direito de defender essas ideias nós não podemos colocar em questão [...] um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com o qual nós partilhamos princípios ético-políticos democráticos”⁹³. (Mouffe 2010: 276)

⁹⁰ Para Habermas, inicialmente, só existe uma esfera pública, perspectiva fortemente criticada por Fraser (1992).

⁹¹ Implicitamente também Arendt deixa entrever um conceito uno de esfera pública, dando espaço unicamente ao indivíduo (o agonismo do espaço da aparência) e ao mundo (o consenso gerado entre eles). Isso nota-se na distinção que processa entre interesses e opiniões, já aqui abordada. Mouffe propõe algo mais interessante. Ele pressupõe que a esfera pública se divida numa quantidade de públicos. Propõe que entre o indivíduo e a vontade geral se construam identidades colectivas distintas.

⁹² Temos aqui que referir a importante distinção entre política (politics) e o político (the political) processada por Mouffe para compreendermos correctamente o seu significado: “por político refiro a dimensão do antagonismo inerente em toda a sociedade humana, que pode emergir em vários modos e em diferentes relações sociais. Por política entendo o conjunto de discursos, instituições e práticas que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituosas porque são afectadas pela dimensão do político” (Mouffe 2010: 276). Atente-se que quando Mouffe se refere “ao conjunto de discursos, práticas e instituições” não se refere especificamente ao aparelho do Estado, mas, num sentido mais amplo, ao conjunto de estratégias utilizadas para organizar a existência da diferença.

⁹³ Note-se ainda a cisão que processa com o mundo liberal e capitalista: “A categoria do adversário não elimina o antagonismo, apesar de dever ser distinta da noção liberal de competidor (*competitor*) com o qual é muitas vezes identificado” (Mouffe 2010: 276).

Urbinati, numa expressão interessante, afirmou que a deliberação é a forma discursiva essencial para que haja “uma rivalidade amigável” (2000: 774). Segundo Mouffe a tarefa da democracia é essencialmente “transformar o antagonismo em agonismo”. A esfera pública é para Mouffe o local da constituição de identidades: o que a autora aceita é que a mobilização das paixões (que devem aqui ser compreendidas como um misto de acção comunicativa e estratégica) se transforme numa multiplicidade de projectos e identidades políticos⁹⁴. Atente-se que, quando a autora fala de paixões não se refere meramente ao irracional; o que Mouffe aceita é que a deliberação envolva tanto o interesse próprio como a acção deliberativa – na constituição das identidades-, unindo assim na esfera pública a acção estratégica com a acção comunicativa: citando Hume de memória, “a razão é, e só poderá ser, a escrava das nossas paixões” (passim). O bem comum e o consenso gerado em seu torno, é e só poderá ser uma ficção. Na nossa interpretação, julgamos que Mouffe dê um nome distinto à sua tese –agonismo pluralista como oposto a democracia deliberativa⁹⁵ - exclusivamente em termos de uma perspectiva diferente sobre a própria natureza humana, digamos assim, uma perspectiva mais realista. A única diferença é a sua falta de fé na ficção do consenso, e não tanto nas possibilidades pródigas de uma esfera pública com caracteres deliberativos⁹⁶.

O que Mouffe não aborda e que a nosso ver seria interessante, é a possibilidade da deliberação entre diferentes públicos, isto é, de públicos antagónicos poderem chegar a um consenso relativamente a um tema, que não seja uma mera negociação de interesses. Além disso também não aborda a possibilidade de alguns públicos nem se tocarem, isto é, que as reivindicações possam não ser antagónicas, ou até de diferentes públicos poderem seguir caminhos semelhantes e não sejam adversários no seu sentido do termo.

⁹⁴ Note-se que vários autores têm compreendido a íntima relação que numa democracia devem estabelecer entre a acção comunicativa e a acção estratégica (ex: Elster 1997; Mansbridge 1996; Habermas 1977, 1996).

⁹⁵ Também Young, dando a entender que uma teoria que não tenda para o consenso não deve ser denominada de deliberativa, dá à sua teoria da democracia, o nome de democracia comunicativa, de forma a poder distanciar-se do ideal imanente aos autores deliberativos, isto é, o do consenso. (Young 1996).

⁹⁶ Para uma perspectiva semelhante ver também Honig (1996), Gould (1996), Young (1997), (Urbinati 2000, 2010), Fraser (1992: 121-130) ou Mansbridge (1996). O ideal da democracia deliberativa não tem morrido, antes parece rejuvenescer dentro de um contexto menos utópico. Se um dos problemas fundamentais para Habermas –e que tanto influenciou e continua a influenciar a escola deliberativa – era o do consenso e da unidade da esfera pública, nos últimos anos tem surgido uma nova escola agonista, que muitas vezes se rotula como distinta da deliberativa, mas que, simultaneamente, guarda elementos importantes da mesma. Existem ainda outras críticas interessantes que desvalorizam a deliberação e o seu ideal do consenso (veja-se por exemplo Sanders 1997; Hardin 2004). Ao recolocar a o interesse próprio numa teoria da democracia, Mansbridge et. al conseguem encontrar processos de deliberação para lá dos clássicos, incluindo também novas formas de discurso importantes.

Contudo isto é uma questão acessória, apesar de acreditarmos que seria interessante uma espécie de fenomenologia das possíveis relações inter-públicos que lhe parecem escapar.⁹⁷

Iremos agora iniciar uma segunda fase da investigação. Se até aqui tentamos compreender como o conceito de democracia é co-essencial ao de esfera pública, e demos a entender que um conceito de poder adequado à mesma tem que se fundar num poder constituído na própria esfera pública, enveredaremos agora pelo caminho da representação. Ora, primeiro tentamos definir o conceito de esfera pública nos seus traços gerais e no seu sentido normativo: como espaço discursivo-crítico de um público que pretende influenciar as esferas políticas de deliberação (como o parlamento) e decisão (como o governo). De seguida analisamos de forma rápida algumas das críticas, dos diversos ângulos que se desenvolveram desde o século XIX, para questionar: existe realmente um público? A teoria deliberativa da democracia, que em parte é uma resposta á descrença geral na ideia de um público crítico – e cuja participação deve ser reduzida aos meros actos eleitorais-, deu-nos um projecto concordante com aquilo que pretendemos investigar: poderá a esfera pública ser revitalizada num contexto de uma democracia mais avançada? Acreditamos que sim, apesar de criticarmos um dos seus pressupostos: a ideia de um consenso racional. Sendo que vários autores contemporâneos já se debruçaram sobre este tema – como também Dewey (2004; 2010) já havia feito quando promovia o diálogo na esfera pública sem desprezar o papel das emoções, da tradição, da cultura e das instituições-, optamos por conceber a ideia de poder dentro de uma teoria agonista. Como Mouffe, acreditamos que a tarefa da democracia é, antes de mais, encontrar formas de poder compatíveis com o facto do pluralismo.

As questões que colocaremos de seguida, convergem agora para o campo da representação. Como entrelinhas fomos deixando implícito, a esfera pública é o centro normativo da democracia, tendo em conta que é nela que radica o próprio poder; sem ela, o exercício do poder político não pode fundar a sua legitimidade. Se a legitimidade do exercício do poder político depende de alguma coisa, é da própria esfera pública. Como Habermas, acreditamos que se a função da esfera pública é influenciar as próprias

⁹⁷ Nancy Fraser aborda estas relações (1992: 121-130)

esferas formais dos Estado⁹⁸, então – e tentando não dar um passo maior que a perna – então, a verdadeira significação da representação deve ser encontrada na relação destes termos. Se a democracia representativa quiser aspirar a mais que uma mera agregação de interesses, então a esfera pública tem uma função essencial e normativa: a constituição daquilo que é representado. É na constituição do representado que pretendemos encontrar uma ideia de poder compatível com a democracia⁹⁹.

⁹⁸ “O fluxo da comunicação entre a formação da opinião, eleições institucionalizadas e decisões legislativas são meios de assegurar que o poder comunicativo é transformado em actos legislativos e poder administrativo” (Habermas 1996: 299).

⁹⁹ Esta questão é muito bem abordada por Hayward (2009), autora que abordaremos posteriormente.

Capítulo 3: A potencialidade representativa da esfera pública

A última parte do nosso trabalho versa sobre a importância do poder comunicativo na democracia representativa. A ideia de um poder comunicativo, significando a constituição de identidades, reforça a importância de compreender a representação para lá do clássico “agir por”. O poder comunicativo, como construção discursiva de identidades que assumem importância pública, vem enfatizar esta ideia discursiva da representação como um “estar” e “falar por”. O que aqui defenderemos é que a representação deve transcender os seus cânones formais e passar para esferas mais informais, sendo que a sociedade civil e a esfera pública guardam em si esta potência representativa. O que aqui tentaremos compreender é como a esfera pública e as esferas representativas formais se devem conjugar para aprofundar a democracia representativa. Trtamos aqui da potencialidade representativa da esfera pública como actividade discursiva de construção de identidades e de como esta se pode transformar, se não em poder adminidartivo, pelo menos num poder – coercivo ou não- sobre aqueles que agem por nós. De facto, o que defendemos é que a representação na esfera pública deve potenciar a inclusão das perspectivas politicamente relevantes nas esferas formais da representação. Antes de mais iremos contudo compreender alguns problemas das teorias clássicas da representação, iremos rebater algumas críticas à própria representação e defenderemos ainda as virtudes da mesma. A teoria da representação democrática tem conhecido avanços sem paralelo na história da filosofia e ciência política.

3- A esfera Pública no centro de uma teoria normativa da representação: a representação como um *continuum*

A representação tem encontrado diversos obstáculos à sua compreensão tradicional. De facto, uns sem número de problemas que surgem com o avanço da democracia interferem com esta compreensão (Vejam-se por exemplo Urbinati e Warren 2008; Rehfeld 2006; Warren e Castiglione: 2006; Saward: 2008; Dryzek e Neimeyer 2008; Mansbridge 2003)¹⁰⁰. Iremos agora inaugurar um novo ponto neste trabalho. A partir daqui tentaremos aferir a importância de uma esfera pública dentro de uma teoria da representação. Durante muito tempo, a representação foi “pensada meramente a partir da sua instrumentalidade”, como forma de articular a democracia com os problemas impostos pelas sociedades mais avançadas e alargadas (Urbinati 2000). Inclusivamente

¹⁰⁰ Importa-nos aqui especialmente as delimitações não-territoriais do eleitorado, que era a “standard account” das teorias mais clássicas da representação. Neste sentido, a esfera pública será um elemento fundamental na constituição de eleitorados extraterritoriais. Também neste sentido, o próprio representado deve ser repensado.

Pitkin, que fundou (ou sublinhou teoricamente) largamente aquilo que entendemos actualmente por representação, se emerge nesta crítica ao seu trabalho classico num estudo mais recente, compreendendo as dificuldades dos trâmites formais e institucionais em que se imiscuiu e reclamando um modelo mais participativo (2004). De facto, as tentativas de conceder um sentido mais normativo à representação são ainda escassas (Urbinati 2007). A representação é desde o seu início uma questão que impõe várias dificuldades. Se a democracia tem nos seus genes a ideia do governo directo pelo povo, através da participação nos processos de decisão, o fenómeno da representação vem alterar substancialmente este paradigma. A dificuldade da representação é conjugar-se com o ideal verdadeiramente democrático, isto é “a capacidade de cada cidadão afectado pela decisão ter uma igual cpacidade de influenciar a decisão” (Warren e Castiglione 2006: 4). Contudo, um não pequeno grupo de autores tem-se esforçado por encontrar na mediação (*indirectness*) representativa a verdadeira essência da democracia (ex: Plotke 1997; Urbinati 2000; Kateb 1979; Saward 2008; Mansbridge 2003; Young 1997; Urbinati e Warren 2008; Runciman 2007).

De maior importância para os nossos intentos são, contudo, os autores que têm tentado trabalhar o tema da representação conjuntamente com algumas teses da democracia deliberativa, investigações que são, na nossa opinião, frutíferas tanto para reanimar o tema da representação como para retirar a crescente e vasta literatura da democracia deliberativa da estagnação em que parece encontra-se. Contamos entre estes autores Mansbridge, com os conceitos de representação antecipatória, giroscópica e substituta (2003)– *antecipatory, gyroscopic e surrogate*, repectivamente-; Urbinati com o conceito de representação como advocacia (2000); Saward, que compreende a representação como um processo de *claim-making*¹⁰¹; Dryzek e Niemeyer que abrem a porta à representação discursiva (2008), ou ainda outros que, como Rehfeld, não se focam directamente na deliberação mas deixam-nos espaço para a pensar dentro da forma como a concebem (2006). Importante será portanto levantar algumas questões das quais nos ocuparemos nesta breve investigação de forma compreender como representação e democracia deliberativa podem conjugar-se e animar-se mutuamente.

Em 1997, Plotke abre um espaço no meio de uma aparente contradição que se havia esboçado desde Rosseau, a saber entre representação e participação quando escreve que “o oposto da representação não é a participação. O oposto da representação é a

¹⁰¹ Não encontramos tradução que possa corresponder ao termo em questão.

exclusão. O oposto da representação é a abstenção. A representação não é o compromisso infeliz entre o ideal da democracia directa e as modernas realidades complexas. A representação é crucial na constituição de práticas democráticas”¹⁰² (1997, p.19; na mesma linha ver, p.ex: Urbinati 2000; Brown 2006; Warren e Castiglione 2006). Um dos problemas actuais da teoria clássica da representação refere-se claramente ao problema da inclusão e da exclusão e de como os próprios sistemas eleitorais criam diferentes padrões de inclusão e exclusão na tradução dos votos em poder; a igualdade presente no voto e que define a representação como uma relação de “principal-agent” encontra-se num equilíbrio precário dependente dos diferentes sistemas eleitorais (Urbinati e Warren 2008: 389). A deliberação pode por um lado mitigar estes padrões de exclusão que se vão perpetuando com os próprios sistemas eleitorais, bem como pode ajudar a ultrapassar os problemas impostos à representação formal como uma relação um-aum. Além disso a deliberação pode ainda ajudar a ultrapassar as dificuldades do “principal” ao atenuar por exemplo os seus défices de informação que podem inclusivamente traduzir-se na corrupção da relação representativa (Urbinati e Warren 2008; Gargarella 1998). Esta contradição – entre participação e representação- ditou o descrédito da própria representação como mera questão de “utilidade” e colocou-a sob fogo cerrado, “opondo a representação não apenas à democracia, mas à política no seu significado mais genuíno” (Aurélio 2009: 11):

“Os problemas que a representação suscita, residem precisamente na dificuldade de a inserir no quadro geral da racionalidade em que pensamos o político e que assenta no pressuposto da autonomia individual, ou seja, do direito inalienável do indivíduo a ser legislador de si próprio.” (Idem: 12).

Um dos grandes problemas da representação é o facto de viver essencialmente de um “modelo sancionador”; o grande problema reside na representação assim concebida, retirar a democracia do seu lugar clássico, isto é, a participação e a responsabilidade dos cidadãos nos processos de decisão, para a mera responsabilização daquilo que é feito em seu nome (ex: Rosanvallon 2008; Mansbridge 2003, 2009; Urbinati 2000). A democracia deliberativa, situada estrategicamente entre “participação e representação” (Della Porta 2014: 60; ver também Brown 2006: 205) tem como objectivo operar esta

¹⁰² Para a formulação afirmativa da mesma tese: “A norma da democracia é, sinteticamente, a “empowered inclusion” de todos os afectados pelas decisões e acções colectivas”. (Warren e Castiglione 2006: 4).

delicada síntese ao ofertar à representação uma maior possibilidade de inclusão e ao superar as limitações das suas instituições formais. Mas só o pode fazer por meios indirectos: a democracia deliberativa propõe formas de participação discursivas que medeiem – mesmo que indirectamente e não por processos formais- entre a sociedade civil e o Estado¹⁰³. A sua dificuldade é como metamorfosear este poder comunicativo gerado pelo público (no seu sentido comunicativo-crítico) em poder administrativo e acção política (Habermas 1996), porque a “representação política depende da contínua interacção entre as esferas da decisão nas instituições do Estado e os vários modos de conversação pública, incluindo tanto o discurso público informal, bem como formas mais estruturadas de deliberação que ocorrem na sociedade civil” (Brown 2006: 206). Cabe-nos tentar compreender portanto, a importância destes canais extra-institucionais, isto é, da esfera pública, numa teoria da representação. A deliberação e a esfera pública ofertam um caminho promissor em direcção à síntese entre participação e representação: “O foco na deliberação permite-nos compreender a participação e a representação não como formas alternativas de democracia mas como formas relacionadas de constituir a acção política nas modernas democracias. Visto deste ângulo a distinção entre política directa e indirecta é um caminho de interpretação promissor: ele aglomera as componentes dos espaços institucionais e socioculturais onde a acção política – desde as opiniões até aos processos de decisão- ganha forma”. (Urbinati 2000: 759). Do ponto de vista de Urbinati, a relação entre deliberação (nos corpos parlamentares, mas especialmente na esfera pública) e representação está fundada sobre três pressupostos que nos revelam a sua íntima relação:

“Primeiro, o discurso público é a principal característica da democracia e dá-lhe valor [entenda-se, normativo]. Em segundo lugar, a mediação (e a representação como um modo de mediação) desempenha um papel chave ao forjar o carácter discursivo da democracia. Em terceiro lugar, a representação sublinha a natureza ideológica¹⁰⁴ e judicativa da democracia (a sua reflexividade em termos contemporâneos), uma arte através da qual os indivíduos transcendem a imediatez da sua experiência e interesses, e educam o seu julgamento político a partir das opiniões dos outros.” (Urbinati 2000: 760).

¹⁰³ Vejam-se os métodos desenvolvidos por Fishkin (2011), mas também os analisados por Brown (2006), Urbinati e Warren (2008), Fung (2006), entre outros.

¹⁰⁴ Por ideológica entenda-se a representação “como projecção dos cidadãos numa perspectiva orientada para o futuro” (Urbinati 2000: 760).

Quando ligada ao ideal deliberativo, a representação “é um processo alargado (*comprehensive*) de refinamento, mediação e filtração da formação da vontade e expressão política”¹⁰⁵ (Idem). A mediação na política- “e o discurso como uma forma de mediação”- “abre espaço à deliberação”. A mediação favorece além do mais “a distinção entre deliberar e votar”. A mediação, representativa e discursiva-participativa de uma esfera pública, “promove a relação entre a assembleia e o povo, permitindo que este reflita sobre si, sobre as suas leis, instituições e líderes”. “O espaço temporal e espacial aberto pela representação suporta a confiança, o controlo e o escrutínio (*accountability*) se for preenchida pelo discurso (isto é, por uma esfera pública articulada). Só este carácter deliberativo da representação e da esfera pública pode “expandir a democracia para lá dos seus trâmites administrativos”. (Urbinati 2000: 761) Na perspectiva de Urbinati, a função da esfera pública é criar uma co-extensividade e simultaneidade espacial e temporal entre a *dimensão actual* (o parlamento) e a *dimensão deferida* (*deferred*)¹⁰⁶ - mais precisamente, a esfera pública). A simultaneidade entre estar (“standing”), agir (*acting*) e falar (“talking”), coloca a representação como uma actividade continuamente articulada com a participação numa esfera pública (Ver também Warren e Castiglione 2006: especialmente 9-11). Se até aqui, a nossa investigação tentou explicar as virtudes do público – e colocou em questão se existia um público nesse sentido normativo que fomos delineando-, foi porque concebemos uma ideia de representação em consonância com este ideal.

Outro ponto importante é que uma esfera pública assim concebida, permite aos participantes compreenderem a parcialidade das suas posições, no sentido em que despersonaliza as próprias demandas em termos de ideias (ex: Urbinati 2000; Rautenfeld 2005; Young 1997). A diferença é o recurso pelo qual “a multiplicidade e contingência das ideias, permite ao indivíduos distanciar-se das suas ideias”¹⁰⁷, de tal modo que as compreende como contingentes e mutáveis, e não inteiramente universais e permanentes” (Reutenfeld 2005: 192; ver também o conceito de reflexividade em

¹⁰⁵ Entenda-se que esta formação da vontade e da expressão política através da deliberação não coincide com o ideal tradicional do consenso da democracia deliberativa. Basta ver como Urbinati defende a perspectiva agonista de Mill (Urbinati 2000).

¹⁰⁶ O interesse deste conceito proposto inicialmente por Young – dentro de uma teoria da representação política- revela-se essencialmente na forma como contorna a questão do paradoxo da representação, indicado logo nas primeiras páginas do clássico de Pitkin (ver data: 11). Outro estudo interessante sobre este paradoxo é o de Runciman (2007).

¹⁰⁷ Por reflexividade entenda-se aquilo que Warren e Castiglione (2006: 10) e Urbinati (2000) definem como o distanciamento dos interesses imediatos dos indivíduos. A representação, tomada no seu sentido reflexivo, adquire o carácter de “ideal”, como future-oriented. Tal só é possível com base numa cidadania participativa deliberativa.

Warren e Urbinati 1008; Warren e Castiglione 2006). Neste sentido, a diferença não só está ontologicamente fixada em estruturas sociais, como ela é, tomada positivamente, o verdadeiro recurso democrático que permite a deliberação (Young 1997; Arendt 2001). Só assim as identidades se podem constituir a partir da reflexividade que é inerente à participação. Defenderemos que as formas de representação não-eleitoral que iremos estudar diferem essencialmente das formas de representação formal, tanto em natureza como em função.

3.1- A esfera pública e a constituição de identidades: a geração do poder

Um dos problemas que tem assaltado as teorias clássicas¹⁰⁸ da representação prende-se com o vínculo territorial segundo o qual se constitui a identidade do eleitorado (vejam-se por exemplo Warren e Castiglione 2006; Rehfeld 2006; Warren e Urbinati 2008; Saward 2008; Della Porta 2013: 187; Mansbridge 2003¹⁰⁹; veja-se ainda, com a devida precaução Habermas 1996: 300). De facto, não é só a proliferação de arenas de decisão internacionais que coloca este problema; “existem cada vez mais assuntos que são não-territoriais por natureza” (Warren e Castiglione 2006: 1). A nós interessam-nos especialmente estes assuntos não-territoriais. Como Urbinati e Warren advertem, a questão da territorialidade da representação inculca problemas normativos a uma teoria da representação:

“De uma perspectiva normativa, a definição geograficamente fundada do eleitorado, introduz um critério arbitrário de inclusão-exclusão¹¹⁰ desde o início. As exclusões

¹⁰⁸ Entenderemos as teorias clássicas sobre os quatro termos propostos por Warren e Urbinati: 1º- Uma relação entre principal-agent – o eleitorado fundado sobre a sua base territorial- em que os últimos elegem os primeiros para actuar em nome dos seus interesses e opiniões, separando desta feita, a fonte da legitimidade do poder, daqueles que o exercem; 2º a representação como um espaço dentro do qual se identifica a soberania popular com o poder do estado; 3º mecanismos eleitorais que forcem de alguma forma a responsivness dos representantes (accountability através da sanção eleitoral); 4º- sufrágio universal que permita que a representação eleitoral tenha um elemento de equidade (autorização do exercício do poder pelos agentes) (Urbinati e Warren 2010: 389). Esta “standard account” foca os pontos principais da teoria Pitkiniana, isto é, os elementos formais (autorização e accountability) e os elementos substantivos “do agir substantivamente por” (Pitkin 1967). Para um complemento, veja-se Rehfeld (2006: 2-3) e Saward (2008: 1002): A representação é somente acerca de eleições e só os eleitos podem ser representantes; em termos de representação a única identidade que interessa é o estado-nação (a fronteira territorial do eleitorado); a questão que se coloca é sempre a do papel do representante – os interesses e opiniões do eleitorado são dados como transparentes; A representação é uma relação uma-a-um de principal-agent.

¹⁰⁹ Especialmente o conceito de *surrogate*, que é uma forma especial de representação não-territorial.

¹¹⁰ Relembre-se que com Plotke (1997) a questão da representação tornou-se a questão da inclusão ou exclusão. Neste sentido, e de um ponto de vista normativo, a questão da territorialidade torna-se problemática a partir do momento em que exclui problemas não-territoriais. A democratização da

incidem não “no povo”, que tem afinal o franchise universal por residência, mas antes em “assuntos”, visto que eleitorados fundados em termos de residência, definem os interesses em termos de residência, como os mais importantes para a conversação e decisão política” (Urbinati e Warren 2008: 396; veja-se ainda 389-391).

O locus discursivo da democracia permite salientar a importância de uma definição de eleitorado para lá da territorial (ex: Urbinati e Warren 2008; Warren e Castiglione 2006; Saward 2010; Urbianti 2000), e assim reforçar a importância da deliberação como constituição discursiva de identidades. Avisando de antemão que damos um passo sem fundo para pôr o pé, queremos deixar clara uma posição, para o que vier posteriormente poder ser adequadamente enquadrado. Apesar da organização institucional do sistema representativo estar configurada de tal modo que os círculos e distritos eleitorais estejam representados nas instâncias nacionais, acreditamos que a representação não é, de todo, uma questão territorial. O representante não deve representar os interesses do seu círculo; antes, ele deve representar uma determinada perspectiva de um público – que esse público esteja delimitado territorialmente é uma questão secundária¹¹¹. Apesar de não termos como corroborar o que acabamos de dizer, acreditamos que implicitamente alguns autores já o vão denotando¹¹². Como dizem Urbinati e Warren, sendo a representação uma questão de “*empowered inclusion*”¹¹³ (2008: 396) (do representado), “as exclusões não funcionam no *povo*, que está incluído universalmente pelo franchise residencial, mas antes em *assuntos* (*issues*).” (2010: 397)

A questão da territorialidade ou não-territorialidade daquilo que é representado, isto é, o eleitorado, é a nosso ver uma falsa questão, ou pelo menos uma de menor importância para uma teoria da representação. Esta questão radica contudo, numa outra, que a nosso ver é digna de ser reflectida, e para a qual se começa agora a chamar a atenção (Warren e Castiglione 2006: especialmente 8-14; ver também, por exemplo, Saward 2008: 1002;

representação passa por incluir questões mais complexas e para lá das territoriais, visto que o indivíduo é definido por um conjunto de traços (*multiple membership*) que transcende essas questões.

¹¹¹ “Grupos de pressão e advocacia podem organizar territorialmente votos ao longo de linhas não-territórias” (Urbinati e Warren 2008: 388).

¹¹² Veja-se por exemplo a definição da representação como advocacia (Urbinati 2000) ou de substituto (Mansbridge 2003). Acreditamos também que as teorias descritivas (como por exemplo Phillips (1995) ou Young (2000) vão de encontro a esta posição)

¹¹³ Por “*empowered inclusion*” entenda-se a face activa do representado na sua relação com o representante, isto é, de estar incluído na representação e agir sobre o representante. (Urbinati e Warren 2010: 396).

Hayward 2009)¹¹⁴: *o que é representado e como se constitui?*, ou, posto na sua formulação institucional, quem é o eleitorado e como se define?¹¹⁵:

“As fronteiras podem ser territoriais, de tal modo que todos os que estão num território possam ser incluídos. Historicamente, contudo, estas fronteiras foram suplementadas por fronteiras étnicas, raciais e/ou características sexuais de tal forma que as “pessoas relevantes” incluem, exclusivamente, digamos, os “native born” ou homens brancos dentro de um determinado território. Nos casos em que a democracia territorial se estabeleceu, estas diferenças foram usualmente causa de lutas democráticas. Mais recentemente tornou-se claro que as fronteiras podem ser determinadas por “assuntos” (*issues*) [...] nestes casos “as pessoas” [“the people”, que optamos não traduzir por povo] podem ser constituídas e reconstituídas como uma colectividade auto-governada para cada problema e para os seus efeitos. Implicado neste tipo de fronteira, está uma forma complexa de cidadania, na qual os indivíduos têm um múltiplo posicionamento (*multiple membership*), dependendo da natureza e do domínio das decisões colectivas. Esta forma de delimitação incorpora a velha noção liberal e a complexidade que já prefigurava: a noção de que alguns assuntos são propriamente públicos enquanto outros –privados– não têm um público relevante” (Warren e Castiglione 2006: 4; ver também Urbinati e Warren 2008: 396-398). Neste ponto, tentaremos abordar a questão da constituição de identidades na esfera pública e a importância das mesmas para a representação política.

Mas antes de mais, o que é uma identidade no seu sentido político? Como se constitui e qual a sua função num sistema representativo?¹¹⁶ As perspectivas essencialistas, tendem a ver os grupos a partir da identidade consigo mesmos, isto é, como uma mera unidade interna, “que tem os mesmos interesses, concordam nos mesmos valores, estratégias e políticas que promovem esses interesses” (Young 1997: 388; ver também Phillips

¹¹⁴ Cada vez mais autores têm incidido nesta questão. Durante muito tempo a questão daquilo que é representado foi relegada para um segundo plano. As teorias minimalistas da democracia, concebendo os interesses do eleitor como exogenamente fixados ao próprio processo representativo, acabaram por levar os autores a desprezar esta questão. Como o foco no processo de formação dos interesses e posições dos eleitores, a democracia deliberativa acabou por trazer a lume esta questão. É curioso ver, como já em 1947, Handcock, fazia uma crítica semelhante: “É curioso que, após dois séculos e meio de experiência de governo representativo [...] ainda não tenhamos uma teoria coerente daquilo que é o representado” (1947: 99).

¹¹⁵ Como iremos ver nesta investigação, a representação pode acontecer sem um eleitorado no verdadeiro sentido da palavra. Fazemos portanto uma distinção entre o representado, tomado em termos institucionais e não-institucionais.

¹¹⁶ Para abordar este ponto iremos estudar poucos autores. As críticas às perspectivas essencialistas, não serão feitas directamente, mas indirectamente e a partir deles.

1996). A questão da identidade de um grupo deve contudo deparar-se com mais algumas questões. Na verdade, “todos os indivíduos se relacionam com uma pluralidade de grupos”, assim como o grupo “homens” “se divide por classe, raça, religião, idade, entre outros” (Young 1997: 388). Por grupo, isto é, pela identidade de um grupo, devemos conceber algo distinto de um essencialismo interno e imanente, especialmente numa sociedade em que o indivíduo é lançado num “múltiplo posicionamento”¹¹⁷ (*multiple positioning*) (Young 1996, 1997; Phillips 1996; Saward 2009: 5). A identidade de um grupo é distinta da identidade do indivíduo, e não pode ser inteiramente captada por ela.¹¹⁸ Neste sentido, “os grupos devem ser entendidos em termos relacionais, e não como entidades auto-idênticas (*self-identical*) e substanciais como atributos essenciais” (Young 1997: 389). Posto de outra forma, a sua identidade deve ser compreendida dialecticamente, como um retorno a si próprio a partir da sua negação, “é a constituição de um “nós” através da determinação de um “eles”” (Mouffe 2010: 276), ou, posto em termos hegelianos, “na oposição, a diversidade é tal que um apenas é enquanto não é o outro e, ao mesmo tempo, não é a não ser enquanto o outro é, ou no seu conceito reside imediatamente o seu oposto” (Hegel 1989: 166). Recorrendo a conceitos filosóficos como o Heideggeriano “ser-aí-lançado [no mundo como estrutura onto-sociológica¹¹⁹]” (*thrownness*), Young funda uma espécie de sociologia das identidades, como estruturas hierárquicas de subordinação cultural, económica, racial, etc.. A função própria da esfera pública, enquanto espaço de constituição de identidades, é o de promover a deliberação através destas diferenças estruturais sociais – “agimos em situação, em relação com as condições estruturais e nas suas interacções dentro das quais somos lançados” (Young 1996, 1997: 392). A diferença deve antes de mais ser concebida como um “recurso essencial para a deliberação”.

“Sociedades complexas, posicionam os indivíduos de múltiplas formas, tantas quanto as múltiplas estruturas de privilégio e subordinação relativamente ao poder, à localização dos recursos e à hegemonia normativa” (Young 1997: 392-393).

A questão que se deve colocar é, portanto, como podemos conceber estes grupos relacionalmente e não em termos essencialistas e mutualmente exclusivistas. A resposta

¹¹⁷ Este múltiplo posicionamento torna impossível a representação total do principal –isto é, do representado-, de tal forma que a representação é sempre parcial (Saward 2008: 1003; 2009: 3).

¹¹⁸ Este problema é muito bem abordado por Saward dentro de uma teoria da representação (2008, 2009), que abordaremos em breve.

¹¹⁹ Veja-se a definição de mundo compreendida no sentido heideggeriano como estudada no ponto 1.2.2) desta investigação.

de Young é que estes grupos devem ser entendidos como “perspectivas sociais”. Uma perspectiva social não deve ser entendida como “uma auto-apreciação ou interesse, mas antes como uma perspectiva acerca destas estruturas, relações e eventos sociais” (Young 1997: 394). Pergunta então Phillips: “Poderão os asiáticos ser representados por afro-caribeanos, Hindus por muçulmanos, mulheres negras por homens negros? Ou estes grupos não têm nada mais em comum que o facto de serem excluídos do poder?” (1996: 148-149). O que Phillips deixa entrever é esta possibilidade de grupos diferentes poderem encontrar posições socio-estruturais comuns. Compreender a identidade neste sentido, como uma perspectiva social sobre as estruturas em que somos lançados requer que se repense a diferença em termos de uma perspectiva social e não como “grupos fixos, fechados e delimitados” (Young 1997: 398). A diferença essencial entre a representação de interesses e opiniões e a representação de uma perspectiva social é que os primeiros reflectem uma tendência para os “outcomes” enquanto a segunda deve ser entendida como um ponto de partida para a discussão:

“Uma perspectiva social refere-se à experiência, história e conhecimento social que deriva de um posicionamento social. Representar uma perspectiva social significa aproximar-se da discussão pública e da decisão com a experiência e o conhecimento daqueles estruturalmente posicionados numa forma específica. Representar um interesse¹²⁰ ou opinião, sugiro, requer, usualmente, promover determinados outcomes nos processos de decisão. Representar uma perspectiva, significa, por outro lado, promover certos pontos iniciais para uma discussão”. (Young citada em Urbinati 2007: 269-270).

Se Mouffe tinha tentado converter o antagonismo em agonismo, sem contudo explicar o *como* dessa transformação, Young parece dar um passo em frente ao metamorfosear os interesses e opiniões em perspectivas. A tese de Young encontra similaridades com a ideia de esfera pública proposta por Arendt. Contudo, se Arendt opta por uma compreender a “perspectiva” a partir do indivíduo, Young dá-lhe aquilo que é necessário para que a esfera pública tenha algum sentido dentro de sociedades democráticas avançadas, fundando-a sobre caracteres colectivos. Veja-se como Young coloca diferença das perspectivas como o verdadeiro e único recurso deliberativo,

¹²⁰ Apesar de Young distinguir “interesses” de “perspectiva social”, Mansbridge, na esteira de Plotke (1997: 32), parece definir “interesse” num sentido próximo do de Young, não só por compreender que ele é o produto de uma deliberação e ser essencialmente mutável, bem como tem imanente a ideia de constituição de identidade de grupo. Um interesse é simultaneamente uma “preferência esclarecida” (*enlightened preference*), mas também é mutável e contestável (Mansbridge 2003: 517 n.6).

novamente, à semelhança de Arendt (1997: 398-404). A importância destes grupos é a dissolução do poder sobre recursos – sejam intelectuais, económicos, ou outros- e a sua transformação em poder comunicativo, de tal modo que “a comunicação pública” substitua a “injunta política orientada para a aquisição de poder que actualmente experienciamos”, aproximando-a mais “do seu verdadeiro ideal” (Young 1997: 404). Ou, como Hayward coloca a questão, a legitimidade das instituições representativas só pode ser forjada se promover “conflitos livres e iguais sobre normas e princípios colectivos”, o que só pode acontecer se essas mesmas instituições promoverem a formação de identidades através da educação do público e dos seus interesses, ao invés de meramente reflectirem um agregado de opiniões pré-fixadas¹²¹ (Hayward 2009).

“É precisamente este desengajamento das identidades colectivas e dos indivíduos que permite aos representantes representar discursivamente posições públicas, servindo simultaneamente para canalizar e estruturar as esferas públicas. Sem este desengajamento de pessoas e interesses específicos, a política falharia o seu *locus* discursivo¹²² e seria reduzida à agregação e negociação¹²³ de identidades e interesses.” (Warren e Castiglione 2006: 13)¹²⁴; e ainda: “A representação deve ser concebida bifasicamente: ela é, primeiro, um processo dialógico no qual os cidadãos intentam clarificar as suas preferências [num contexto participativo em cujo produto do conflito são demandas para um contexto específico] e, em segundo, seleccionar os representantes que levarão, essas preferências esclarecidas, a cabo.” (Disch 2011: 104)

¹²¹ Será aqui importante ressaltar que o processo de constituição das identidades não é meramente um processo horizontal, isto é, não é somente em e a partir da esfera pública que elas se constituem para actuarem sobre as instâncias representativas. A constituição de identidades requer também que os representantes “eduquem” o público de tal forma que haja uma “reflexividade”. Veja-se por exemplo o conceito de representação mobilizadora (*mobilization*) de Disch (2011), ou o de representação antecipatória (*anticipatory*) de Mansbridge (2003); veja-se também aquilo que Saward chama o carácter estético da representação–“o eleitorado é constituído, não meramente reflectido” (2008: 1004 e 1009-1010) ou a ideia de representação interpretativa de Pettit (2009). De facto, o representante tem como função, não exclusivamente reflectir determinados interesses, mas constituir-los na relação bilateral com o representado. A identidade do representado só pode ser adquirida no próprio acto da representação a partir desta ambivalência relacional entre representante e representado (Warren e Castiglione: 2006). Assim dizem Warren e Castiglione: “[Os representantes] funcionam como figuras fundamentais na representação e mediação dos debates públicos reflectindo desta feita os interesses e identidades de volta até ao eleitorado [*constituency*]. Esta representação reflexiva das posições e argumentos deve, idealmente, permitir aos eleitores seguir os debates e reflectir acerca das suas posições, de tal forma que os representantes possam, em última instância, reclamar representar a “vontade pública” tal como reflectida numa opinião pública desenvolvida” (2006: 13-14). Ver ainda Urbinati (2000) e Manin (2015).

¹²² Relembremos que este locus discursivo é o próprio fundamento normativo da democracia representativa e que a torna superior à democracia directa, como já vimos no ponto anterior (Urbinati 2000).

¹²³ A negociação contrapõe-se essencialmente à deliberação (ver por exemplo Elster 1998; Shmitt 2009; Habermas 1996).

¹²⁴ Esta tradução é bastante livre, mas capta as palavras de Disch.

Conceber a identidade neste sentido, isto é, como “perspectiva social”¹²⁵ ou “interesse esclarecido”, ajuda-nos ainda a ultrapassar um outro problema que, a nosso ver, as teorias clássicas da representação parecem implicar: que a qualidade da representação seja aferida através de uma relação “principal-agent” na qual o “principal” é o indivíduo, e que esta “é uma assunção tomada como garantida nas últimas quatro décadas” (Saward 2008: 1002; ver também Warren e Castiglione: 2-3)¹²⁶. Que a teoria e os estudos empíricos tenham regularmente seguido este caminho não é algo que nos deva admirar (Saward 2008: 1002). De facto, dentro do contexto minimalista que dominou durante décadas no século XX, em que a representação foi concebida como um mero processo individual de escolha de elites -em que os processos formais de autorização e *accountability* são eles próprios individualizados com o descrédito do público- é natural que tal tenha acontecido. Com as teorias deliberativas da democracia, em que a formação de interesses e a recuperação do público e de um conceito activo de cidadania, num contexto extra-institucional, tem-se vindo a revelar um interesse pela ideia das identidades, como perspectivas sociais, ou interesses esclarecidos¹²⁷. Curiosa também é a forma como muitos autores, compreendem que só através do próprio processo representativo pode constituir verdadeiramente estas identidades¹²⁸.

O que se tem vindo a propor não é novo, veja-se que já Mill (2001) compreendia que aquilo que deveria ser representado eram perspectivas, não pessoas. Cada vez mais, a literatura parece virar-se aquilo que é representado como algo supra individual. A

¹²⁵ Vejam-se as similaridades entre Alcoff e Young: “A localização do falante (*speaker*) (que tomo aqui para me referir à localização social, ou identidade social) tem um impacto epistémico signficante nas reivindicações do falante que podem servir para o autorizar ou desautorizar.” (Alcoff 1991: 7)

¹²⁶ Note-se contudo que Pitkin, cuja seminal obra é de óbvia importância para a teoria da representação no século XX, não deixava entrever a possibilidade do “principal” ser concebido em termos supra-individuais. Aquilo que é comumente denominado “de critério da não-objecção” (como formulado em Pitkin 1967: 155), está agarrado “à capacidade dos *indivíduos* [ênfase minha] objectarem aquilo que é feito em seu nome”. Apesar de Pitkin conceber a actividade da representação como um processo sistémico e alargado, não deixa de cair nas manhas do indivíduo. Para uma crítica veja-se Disch (2011: 107; Runciman 2007: 102-104). Neste sentido, como diz Runciman, é importante que “o público permaneça uma não-pessoa”: “Grupos que agem no seu direito, acima das objecções dos seus membros individuais, devem ser considerados como tendo uma mete própria” (2007: 104; ver também o artigo em que se inspira, Pettit 2003). O importante é que a capacidade de julgamento e de acção em direito próprio possa ser concebida também num sentido supra-individual.

¹²⁷ Um ponto que é de maior interesse, e que abordaremos já de seguida, é que a identidade destes grupos depende da própria representação. Um grupo só adquire a sua unidade a partir do próprio processo da representação (ex: Urbinati 2000; Saward 2008, 2009; Disch 2011; Rautenfeld 2005) vejam-se os outros autores citados na nota 102?). Esta ideia não é também nova. Contudo tem existido como uma reanimação da mesma.

¹²⁸ Saward e Disch, performativo; Pettit interpretativo; Urbinatti 2000; Warren e Castiglione; Rautenfeld 2005)

representação parece virar-se para o campo do discurso e das ideias¹²⁹ (ex: Saward 2007, 2009: 3; Urbinati 2000, 2007; Young 1997; Dryzek e Niemeyer 2008). A constituição de identidades¹³⁰ através de um modelo deliberativo na esfera pública, é a constituição do poder comunicativo que Mouffe reclama. Estas identidades são essencialmente discursivas e não se podem constituir como algo “físico ou material”, elas são essencialmente desindividuídas¹³¹. Mesmo se pretendêssemos retornar ao indivíduo como identidade, teríamos que voltar a admitir que esse “eu” é, ele próprio, constituído por discursos (Dryzek e Niemeyer 2008: 483). Contudo é importante lembrar que esta “não-materialidade” das identidades não significa que não sejam “reais” (Schmidt 2008: 305): “O que é representado não são pessoas como tal, mas antes alguns dos interesses, identidades e valores que os indivíduos têm e partilham. As relações representativas seleccionam alguns aspectos específicos das pessoas [...] de tal forma que se tornem publicamente visíveis, articuladas em linguagem e símbolos, e assim, politicamente salientes.” (Warren e Castiglione 2006: 13). De facto, em termos de policy-making, para que haja racionalidade e imparcialidade – para que hajam portanto as condições necessárias de uma verdadeira deliberação- nas decisões, convém que todos os discursos e perspectivas estejam representados (Dryzek e Niemeyer 2008¹³²; Gargarella 1998).

Voltando a citar uma passagem –já citada- de Mouffe: “[...] o poder não deve ser concebido como uma relação externa que toma lugar entre duas identidades pré-constituídas, mas é antes o processo da constituição das próprias identidades”. (Mouffe 2010: 275; ver também 1996: 247). Se a ideia da soberania popular reside realmente na esfera pública, e se esta tiver verdadeiramente uma função dentro da democracia representativa, então temos que concebê-la como o espaço onde a constituição das identidades, isto é, onde o poder comunicativo, se pode traduzir, de alguma forma, em poder administrativo, como Habermas pretendia. Aliás, o poder comunicativo só o é se

¹²⁹ Falamos aqui de “ideias” para utilizar a terminologia dos autores. Compreenda-se que “ideias” e “discurso” não são duas coisas distintas, as primeiras são os elementos que compõe a unidade das últimas. O discurso é essencialmente um composto coerente de ideias (Schmidt 2008: 306).

¹³⁰ Por identidades, deixemos aqui claro, não contaremos somente características ascríptivas. Por identidades entenderemos o discurso deliberado formado sob um conjunto de ideias –interesses esclarecidos, perspectivas, etc.- por uma determinada colectividade ou comunidade.

¹³¹ Este é um dos motivos pelos quais Urbinati (2000), bem como vários outros autores desde Habermas compreende a deliberação como forma de educação e transcendência do mero interesse próprio.

¹³² Note-se que Dryzek distingue discurso de perspectiva (como proposta por Young), na medida em que o discurso é independente das estruturas sociais (2008: 483). Nós, contudo, utilizaremos aqui uma ideia discursiva de perspectiva social e não atentaremos nestas pequenas divergências terminológicas, que, a nosso ver, não deverão alterar o rumo da presente investigação.

a influência dos actores sociais for traduzida em poder administrativo (Habermas 1996). A questão que agora colocamos é: como podemos aprofundar a relação entre a esfera pública e as instâncias representativas? Em ordem a este fim, acreditamos, é necessário repensar e alargar a questão “quem representa?”, estas identidades, como formas de poder comunicativo, mais compatíveis com o ideal democrático. Noutras palavras: quem representa? E porque o escolhemos?

3.2 – A representação não-eleitoral e a nova significação do representante

A teoria clássica da representação, que fazemos aqui remontar a Pitkin (1967), define a representação a partir de um sentido formal – autorização eleitoral e *accountability* – que, contudo, não é suficiente para a compreender; neste sentido Pitkin define substantivamente a representação como “um agir por outros” de uma forma responsável (*responsive*) (1967: 209)¹³³. De facto, bem entendida, a teoria clássica da representação focando-se exclusivamente na sua componente institucional, acerta quando define a representação como “um agir por”, visto que “só o sistema político pode agir” (Habermas 1996: 300), na medida em que só ele pode exercer verdadeiramente o poder político. O representante é, portanto, aquele que sendo autorizado a exercer o poder político, age pelo representado, ao qual tem que se justificar: se não for responsável, será sancionado com a retirada do cargo (*accountability*). Uma questão que tem cada vez mais vindo a ser colocada é a de se os caracteres formais da representação (especialmente a autorização) são uma condição necessária para definir alguém como representante (vejam-se por exemplo, Urbinati 2000; Urbinati e Warren 2008; Warren e Castiglione 2006; Rehfeld 2006; Saward 2007, 2008, 2009; Rautenfeld 2005).

Num artigo muito interessante, Rehfeld (2006), inaugura uma “teoria geral da representação” que, sem incidir directamente sobre a ideia de uma esfera pública, lhe abre espaços muito interessantes a novas formas não-eleitorais de representação. Afastando a ideia da representação do seu sentido tradicional –formal-, Rehfeld pretende devolver-lhe um “sentido robusto, não-normativo, descritivo” (Rehfeld 2006:

¹³³ Pitkin (1967) exclui as formas de representação descritiva e simbólica por serem formas passivas de representação, não captando a própria substância do acto representativo. Estas formas não se revelam “num agir por outros” (*substantive acting for*) mas antes num passivo “estar por outros” (*standing for*).

2)¹³⁴. Rehfeld define a representação como “o julgamento de uma audiência, acerca da capacidade de um indivíduo, e não outro, “estar” (*stand for*) por um grupo, em ordem a cumprir (*perform*) uma acção específica” (2006: 2; ver também Saward 2008: 1002; Urbinati e Warren 2008: 396)¹³⁵. Neste sentido, as teorias clássicas que dão conta do representante “como aquele que é eleitoralmente autorizado” é cada vez mais inadequada nas democracias contemporâneas (Warren e Castiglione 2006: 14)¹³⁶. A representação assim concebida abre a porta a novas formas de representação não-eleitorais que têm, cada vez mais, vindo a ser estudadas (ex: Brown 2006; Saward 2006, 2008, 2009; Urbinati e Warren 2008; Warren e Castiglione 2006; Rautenfeld 2005; Rosanvallon 2006; Alcoff 1991; Rowe e Frewer 2000; Dryzek e Neimeyer 2008). A razão que nos leva aqui a abordar as novas formas de representação não-eleitorais é simples: elas são formas complementares à parcialidade e incompletude da representação convencional, que podem muito bem ser um complemento indispensável a um aprofundamento da democracia (Saward 2009).

Se a representação, em termos descritivos (isto é não-normativos), se refere exclusivamente a uma audiência aceitar alguém como representante, para “estar e agir” por si, então a representação pode estar bem para lá dos actos eleitorais. Aliás, a representação na esfera pública pode, inclusivamente, ser um complemento indispensável às formas de representação formal, dado que confere a unidade e identidade daquilo que é passível de ser representado (ex: Saward 2008; Rautenfeld 2005; Urbinati 2000; Warren e Castiglione 2006). Neste sentido a representação institucional da abstracção territorial “o povo” deve ser complementada pelas parcialidades intra-sociais, concebidas não em termos individuais, mas em termos discursivos e supra-individuais, de tal forma que as demandas formadas na esfera pública possam ser canalizadas para as esferas parlamentares e de decisão. A criação desta simultaneidade e destes canais de circulação deverão estar na génese das novas teorias da representação. Tal requer, obviamente, que a cidadania seja tomada de uma forma mais complexa e participativa dentro da própria esfera pública; noutras palavras,

¹³⁴ Entenda-se aqui que este sentido não-normativo se refere à forma como um representante chega a ser reconhecido fora dos cânones formais democráticos (a partir da autorização), o que não significa que a actividade do representante fora destes trâmites não possa ser reconhecida como legítima.

¹³⁵ Note-se que “*stand for*” (no sentido passivo Pitkiano) é completado pela característica activa do representante no “levar a cabo uma determinada função” (sentido activo).

¹³⁶ Obviamente que, com estes desenvolvimentos, também seremos obrigados a compreender novas formas mais complexas de autorização e *accountability* (ex: Warren e Castiglione 2006; Urbinati e Warren 2008; Mansbridge 2003).

requer aquilo que o ideal deliberativo propõe, isto é, que se recupere o público em termos comunicativos como fonte legítima do poder político, de tal forma que a esfera pública volte ao centro de uma teoria normativa da democracia. A questão é recolocada: quem é o representante? Qual a sua função? Porque o escolhemos?

3.3- A endogenia da criação de identidades no processo representativo: a representação na esfera pública como um “estar” e “falar por”

Uma das razões que levam Urbinati (2000) a colocar a representação como núcleo normativo da democracia é o facto de ela, enquanto processo mediador, refinar os produtos discursivos do público. A representação é o meio pelo qual o indivíduo supera a imediatez das suas preferências e se educa; é o processo mediador de formação de vontade e de expressão. O representante será, nesta perspectiva, um intermediário capaz de expandir a discussão para lá da sua forma institucional, e, neste sentido, a representação no parlamento não só requer, como estimula, a representação na esfera pública. Só neste sentido se pode conceber uma esfera pública social co-extensiva à esfera pública parlamentar¹³⁷. É neste sentido que a esfera pública, como esfera própria da participação – isto é, da constituição discursiva-deliberativa de identidades- é o complemento que a representação institucional tem que buscar para ultrapassar a mera “instrumentalidade” que lhe trouxe, durante muito tempo, o descrédito como “segunda melhor opção”.

Como processo mediador, a representação – referimo-nos aqui especialmente à representação na esfera pública- tem como função, a constituição das identidades discursivas, isto é, do representado: ela “não permite apenas a tradução do social em político...mas facilita formação de grupos políticos e identidades” (Urbianti citada em Disch 2011: 107). Ela não é só uma reprodução, mas essencialmente a “produção de um efeito”, a constituição do representado como “uma colectividade com uma perspectiva partilhada” (Disch 2011: 107). Ela tem um sentido *mobilizador* (Disch 2011), *estético* (Saward 2008), *interpretativo/ indicativa* (Pettit 2009, 2010)¹³⁸, *performativo* (Urbinati

¹³⁷ Distinguímos aqui a esfera pública no seu sentido institucional e informal, no sentido em que Fraser distingue os públicos fortes e os públicos fracos (Fraser 1992).

¹³⁸ A representação indicativa é essencialmente semelhante à ideia de um sistema de *trustee* (Pettit 2009: 74). Outra semelhança interessante, e da qual nos parece mais próxima ainda, refere-se ao conceito de representação giroscópica de Mansbridge (2003), na medida em que existe uma matriz de fundo através da qual os representantes e representados, apesar de desvinculados, se identificam. É importante salientar que existe de facto um critério de identidade na representação indicativa. A representação indicativa precisa de um modelo próprio de “responsivness”, que neste caso é o interpretativo, na medida em que o

2006), *constitutivo* (Mansbridge 2003)¹³⁹. O conceito de representação como *advocacia* (advocacy) parece também ressaltar esta característica do representante. Posto de outra forma, aquilo que é representado constitui-se endogenamente à própria actividade da representação, ou noutras palavras, “ não devemos dizer que as preferências, identidades ou valores, pré-existem à relação representativa” (Warren e Castiglione: 2006:13). O que aqui iremos defender é a complementaridade da representação na esfera pública e da representação institucional. Tentaremos também compreender como a função do representante é distinta nos seus parâmetros institucionais e na esfera pública.

Como nos diz Saward, o “representante” é não é tanto um cargo, mas algo mais difuso, uma potencialidade estética. A democracia representativa é um processo criativo, contínuo e constitutivo de alegações de interesses e identidades”. (2008: 1011). O representante é aquele que 1) constitui e reivindica a existência da identidade a ser representada; (Saward 2008, 2009; Disch 2011; Warren e Castiglione 2006; Rautenfeld 2005) 2) age em nome dessa identidade – seja individual ou colectiva- (Pitkin 1967). A literatura tende a enfatizar a agência do representante como aquele decide por outro; em poucas palavras, a “representação como agir substantivo por outros”¹⁴⁰ – não se esqueça “de uma forma responsável”.

Por muito tempo, a literatura foi-se esquecendo da primeira parte da equação que é, pelo menos, igualmente importante. Se definirmos a representação como essencialmente relacional, então temos que admitir que “o auto-entendimento dos participantes e a participação dentro da relação representativa; A educação dos cidadãos e dos seus representantes, determinam e são determinados pela relação representativa de tal forma que os cidadãos e os seus representantes contribuam mutuamente para a sua formação e transformação”¹⁴¹ (Warren e Castiglione 2006: 12). A partir daqui vamos dividir dois tipos de representantes: os representantes formais (parlamento, governo) e os representantes informais (esfera pública). Acreditamos também que eles tenham funções diferentes dentro de uma ideia mais sistémica e aprofundada da representação. Os

representante tem maior liberdade para agir, construindo assim a identidade do próprio representado. Note-se que, como Pettit diz mais tarde, a ideia da representação indicativa toma um papel importante fora das instituições da representação formal (2010) e que esta pode ser um complemento necessário às formas clássicas de representação “responsiva” (2009, 2010).

¹³⁹ Veja-se ainda Manin acerca das dificuldades oferecidas pela metáfora de “mercado eleitoral” e a endogenia da criação das identidades ao próprio processo representativo (Manin 2015: 274-275).

¹⁴⁰ A representação descritiva e simbólica são desprezadas por Pitkin como formas passivas de representação. Contudo, acreditamos que seja necessário repensar estas formas mais passivas.

¹⁴¹ Denote-se aqui o carácter participativo do representado como agente.

parágrafos que se seguem referem-se ao representante concebido na esfera pública, aquilo que podemos chamar representantes informais.¹⁴² Acreditamos que os representantes informais tenham uma função importante na primeira parte da equação (Saward 2009: 3).

Pettit (2009) foca-se neste problema, estabelecendo três variedades de representação: a simulativa (*to stand for*), a activa (*to act for*) e a interpretativa¹⁴³ (*to speak for*). Pettit considera que a representação interpretativa é necessária “quando as decisões acerca de assuntos cujo representado, como indivíduo ou colectividade, não têm nenhuma preferência estabelecida” (Shapiro et al. 2009: 4), isto é, quando a identidade do representado não é conhecida: em poucas palavras, o representante define o representado a partir da imagem que tem ou faz dele, actuando em função desse retrato. Obviamente que isto abre a questão: até que ponto pode ir a liberdade do representante sem se tornar um puro “trustee” que zela pelo bem dos ignorantes? Tal não se afigura para nós um problema; pretendemos apenas guardar essa função do representante como um “estar pelo” representado – no sentido descritivo de Pitkin- sendo o representado uma construção discursiva-interpretativa a partir da qual “fala por” ele. Para fugir ao problema de Pettit, acrescentaremos: “O pensamento do representante é um mero pensar em público [não necessita de ser pensado a partir de nenhum carácter formal]. O representante somente dá expressão pública ao arranjo particular de ideias que dá identidade a uma comunidade (Rautenfeld 2005: 187 [...] [contudo] só a sua relação de “simpatia” e “semelhança” (*likeness*) pode determinar se um indivíduo¹⁴⁴ é, ou não, um representante (Idem: 190)¹⁴⁵. Como diz Alcoff, *falar por outros* é essencialmente distinto de *falar sobre outros*, e a representação como um “falar por outros” requer esta

¹⁴² Dentro da ideia de representantes informais, isto é, representantes que não são autorizados nem sancionados eleitoralmente, incluímos as três categorias propostas por Warren e Castiglione: associações voluntárias, associações involuntárias – grupos ascríticos-, e grupos com recursos –ONG’s, fundações, etc.. (Warren e Castiglione: 16). Note-se aqui que o conceito discursivo de identidade que temos vindo a propor (como conjunto de interesses deliberado e posto discursivamente numa determinada perspectiva) serve para qualquer uma destas categorias e não somente para os grupos ascríticos.

¹⁴³ Note-se que iremos aqui transpor estes modos de representação para fora das esferas institucionais, onde Pettit as concebe.

¹⁴⁴ Note-se aqui que, apesar de Rautenfeld conceber o representante como indivíduo, podemos também conceber o representante em termos supra-individuais. Por exemplo a Greenpeace representa os interesses dos animais.

¹⁴⁵ Note-se também que esta relação de semelhança não significa que o representante seja uma espécie de “delegate”. Pode também ser algo como um “giroscópio” nos termos de Mansbridge (2003: 520-522). Contudo, esta interpretação é eminentemente descritiva. Ver também a noção de surrogate (Mansbridge 2003) na qual Urbinati inclui uma vasta leque de possíveis representantes como “organizações de advocacy, grupos da sociedade civil, grupos de interesse, Organizações não governamentais, jornalistas, associações de filantropia.” (Urbinati e Warren 2010: 402).

espécie de identidade ou semelhança entre os seus termos (1991: 7-9). Acrescentando o critério da identidade dentro da ideia de representação interpretativa deveremos obter algo do género: o processo discursivo de constituição de identidades, às quais o representante – deliberando continuamente com os representados na esfera pública – confere a unidade e síntese através da sua expressão pública, porque quando “alguém fala por outros, constrói uma identidade pública e discursiva” (Alcoff 1991: 10), a partir da qual os indivíduos experienciam a própria subjectividade. A representação como “falar por outros” requer esta identidade entre representante e representado.

“ A identidade do representado nunca é totalmente fixa, constante e transparente. Os possíveis representantes, eleitos ou não, precisam de retractar (*portray*) a sua audiência tal como é, como uma parte inevitável da reivindicação do “estar por” ou “falar por” eles” (Saward 2008: 1009; ver também Alcoff 1991; Urbinati 2000: 76) e, acrescentando, “Um representante só pode representar outros, sintetizando e dando unidade à variedade dos interesses dispersos na opinião pública” (Rautenfeld 2005: 186).

Se a representação precisa de alargar os seus trâmites para lá dos institucionais, deve-se ao facto de ela necessitar desta simultaneidade entre um “estar por”, “falar por” e “agir por”. As constantes tentativas de transpor as duas primeiras modalidades para as esferas institucionais, como o pretendem fazer autores como Phillips (1995, 1996), Young (1996; 2000) ou mesmo Mansbridge (1999), deve-se precisamente ao facto de uma política das ideias dever ser completada por uma política da presença (Phillips 1996). Contudo, como Pitkin adverte, a representação descritiva dá com uma mão o que tira com a outra (Pitkin 1967), substituindo a agência pelo mero “estar”, substituindo a acção pela composição. Posto o problema nos termos de Pitkin, temos que nos questionar então como pode a representação adquirir estes caracteres descritivos – um “estar por” que é também um “falar por” – sem aniquilar a própria acção? Bem, o que nós propomos é a tese de Rautenfeld:

“O elemento descritivo da representação na esfera pública é a ligação crucial que mantém a representação honesta, já que não existem mecanismos legais de “accountability” no domínio das ideias” (Rautenfeld 2005: 189).

A representação descritiva, entendida como um “estar por” que é um “falar por”, na medida em que é a manifestação política de uma identidade discursiva, deve ser a função própria da representação na esfera pública e deve ter como critério a identidade

do representante e do representado, visto não existirem mecanismos formais de *accountability*¹⁴⁶. De facto, se tomarmos a representação na esfera pública desligada dos actos verdadeiramente legislativos, isto é como “um estar e falar por” outros, então a representação descritiva parece estar na génese da representação na esfera pública. A representação na esfera pública é essencial para a constituição de práticas mais democráticas. Primeiro, ela permite uma mediação dos discursos, isto é, das identidades constituídas discursivamente, que são relevantes nas esferas institucionais de representação e nos âmbitos da decisão política; em segundo esta mediação é ela própria mediadora –e aproxima- os cidadãos das instâncias representativas institucionais. Como diz Warren, “a ideia de uma representação descritiva parece menos problemática dentro da representação informal” (Warren e Castiglione 2006: 17). De facto, como escreve Saward, parecendo deixar implícita ideia de que a representação na esfera pública é por natureza descritiva, “em princípio, os representantes não-eleitos, podem permitir *claims* importantes em termos eleitorais: *escolha* em termos de *claims* mais refinados, múltiplos e específicos, inclusivamente entre eleições; *consentimento* na consideração e recepção de *claims* menos convencionais; *identificação* em termos não-partidários e identidades parciais dos cidadãos; dando voz aos *afectados* abrindo novas linhas e estilos de representação, que podem ser mais sensíveis à intensidade das preferências e ao conjunto das experiências vividas, para lá dos interesses territoriais; forma de controlo e *accountability* mais variadas, e talvez mais efectivas, através de redes governamentais e dispositivos deliberativos” (Saward 2009: 8). A representação na esfera pública seria um misto entre representação interpretativa (Pettit 2009), substituta (Mansbridge 2003) e descritiva (Rautenfeld 2005).

As possibilidades e formas de representação possíveis na esfera pública estão abarcadas na categoria que Warren e Urbinati cidadãos representantes, cuja função é concebida em termos discursivos, como temos vindo a salientar: “Grupos afirmam representar mulheres, grupos étnicos particulares... pais e filhos. Eles afirmam representar uma vasta variedade de interesses: direitos humanos, segurança...desenvolvimento económico, etc.. Eles afirmam representar posições e argumentos, funcionando como “representantes discursivos” “(Urbinati e Warren 2008, p.403). Dentro destas formas de representação podemos contar com comissões e júris de cidadãos, fóruns deliberativos,

¹⁴⁶ Não é aqui nosso intento explorar as novas forma de *accountability* que a ideia de uma representação na esfera pública exige. Em caso de interesse nomeamos aqui especialmente Warren e Castiglione (2006), Urbinati e Warren (2008) e Brown (2006).

representação em audiências públicas, entre outros (Urbinati e Warren 2010: 405; ver também Fung 2006; Brown 2006; Rowe e Frewer 2000; Fishkin 2011); acreditamos contudo que a ideia de uma democracia deliberativa deva ultrapassar estes momentos esporádicos e constituir-se como um permanente inclusão deliberativa em relação com os representantes informais.

3.4 - A bipolaridade da esfera pública: o cidadão como agente e juiz numa perspectiva deliberativa

Ao colocar o critério de não-objecção como forma de saber se alguém é representante ou não, Pitkin (1967) esconde o sentido positivo do cidadão, na sua acepção participativa. Relega-o para segundo plano entre os ciclos eleitorais. Sinteticamente: a “presença” não se faz sentir se for bem representada, não sanciona flando em termos formais; assim se resolve o paradoxo da representação que implica “um estar presente e não estar”, simultaneamente (Runciman 2007; Disch 2011). Posto de outra forma, se não se é representado, objecta-se, manifesta-se o presente. Acreditamos contudo que a resolução da questão do “paradoxo” da presença, não deva passar por ocultá-la mas, ao invés, fortalecê-la, através da aproximação entre aquilo que representa e aquilo que é representado. As teorias descritivas da representação têm tentado resolver este paradoxo através da representação –formal- proporcional (ex: Phillips 1995, 1996). Não só o cidadão deve ter uma perspectiva, como os seus representantes informais devem servir constantemente de *input* discursivo nas esferas institucionais. O problema de Pitkin revela a sua tendência para ver a representação somente como um “agir por” e na sua forma institucional. O que temos vindo a propor é que a representação deve ser vista como um complexo de funções, institucionais e não-institucionais. O que nós propomos é que as formas “passivas” de “estar por” e “falar por”, são modos de representação que tendem a constituir o que deve estar presente para ser representado. Unir este “estar por” e “falar por” ao “agir por” deve tender a religar o presente ao representante tal como está, necessariamente, contido na própria ideia de representação. A partir da nossa interpretação não deve existir esse paradoxo lógico, na medida em que, ao acrescentarmos estas formas de representação a partir das quais se constitui a própria identidade do representado (“estar por” e “falar por”), perde-se a necessidade de ver na uma auto-contradição imanente ao conceito. O representante informal está colocado neste ponto estratégico: ao mesmo tempo que “fala e está por” um público, conferindo-lhe a unidade e identidade, é simultaneamente representado nas esferas formais da

representação. A presença, isto é, o representante e a identidade que representa, tem funções positivas e negativas na esfera pública.

Definimos o representante na esfera pública como aquele que “fala por” e “está por” alguém que é por si representado, ou como diz Habermas, é função das instituições da sociedade civil (compreendida no sentido mais lato) “de agir como advogados de grupos sub-representados ou de assuntos negligenciados” (Habermas 1996: 367). A dificuldade que surge relativamente à questão da autorização na esfera pública, deve-se à intangibilidade da própria função. Se quando elegemos representantes formais, autorizamos alguém a “agir por”, nós autorizamos alguém a entrar directamente nos processos de tomada de decisão, isto é, a exercer o poder político, através de mecanismos institucionais e reconhecidos juridicamente. O poder político, tomado no seu sentido legislativo, é o exercício de um poder tangível. A medida da equidade encontrada para que este exercício fosse legítimo e compatível com os ideais democráticos foi o sufrágio universal, em que os ciclos eleitorais coincidem com a própria actividade de autorização e *accountability*. Contudo, os mecanismos formais de autorização e *accountability* encontram um problema fundamental na sua génese: “estes ciclos eleitorais de autorização e *accountability*, apesar de fornecerem um poderoso balanço contra abusos claros do poder, carecem de sensibilidade e nuances” (Urbinati e Warren 2008: 402); “as eleições contemporâneas não são tanto orientações para o futuro como julgamentos do passado [...] entramos numa era de democracia por sanção” (Rosanvallon 2008: 173). O problema do modelo “sancionador” é que ele vive da ideia que a melhor hipótese do cidadão se expressar é através da sanção nas eleições. Obviamente que isto coloca graves entraves à transparência do exercício do poder, visto que abre um enorme espaço entre as possibilidades do cidadão agir, isto é, entre as eleições (Mansbridge 2008). É este espaço entre os ciclos eleitorais que deve ser preenchido de outra forma. Aqui, a esfera pública tem duas funções fundamentais: promover tanto uma *accountability* mais constante dos representantes formais através dos representantes da esfera pública (ex: Saward 2008; Rosanvallon 2008; Urbinati 2000; Urbinati e Warren 2010; Mansbridge 2003, 2004), bem como promover a formação de reivindicações (*Claims*) capazes de integrar o discurso político e preencher a agenda (ex: Rosanvallon 2008; Urbinati 2000, 2010; Urbinati e Warren 2010; Saward 2008, 2009). Obviamente que esta actividade representativa da esfera pública se refere a uma actividade essencialmente discursiva-participativa (Warren e Castiglione 2006:

11). Esta actividade é essencialmente bipolar na forma como concebe o cidadão e os seus representantes, denotando simultaneamente um sentido positivo e negativo:

“ O sentido negativo refere-se a todas aquelas actividades participativas que provocam o *impedimento*, a *vigilância*¹⁴⁷ e o *julgamento*: meios pelos quais os cidadãos escrutinam o trabalho dos representantes e subvertem a ordem estabelecida. [...] o actor da política negativa não é o cidadão-eleitor mas o cidadão-juiz [...] o poder negativo do cidadão veicula uma mensagem de evitação do poder (*power avoidance*), mais que de reclamação do poder (*power reclaiming*), porque o poder do julgamento não é poder do agente mas do espectador” (Urbinati 2010: 69-70; ver Rosanvallon 2008; Urbinati 2000; Urbinati e Warren 2010)¹⁴⁸. Neste sentido a esfera pública é a espaço que pretende tornar o poder mais transparente.

A deliberação na esfera pública é requerida para esta forma informal de accountability como poder não-eleitoral de julgamento, através de meios informais mas eficazes de sanção das decisões tomadas em nosso nome. Se em Rosanvallon (2008) este sentido deliberativo-participativo não é óbvio, apesar de estar presente (veja-se por exemplo Rosanvallon 2008: 183), Urbinati trata de lhe acrescentar o público (Urbinati 2000; 2010). Esta ideia parece estar também presente na ideia dos “critical citizens” como Norris lhes chama (1999), mais na linha de Rosanvallon. A *accountability* assim proposta demonstra uma face que tem ficado oculta. De facto, como Fraser propõe, a legitimidade da representação deve encontrar-se numa estreita relação entre os públicos fortes (parlamento) e os públicos fracos (da esfera pública), e na forma como os

¹⁴⁷ A vigilância é o sentido em que Habermas parece conceber primordialmente o sentido de uma esfera pública no mundo liberal (2012). Para Rosanvallon, actualmente, a forma mais importante é o julgamento.

¹⁴⁸ A semelhança de Rosanvallon, Urbinati e Warren parecem conceber os representantes discursivos exclusivamente em termos da sua função negativa, isto é, como forma negativa de poder contra a exclusão representativa em termos institucionais (2010: 403-404). Nós, por seu turno, acreditamos se deva distinguir a forma negativa do poder como *julgamento*, da sua forma positiva como *claim-making* ou *power-reclaiming*. Até que ponto a função positiva e negativa dos representantes da esfera pública são dissociáveis, é questionável. Contudo, e em última instância, acreditamos que causalmente, a função positiva dos representantes da esfera pública deva derivar de uma exclusão primária (Urbinati e Warren 2010: 402-403), o que não significa que esse poder não se possa continuar a interferir após a sua inclusão. Dizemos portanto, que toda a representação na esfera pública é uma tentativa de inclusão nas esferas representativas institucionais, a partir dos discursos forçados participativa e deliberadamente. Neste sentido, julgamento e power-reclaiming podem confundir-se, na medida em que o julgamento, como instância negativa do poder que se insurge contra a sua organização pode, simultaneamente, gerar reivindicações de reconhecimento. Contudo, deste julgamento não tem que derivar necessariamente uma reivindicação. Esta distinção parece estar bem explícita no excerto supra-citado. Esta distinção entre *accountability* (julgamento como forma de tornar o poder mais transparente (Rosanvallon 2008) e reconhecimento parece estar bem captada por Warren e Castiglione, quando distinguem os canais pelos quais o representado pode ser reconhecido e a forma como este pode manter os representantes *accountable* na esfera pública (2006: 11).

primeiros se devem manter continuamente “accountable” para os segundos (Fraser 1992: 132-136). No seu sentido tradicional a “accountability” é definida somente na sua forma retrospectiva, isto é, durante os ciclos eleitorais o representante faz um balanço do seu trabalho e é, ou não, sancionado; este processo não é contínuo. (vejam-se os limites da accountability em Warren e Castiglione 2006). A accountability na esfera pública guarda um sentido mais precioso: ela é uma *account-giving*, e é neste sentido, um processo discursivo e contínuo, durante o qual os representantes actuam prospectivamente, de tal forma que na próxima eleição, o representado possa julgar adequadamente o *account* dado, na forma retrospectiva. (Warren e Castiglione 2006: 15; ver também Mansbridge 2003, 2009; Urbinati e Warren 2010). A ideia de uma “soberania negativa” (Rosanvallon 2008) que supera os momentos eleitorais deve estar embebida no espírito participativo e deliberativo de uma esfera pública, e dos seus representantes –como por exemplo movimentos sociais, associações, etc.. Os cidadãos devem manter-se como “watchdogs” no exercício público do controlo do poder. Estes cidadãos não são passivos, eles “mostram confusão e cepticismo relativamente à política” mas “participam na vida pública”, apesar de o “fazerem de forma hostil” (Rosanvallon 2008: 185). O que Rosanvallon não empresta à ideia de esfera pública e que Urbinati lhe acrescenta é, o sentido deliberativo, intersubjectivo, que lhe é próprio. A principal diferença entre Rosanvallon e Urbinati reside na intensidade da participação. Enquanto para Rosanvallon o exercício do escrutínio do poder prende-se muito mais com as perspectivas de uma democracia de *audiência*, em que o espectador pode ou não aplaudir aquilo que é feito em seu nome “sentado no sofá”, Urbinati propõe que o mesmo exercício seja levado a cabo por um público crítico no sentido deliberativo, isto é, um público verdadeiramente participativo.

Mas esta é somente uma das funções da esfera pública na sua relação com os representantes formais. Aqui pretendemos focar-nos na ideia de sentido positivo do poder – como *power-reclaiming*- mas através de processos informais de representação, que requerem eles próprios formas de accountability e autorização específicos (Warren e Castiglione 2006: 8-16; Urbinati e Warren 2010; Brown 2006; Rowe e Frewer 2000). Consideramos aqui a ideia de um sentido positivo da esfera pública com a *claim-making*, nos termos que Saward (2008, 2009, 2010) coloca, ou em *policy demand inputs* (Whalke 1971: 273), ou ainda em *input representation* (Warren e Castiglione 2006). Por *claim-making* entendemos algo como aquilo que temos vindo até aqui a definir como a

função de um representante informal, isto é, como a constituição de identidades discursivas a partir de um processo comunicativo-deliberativo, que intenta a servir de input nas esferas de decisão. O processo de *claim-making*¹⁴⁹ é um processo que envolve cinco elementos – um *maker*, um sujeito¹⁵⁰, um objecto, uma audiência e um referente:

“Alguém faz um *claim* (*maker*), ele ou ela faz um claim acerca de alguém ou algo (*sujeito*), estar por algo (um *objecto*) a um grupo (uma *audiência*). Se um político se faz ele próprio o sujeito que está por um objecto, o objecto é a ideia que ele tem do representado [não o representado em si] – por exemplo, pessoas que querem saber de uma segurança interna forte- e não o referente que é tudo aquilo que o representado pode ser. As audiências podem aceitar *claims* representativos, bem como podem rejeitá-los ou ignorá-los.” (Saward 2008: 1003).

Na nossa interpretação, o referente distingue-se por um lado da audiência, porque a audiência é a totalidade dos possíveis aceitantes do *claim* enquanto o referente é aquilo que é representado; por outro lado distingue-se do objecto na medida em que ele se refere aos indivíduos representados e não à ideia que subjaz a esses representados. A função positiva da representação na esfera pública é, portanto, a capacidade do representante transferir o seu objecto, mediado discursivamente, até às instâncias formais da representação. Acreditamos que esta seja verdadeiramente a função positiva da representação na esfera pública, de tal forma que as identidades tornadas politicamente salientes tenham uma acção verdadeiramente eficaz dentro das esferas de decisão e de deliberação institucional: em poucas palavras, que estas identidades discursivas sejam transpostas para os discursos do dia nas esferas institucionais, que o pressionem e que o moldem. A função positiva da esfera pública é portanto esta constituição de identidades e a sua influência nas esferas de decisão e no parlamento. Habermas dá um passo à frente com os sapatos que Arendt tinha deixado. A seu ver, o poder comunicativo só se transforma em poder comunicativo quando os discursos contidos na esfera pública influem sobre as esferas de decisão.

“Na esfera pública, os actores podem somente adquirir influência, não poder político. Mas esta influência pública só pode ser transformada em poder comunicativo se passar pelos filtros dos procedimentos da formação democrática da opinião e vontade e entrar

¹⁴⁹ Este processo é válido tanto para os representantes formais como para os informais. Aqui estamos especialmente preocupados com esta ideia na esfera pública.

¹⁵⁰ O *maker* e o sujeito (que representa) podem, ou não, coincidir.

nos debates parlamentares e assim nos processos legítimos de “law-making”” (Habermas 1996: 371).

Só a partir da esfera pública, a qualidade da representação pode ser aferida em termos sistémicos, como mais que uma mera maior ou menor congruência entre as preferências¹⁵¹ individuais e as acções dos representantes. Neste sentido, a potencialidade representativa da esfera pública adquire um sentido normativo: primeiro como canal mediador e aproximador do discurso político entre as esferas formais e informais do discurso público; em segundo, apoia o sentido normativo, isto é, participativo-discursivo do público, cuja mera reunião dita por si só a sua legitimidade (Arendt 2001). Defendemos aqui que a deliberação na esfera pública deve ser participativa-discursiva num duplo sentido. Primeiro, enquanto exercício que tende a tornar mais transparente o exercício do poder e, segundo, enquanto a esfera pública se afirma como espaço de geração de discursos e demandas importantes nos centros de tomada de decisão.

3.5 - O carácter reflexivo do discurso na constituição das identidades: para lá de uma política dos interesses

Uma questão interessante é se isto não culminaria naquilo que Habermas temia, a democracia como mera representação de interesses e diluída nas suas formas estratégicas de comunicação? Ora esta é a razão pela qual nos vimos na obrigação de pensar a ideia de um poder comunicativo, fundado sobre um equilíbrio precário do agonismo que, de alguma forma, se contém pelo próprio processo discursivo que lhe é imanente. Quais são as características deste discurso que permitem que um mundo se forme como casa comum dos participantes? Como já temos deixado entrever, a deliberação contém alguns caracteres de maior importância que foram aproveitados pelos politólogos que temos vindo a abordar. Talvez o mais importante para nós seja a *reflexividade* (Urbinati e Warren 2010; Warren e Castiglione 2006: 11) coessencial à própria comunicação para que se possa estabelecer como poder. A *reflexividade* é o fundamento da deliberação. Por reflexividade entendemos a capacidade do participante se “lançar para uma dimensão orientada para o futuro, desengajando-as do interesse e experiências próprias. (2010: 401). O motivo pelo qual a literatura da teoria deliberativa se preocupa tanto “com o processo de (trans)formação de opinião” reside neste ideal.

¹⁵¹ Relembre-se o sentido pejorativo que já aqui deixamos entrever no conceito de preferência, que está presente tanto em Mansbridge como em Plotke.

O motivo pelo qual Urbinati se preocupa tanto com a mediação representativa, levando-a a forçar-se nos processos deliberativos é simples: é que a representação é o método através do qual os representados adquirem a sua identidade. Esta identidade, porém, não é algo de fixo, imutável e universal. Ela é continuamente constituída através da representação e da deliberação mediadora que afasta o indivíduo do seu presente para se engajar numa perspectiva orientada para o futuro (Urbinati e Warren 2010: 401). De facto. A isto se deve a insistência de Young na ideia de uma perspectiva social “como ponto de partida para a discussão” e desinteressada do *outcome* (Young 1997; Urbinati 2007). O recurso essencial para a deliberação é, contudo, a diferença e o agonismo da própria esfera pública (Arendt 2001; Young 1997; Urbinati 2007). Posto em termos hegelianos, a identidade só se constitui pela diferença através de um processo mediado, em que a identidade é um retorno reflexivo a si mesmo a partir do seu oposto. Em poucas palavras, o discurso (conceito) acerca de uma identidade só se pode constituir verdadeiramente partir de uma mediação que o coloca como simultaneamente como *outro, diferente*. (Hegel 1968). Pertencem essencialmente às identidades “a finitude e a mutabilidade” (Hegel 1988a: 144). Em poucas e demasiado rudimentares palavras, a história não é mais que o processo de transformação das identidades, da transformação do conceito do objecto (Hegel 1988). Este processo é por demais evidente em objectos como democracia ou representação. Curiosamente este parece ser também o conceito de história de Arendt (2001) como as transformações do “mundo” no seu sentido Heideggeriano.

O que pretendemos salientar é a importância da personalidade mutável das identidades, que só adquire este carácter a partir da reflexividade da deliberação. De facto, é esta característica da mutabilidade que nos obriga a procurar na ideia de deliberação um sentido normativo para a democracia e para a esfera pública. É por isso que se insiste na perspectiva do representado como “perspectiva social” (Young 1997) e de “interesse esclarecido” (Plotke 1997; Mansbridge 2003). O conceito de representação como advocacia que Urbinati propõe ressalva também a importância do “outro” na constituição das identidades, visto que “o representante só pode funcionar como advogado desde que consiga julgar os interesses do seu “eleitorado” do ponto de vista do “verdadeiro” interesse da nação” (Urbinati 2000: 778). É também neste sentido que a representação na esfera pública deve ser tomada como uma actividade deliberativa no sentido mais puro, onde as paixões convivam com a ideia de uma acção comunicativa e

um desengajamento que transcende o mero interesse presente e individual. Só assim se pode constituir uma forma de poder mais compatível com o ideal democrático. A representação na esfera pública implica “que o juiz se separe da causa”, “o quem é representado daquilo que é representado, criando assim um espaço mais definido para a deliberação”. Além disso, o representante pode ser o condutor de outras identidades e interesses, de tal forma que o seu público seja exposto a mais questões e se eduque continuamente (Warren e Castiglione 2006: 11).

Conclusão: Poder comunicativo e Poder Político: notas finais sobre a esfera pública e a representação

Ora, o percurso deste trabalho não é difícil de traçar; em poucas palavras, tentamos primeiro reposicionar a esfera pública no centro de uma teoria normativa da democracia, para, posteriormente a colocarmos dentro de uma teoria contemporânea da representação. Trata-se porém aqui, de dar uma última justificação ao nosso trabalho, mais que fazer uma síntese desse percurso.

Em vista a este fim, vimo-nos na obrigação de transformar a questão da representação na questão do poder. Definido comunicativamente, o poder parece adequar-se muito bem à questão da exclusão e da inclusão representativa nos espaços institucionais, administrativos, de decisão. O que tentamos forjar foi uma forma de “empowered inclusion” e acreditamos que para isso tenhamos que pensar a estrutura global da representação como um misto de modos, tanto institucionais como informais. Acreditamos também, que estas formas informais de representação sejam o suplemento que falta à democracia para que esta se aproxime mais do seu ideal. Foi neste sentido que tentamos fazer uma distinção semi-formal entre “falar e estar por” – na esfera pública- e “agir por” nas esferas institucionais. Dizemos semi-formal porque, de facto, também os representantes formais podem “falar por” e “estar por” o representado. Contudo, esta parece-nos uma função mais própria dos representantes da esfera pública que, de alguma forma, pretendem infiltrar-se nessas esferas formais: noutras palavras, pretendem a inclusão do seu discurso nos processos de tomada de decisão. Quais os canais específicos por que lá chegam, não é uma questão fácil de responder. Porém parece ser a posição de Hayward que as esferas formais devam prover o público desses espaços informais e promover a inclusão desses discursos nas tomadas de decisão.

Por outro lado, a constante ênfase na ideia de um poder comunicativo deve-se a uma série de factores. Antes de mais ele parece radicar historicamente na ideia de uma esfera pública, tomada no seu sentido normativo. Em segundo lugar ele parece ser o que melhor se adequa aos critérios da igualdade, liberdade e inclusão democrática. Em terceiro promove o velho ideal da cidadania participativa. Por fim ele parece coadunar-se ao sentido discursivo daquilo que concebemos como o representado. A questão que tentamos responder foi a que Mouffe colocou: qual a determinação de poder que melhor se adequa à democracia? E, de forma derivada: como se constitui esse poder? Contrariamente às teorias clássicas, a ideia do representado tem começado a extravasar o seu sentido territorial. A compreensão do indivíduo como uma constelação discursiva de identidades, no seu múltiplo posicionamento estrutural, tem levado a literatura a

questionar a parcialidade da representação nas esferas institucionais e a suplementá-la com as novas formas que fomos propondo.

É neste sentido que fomos concebendo a ideia de poder comunicativo como constituição de identidades. A criação destas identidades, por seu turno, depende do próprio processo representativo, mais especificamente de um processo interpretativo, descritivo e não-territorial. Há portanto uma potencialidade representativa da esfera pública: na medida em que as identidades se constituem endogenamente ao processo representativo, a função do poder comunicativo é a cristalização – passível de mutação- destas identidades. É num sentido normativo de uma esfera pública, que depende do público e dos seus processos comunicativos, que se pode ancorar esta ideia de uma representação discursiva, que é simultaneamente interpretativa, descritiva e não-territorial. A função desta forma de representação não é verdadeiramente uma agência, no sentido de um exercício directo do poder político, mas antes a canalização do discurso para as esferas administrativas –tanto como controlo negativo como enquanto *input* positivo- de tal forma que entrem nos processos de tomada de decisão. Obviamente daqui pode surgir a questão da função dos representantes institucionais, visto que podem inclusivamente ser meros mediadores dos conflitos na esfera pública e portanto devam ser mais imparciais e desligados de vínculos partidários ou territoriais, como Urbinati parece propor. Muirhead (2010) levanta muito bem esta questão compreendendo perfeitamente tensão existente entre uma democracia partidária e um modelo deliberativo. Talvez fosse interessante compreender como o modelo sancionador e o modelo de selecção (Mansbridge 2009) podem conviver em esferas diferentes, redefinindo a própria ideia dos representantes formais e do seu papel. Neste sentido, o núcleo da legitimidade da representação, assente no conceito de responsabilidade (responsivness) poderia significar mais que uma mera congruência entre o representante o representado: seria antes de mais a capacidade de “levar em conta”, responsavelmente, os discursos produzidos numa esfera pública nos centros de decisão formais. Neste sentido, como diz Pitkin, o representante não só deve ser “responsive” ao representado, bem como “ não deve alhear-se persistentemente dos interesses deste, sem dar uma boa justificação em função destes interesses, sem dar uma boa explicação do porquê das suas perspectivas não estarem de acordo com os seus interesses [do representado]” (Pitkin 1967: 209-210). Esta perspectiva parece adequar-se melhor à ideia de uma accountability prospectiva, como um “give na account” do que vão fazer, porque vão fazer, de tal

forma que a accountability como sanção (ou não) –isto é, retrospectiva- possa ser esclarecidamente processada. Talvez só assim se possa angariar um sentido mais sistémico daquilo que pode ser a actividade representativa como um “agir por”, considerando além disso a possibilidade de uma contínua “account giving” por parte dos representantes, que é ele próprio um processo de esclarecimento do público, denotando a mutabilidade dessas identidades.

Numa visão mais global, o que tentamos fazer foi aproximar as identidades, isto é, o representado, cuja presença foi a tempos vista como paradoxo, do representante institucional. A representação é um processo essencialmente bifásico: ela denota, por um lado, a constituição de identidades na esfera pública, através de “estar e falar por”, e por outro, a agência a nível institucional de representantes que exerçam o poder em nome dessas identidades. Sem esta identidade primordial que o representante informal confere ao discurso, a própria ideia de representação como exercício do poder político (agência) é descabida, pelo menos em termos democráticos: a ideia da contínua responsabilidade que é imanente à teoria representativa depende da inclusão destas identidades. Posto de outra forma, o representante formal só pode agir responsabilmente, se reconhecer o representado pelo qual age. É também neste sentido que a ideia de um público é indispensável, visto que as identidades são construções críticas e não um mero agregado de preferências aleatórias comuns. A identidade como “interesse esclarecido” ou “perspectiva social” denotam esta natureza deliberativa e mutável da identidade do representado.

Se tanto prezamos a ideia de um público crítico e activo, deve-se em parte à sua natureza normativa. O que acreditamos é que sem este público da esfera pública, a democracia, mais precisamente a democracia representativa, terá dificuldades em superar o minimalismo que não lhe convém historicamente. Neste sentido, conceber uma esfera pública a partir do seu sentido normativo – isto é, participativo-discursivo- deve estar na génese de um aprofundamento da actividade representativa. Ora, esta foi a nossa proposta, e foi neste sentido que nos vimos obrigados a conceber a ideia de um poder comunicativo, como a forma de poder que melhor se adequa à democracia. Poder comunicativo, lembre-se, é-o exclusivamente em função da ideia de público, e dos processos deliberativos que estão nele pressupostos. Neste sentido, o sentido verdadeiramente normativo de uma esfera pública reside no facto de ela funcionar verdadeiramente como uma esfera do esclarecimento no sentido luminista. Que hajam, e

sempre tenham havido identidades não significa que essas identidades revelem todo o seu potencial. Obviamente, este ideal de poder não despreza a existência de outras formas de poder com o qual têm que conviver e, de alguma forma, reconhecemos a natureza utópica daquilo que propomos: não só do papel dos interesses organizados na luta pela aquisição do poder político, mas também da ignorância do cidadão que não se consegue desligar dos seus interesses, nem ser crítico o suficiente para ultrapassar os trâmites comunicativos manipulativos – estratégicos- das elites. Isto é por demais evidente, especialmente agora que nos aproximamos da época eleitoral.

Contudo acreditamos que este deva ser um caminho mais que uma meta e cada vez mais se tem assistido a uma evolução por esse mundo fora deste ideal. Por outro lado, este não é também um processo que seja contemporâneo. Podemos sempre questionar se o alargamento do sufrágio às mulheres seria possível sem as suffragettes, se o sufrágio universal seria possível sem o proletariado, se a segregação racial no E.U.A poderia ser superada sem Martin Luther King. A questão que se coloca é como estes grupos chegam a estar representados formalmente. Como a questão da larva que aparece na maçã, assim parece ser a questão da esfera pública no sistema representativo formal. O desenvolvimento histórico parece comprovar que sem uma esfera pública muitos grupos estariam ainda hoje excluídos da representação formal. É esse o papel da esfera pública. Conseguir angariar poder suficiente para se inserir nos discursos prementes nas tomadas de decisão. É por isso que ela precisa de representantes próprios, com funções próprias. Da mesma forma que o parlamento é um mediador até às tomadas de decisão, também a esfera pública é um mediador até ao parlamento. Só nesta dupla mediação a representação parece poder tornar-se um projecto mais contínuo, mais profundo, mais sistémico.

Obviamente, um sem número de problemas fica por abordar relativamente ao tema da representação na esfera pública. Fazemos aqui referência a alguns. Um dos maiores é talvez a questão da accountability dos representantes informais, ou seja, de como estes podem ser mantidos accountable sem mecanismos formais. A esta questão fomos dando algumas respostas implícitas, favorecendo a ideia de uma similaridade entre o representante e o representado. Warren e Castiglione forjam ainda alguns mecanismos mais activos de accountability na esfera pública, bem como abrem espaço a uma nova ideia de accountability prospectiva (vejam-se também por exemplo Mansbridge 2003, 2004; Brown 2006). Outra questão é a de como as novas tecnologias influem nos cursos

de formação de opinião. Mais uma vez esta questão tem sido muito aboradada por um sem número de motivos – desde a fragmentação do discurso político, à acomodação acrítica dos intervenientes, etc.- (ex: Papacharissi 2002; Poster 2000; Dahlberg 2007), mas também pela questão da accountability que se torna problemática com as novas tecnologias de comunicação e que torna o circuito de formação da opinião impessoal, e neste sentido unaccountable. Um outro problema de maior importância é até que ponto uma maior participação não poderá degenerar num populismo, e até que ponto a deliberação não será distorcida numa larga escala. Prova disto é a ênfase da democracia deliberativa nos mini-públicos, bem como a busca pelas condições ideais de deliberação (ex: Chambers 2009; Mansbridge 1999a). Este problema leva-nos a questionar até que ponto o método de inclusão discursiva na esfera pública é empiricamente viável.

Apesar de se colocarem estes e vários outros problemas que deixamos por resolver, acreditamos que tenhamos seguido em parte aquilo que realmente nos propusemos fazer. Se “aquilo que faz a representação não é a acção de um indivíduo isolado, mas a estrutura e funcionamento globais de um sistema, dos padrões que emergem nas múltiplas actividades das pessoas” (Pitkin 1967: 221-222), então parece que ela ultrapasse os seus trâmites formais, bem como o seu critério de não-objecção na relação principal-agent. Parece importante aproximar aquilo que se a-presenta àquilo que se representa. Existem várias determinações e instâncias da representação que parecem poder fazê-lo. Não defendemos aqui nenhum tipo especial de representação. O que defendemos é que a representação, como acto de constituição de identidades se pode adaptar a vários modos – interpretativo, mobilizador, giroscópico, indicativo, descritivo, constitutivo, substituto (*surrogate*), etc.- bem como a vários espaços –desde as instituições mais estruturadas da sociedade civil, aos discursos mais vagos, cujos discursos emanam na esfera pública, bem como às esferas formais da representação. Sem esta simultaneidade espacial e temporal da representação, entre aqueles que representam e aqueles que são representados, mas também entre aqueles que se a-presentam e aqueles que o re-presentam, parece-nos que a representação é uma actividade que fica muito aquém do seu verdadeiro potencial, que não pode transcender o seu descrédito histórico e a sua instrumentalidade democrática.

Bibliografia

- ALCOFF, L. (1991). *The Problem of Speaking for Others*. Cultural Critique. 5-32.
- ALLEN, A. (2012). *The Public Sphere : Ideology and/or Ideal?* Political Theory. 40, 822-829.
- ARENDT, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa. Relógio D'água.
- ARENDT, H. (1972). *Crises of the Republic: Lying in politics ; Civil disobedience ; On violence ; Thoughts on politics and revolution*. New York, Harcourt Brace Jovanovich.
- ARENDT, H. (1977). *On revolution*. Harmondsworth, Eng, Penguin Books.
- ARNSTEIN, S. R. (1969). *A Ladder Of Citizen Participation*. Journal of the American Institute of Planners. 35, 216-224.
- AURÉLIO, D. P., PROENÇA, J. T., & ARAÚJO, A. (ed.) (2009). *Representação política: textos clássicos*. Lisboa, Livros Horizonte.
- BACHRACH, P., & BARATZ, M. S. (1962). *Two faces of power*. The American Political Science Review. 947-952.
- BARBER, B. R. (1984). *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley, University of California Press.
- BENHABIB, S. (1992). *Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas*. In Habermas and the Public Sphere / Edited by Craig Calhoun.
- BENHABIB, S. (1996). *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton, N.J., Princeton University Press.
- BENHABIB, S. (1996). *Toward a deliberative model of democratic legitimacy*. In Democracy and Difference / Edited by Seyla Benhabib.
- BERNSTEIN, R. J. (2012). *The Normative Core of the Public Sphere*. Political Theory. 40, 767-778.
- BOHMAN, J. (1996). *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge, MIT Press.
- BOHMAN, J., & REHG, W. (ed.) (1997). *Deliberative democracy: essays on reason and politics*. Cambridge, Mass, MIT Press.
- BLUMER, H. (1948). *"Public opinion and public opinion polling."* American Sociological Review, 13:542-554.
- BROWN, M. B. (2006). *Survey Article: Citizen Panels and the Concept of Representation**. Journal of Political Philosophy. 14, 203-225.
- BURSTEIN, P. (2003). *The Impact of Public Opinion on Public Policy: A Review and an Agenda*. Political Research Quarterly. 56, 29-40.
- CALHOUN, C. J. (ed.) (1992). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, Mass, MIT Press.

- CARPINI, M. X. D., COOK, F. L., & JACOBS, L. R. (2004). *PUBLIC DELIBERATION, DISCURSIVE PARTICIPATION, AND CITIZEN ENGAGEMENT: A Review of the Empirical Literature*. Annual Review of Political Science. 7, 315-344.
- CHAMBERS, S. (2003). *DELIBERATIVE DEMOCRATIC THEORY*. Annual Review of Political Science. 6, 307-326.
- CHAMBERS, S. (2009). *Rhetoric and the Public Sphere : Has Deliberative Democracy Abandoned Mass Democracy?* Political Theory. 37, 323-350.
- CHONG, D., & DRUCKMAN, J. N. (2007). *Framing Theory*. Annual Review of Political Science. 10, 103-126.
- COHEN, J. (1997a). *Deliberation and democratic legitimacy*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- COHEN, J. (1997b). *Procedure and substance in deliberative democracy*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- COHEN, J. (1998). *Democracy and liberty*. In *Deliberative Democracy* / Edited by Jon Elster.
- COHEN, J. (1989). *The Economic Basis of Deliberative Democracy*. Social Philosophy and Policy. 6.
- CHRISTIANO, T. (1996). *The significance of public deliberation*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- DAHL, R. A. (2000). *On democracy*. New Haven, Yale University Press.
- DAHL, R. A. (1994). *A Democratic Dilemma: System Effectiveness versus Citizen Participation*. Political Science Quarterly. 109, 23.
- DAHL, R. A. (1971). *Polyarchy; participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.
- DAHL, R. A. (1957). *The concept of power*. Behavioral Science. 2, 201-215.
- DAHLBERG, L. (2007). *Rethinking the fragmentation of the cyberpublic: from consensus to contestation*. New Media & Society. 9, 827-847.
- DELLA PORTA, D. (2013). *Can democracy be saved?: participation, deliberation and social movements*. Cambridge. Polity Press.
- DEWEY, J., & CASTILLO, R. D. (2004). *La opinión pública y sus problemas*. Madrid, Morata.
- DEWEY, J. (2010). *Excerpt from "the public and its problems"*. In *The Idea of The Public Sphere*/ Edited by Jostein Gripsrud
- DISCH, L. (2011). *Toward a Mobilization Conception of Democratic Representation*. American Political Science Review. 105 (01): 100-114.
- DOWNS, A. (1957). *An economic theory of democracy*. New York, Harper.
- DRUCKMAN, J. N. (2001). *The Implications of Framing Effects for Citizen Competence*. Political Behavior. 23, 225-256.
- DRUCKMAN, J. N., & NELSON, K. R. (2003). *Framing and Deliberation: How Citizens' Conversations Limit Elite Influence*. American Journal of Political Science. 47, 729-745.

- DRYZEK, J. S. (2001). *Legitimacy and Economy in Deliberative Democracy*. Political Theory. 29, 651-669.
- DRYZEK, J. S. (2000). *Deliberative democracy and beyond liberals, critics, contestations*. Oxford, Oxford University Press.
- DRYZEK, J. S., & NIEMEYER, S. (2008). *Discursive Representation*. American Political Science Review. 102.
- DRYZEK, J. S., & NIEMEYER, S. (2010). *Foundations and frontiers of deliberative governance*. Oxford, Oxford University Press.
- ELSTER, J. (1997). *The market and the forum: three varieties of political theory*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- ELSTER, J. (ed.) (1998). *Deliberative democracy*. Cambridge, U.K., Cambridge University Press.
- ESTLUND, D. (1997). *Beyond fairness and deliberation: the epistemic dimension of democratic authority*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- EULAU, H., & KARPS, P. D. (1977). *The Puzzle of Representation: Specifying Components of Responsiveness*. Legislative Studies Quarterly. 2, 233-254.
- FERREE, M. M., GAMSON, W. A., GERHARDS, J., & RUCHT, D. (2002). *Four models of the public sphere in modern democracies*. Theory and Society : Renewal and Critique in Social Theory. 31, 289-324.
- FISHKIN, J. S. (2011). *When the people speak: deliberative democracy and public consultation*. Oxford.
- FRASER, N. (1992). *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In *Habermas and the Public Sphere* / Edited by Craig Calhoun.
- FUNG, A. (2003). *Survey Article: Recipes for Public Spheres: Eight Institutional Design Choices and Their Consequences*. Journal of Political Philosophy. 11, 338-367.
- FUNG, A. (2005). *Deliberation before the Revolution: Toward an Ethics of Deliberative Democracy in an Unjust World*. Political Theory. 33, 397-419.
- FUNG, A. (2006). *Varieties of Participation in Complex Governance*. Public Administration Review. 66, 66-75.
- GAMBETTA, D. (1998). *Claro!:an essay on discursive machismo*. In *Deliberative Democracy* / Edited by Jon Elster.
- GARDINER, P. L., & SA, V. R. D. C. M. E. (ed.) (1964). *Teorias Da História*. Lisboa, Fundacao Calouste Gulbenkian.
- GARGARELLA, R. (1998). *Full representation, deliberation, and impartiality*. In *Deliberative Democracy* / Edited by Jon Elster.
- GAUS, G. F. (1997). *Reason, justification, and consensus: why democracy can't have it all*. In *Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.

- GENE ROWE, & LYNN J. FREWER. (2000). *Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. Science, Technology, & Human Values.* 25, 3-29.
- GOODIN, R. E. (2000). *Democratic Deliberation Within.* Philosophy and Public Affairs. 29, 81-109.
- GOODIN, R., & DRYZEK, J. (2006). *Deliberative Impacts: The Macro-Political Uptake of Mini-Publics.* Politics & Society. 34, 219-244.
- GOULD, C. G. (1996). *Diversity and democracy: representing differences.* In Democracy and Difference / Edited by Seyla Benhabib.
- GLICKMAN, H. (1959). *Viewing Public Opinion in Politics: A Common Sense Approach.* The Public Opinion Quarterly. 23, 495-504. Oxford University Press.* 15
- GRIPSRUD, J., & EIDE, M. (eds.) (2010). *The idea of the public sphere: a reader.* Lanham, Md, Lexington Books.
- GUTMANN, A., & THOMPSON, D. F. (1996). *Democracy and disagreement.* Cambridge, Mass, Belknap Press of Harvard University Press.
- HABERMAS, J., LENNOX, S., & LENNOX, F. (1974). *The Public Sphere: An Encyclopedia Article* (1964). New German Critique. 49-55.
- HABERMAS, J., & MCCARTHY, T. (1977). *Hannah Arendt's Communications Concept of Power.* Social Research. 44, 3-24.
- HABERMAS, J. (1987). *Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason, Volume 2 of The Theory of Communicative Action,* Boston, Beacon Press
- HABERMAS, J. (1992). *Further reflections on the public sphere.* In Habermas and the Public Sphere / Edited by Craig Calhoun.
- HABERMAS, J. (1996). *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy.* Cambridge, Mass, MIT Press.
- HABERMAS, J. (1996). *Three normative models of democracy.* In Democracy and Difference / Edited by Seyla Benhabib.
- HABERMAS, J. (1997). *Popular sovereignty as procedure.* In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- HABERMAS, J., (2012) *A Transformação Estrutural da Esfera Pública.* Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- HALL, C. (2007). *Recognizing the Passion in Deliberation: Toward a More Democratic Theory of Deliberative Democracy.* Hypatia. 22, 81-95.
- HANDCOCK, W. D. (1947). *What is Represented in Representative Government?* Philosophy. 22.
- HARDIN, R. (2004). *REPRESENTING IGNORANCE.* Social Philosophy and Policy. 21, 76-99.
- HAUSER, G. (1998). *Vernacular dialogue and the rhetoricality of public opinion.* Communication Monographs. 65, 83-107.
- HAYWARD. C. R. (2009). *Making interest: on representation and political legitimacy.* Political Representaion / Edited By Ian Shapiro & Susan Stokes
- HEGEL, G. W. F. (1968). *Ciencia de la lógica.* Buenos Aires, Solar.

- HEGEL, G. W. F. (1988). *Fenomenología del espíritu*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica.
- HEGEL, G. W. F. (1988a). *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome*. Lisboa, Ed. 70.
- HEGEL, G. W. F., & MORÃO, A. (1989). *Propedêutica filosófica*. Lisboa, Edições 70.
- HEGEL, G. W. F. (2010). *Excerpt from philosophy of right*. In *The Idea of The Public Sphere/* Edited by Jostein Gripsrud
- HEIDEGGER, M. (1997). *Introdução à metafísica*. Lisboa, Inst. Piaget.
- HEIDEGGER, M., ANDRADE, M. M., & SANTOS, O. (2001). *Serenidade*. Lisboa, Instituto Piaget.
- HEIDEGGER, M., & CAVALCANTE SCHUBACK, M. S. (2011). *Ser e tempo*. Petrópolis, Vozes [u.a.].
- HELD, D. (1997). *Democracy and the global order: from the modern state to cosmopolitan governance*. Cambridge, Polity Press.
- HELD, D. (1995). *Models of democracy*. Cambridge, Polity Press.
- HONIG, B. (1996). *Difference, dilemmas, and the politics of home*. *Democracy and Difference /* Edited by Seyla Benhabib.
- JACOBY, W. G. (2000). *Issue Framing and Public Opinion on Government Spending*. *American Journal of Political Science*. 44, 750.
- JOHNSON, J. (1991). *Habermas on Strategic and Communicative Action*. *Political Theory*. 19, 181-201.
- JOHNSON, J. (1998). *Arguing for deliberation: some skeptical consideration*. *Deliberative Democracy /* Edited by Jon Elster.
- KANT, I. (2010). *An answer to the question: "what is enlightenment?"*. In *The Idea of The Public Sphere/* Edited by Jostein Gripsrud
- KATEB, G. (1992). *The moral distinctiveness of representative democracy*. Pp. 36–56 in *The Inner Ocean*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.
- KELLER, S. I. (1967). *O destino das elites*. Rio de Janeiro, Forense.
- KEY, V. O. (1961). *Public opinion and American democracy*. New York, Knopf.
- KNIGHT, J., & JOHNSON, J. (1994). *Aggregation and Deliberation: On the Possibility of Democratic Legitimacy*. *Political Theory*. 22, 277-296.
- KNIGHT, J., & JOHNSON, J. (1997). *What sort of equality does deliberative democracy require?*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics /* Edited by James Bohman and William Rehg.
- KULYNYCH, J. (1998). *Performing Politics: Foucault, Habermas and Postmodern Participation*. *POLITY*. 30, 315-346.
- LE BON, G. (1980). *Psicologia das Multidões*, (local de publicação desconhecido), Edições Roger Delraux
- LIPPMANN, W. (2010) *Excerpt from "the phantom public"*. In *The Idea of The Public Sphere/* Edited by Jostein Gripsrud

- LIPPMANN, W (2007). Public opinion. U.S.A, *Lighting source*.
- LUHMANN, N., ESTEVES, J. P., & CARVALHO, A. (2006). *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa, Vega.
- MACEDO, S. (ed.) (1999). *Deliberative politics essays on democracy and disagreement*. New York, Oxford University Press.
- MCCARTHY, T. (1992). *Practical discourse: on the relation of morality to politics*. Habermas and the Public Sphere / Edited by Craig Calhoun.
- MACKIE, G. (2006). *Does democratic deliberation change minds?* Politics, Philosophy & Economics. 5, 279-303.
- MANIN, B., & VALLESPÍN, F. (2015). *Los principios del gobierno representativo*. Madrid, Alianza.
- MANIN, B., STEIN, E., & MANSBRIDGE, J. (1987). *On Legitimacy and Political Deliberation*. Political Theory. 15, 338-368.
- MANSBRIDGE, J. (1996). *Using power/fighting power: the polity*. In Democracy and Difference / Edited by Seyla Benhabib.
- MANSBRIDGE, J. (1999). *Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes"*. The Journal of Politics. 61, 628-657.
- MANSBRIDGE, J. (1999 a). *Everyday talk in the deliberative System*. Deliberative Politics: Essays on democracy and disagreement / edited by Stephen Macedo
- MANSBRIDGE, J. (2003). *Rethinking Representation*. American Political Science Review. 97, 515-528.
- MANSBRIDGE, J. (2009). *A "Selection Model" of Political Representation**. Journal of Political Philosophy. 17, 369-398.
- MANSBRIDGE, J., BOHMAN, J., CHAMBERS, S., ESTLUND, D., FØLLESDAL, A., FUNG, A., LAFONT, C., MANIN, B., & MARTÍ, J. L. (2010). *The Place of Self-Interest and the Role of Power in Deliberative Democracy**. Journal of Political Philosophy. 18, 64-100.
- MANSBRIDGE J. (2012). *Conflict and commonality in Habermas's structural transformation of the public sphere*. Political Theory. 40, 789-801.
- MANZA, J., & COOK, F. L. (2002). *A Democratic Polity?: Three Views of Policy Responsiveness to Public Opinion in the United States*. American Politics Research. 30, 630-667.
- MARCH, J. G., & OLSEN, J. P. (2006). James G. March and Johan P. Olsen. 1984. "The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life." "American Political Science Review" 78 (September): 734-49. The American Political Science Review. 100, 675.
- MARCH, J. G., & OLSEN, J. P. (1986). *Popular Sovereignty and the Search for Appropriate Institutions*. Journal of Public Policy. 6.
- MARTIN, R. (1971). *The Concept of Power: A Critical Defence*. The British Journal of Sociology. 22, 240-256.
- MILL, J. S.(2010). *Sobre a Liberdade*. Tradução de Pedro Moreira. Oeiras. Edições 70.

- MILL, J. S. (2010 a). *Excerpt from "on liberty"*. In *The Idea of The Public Sphere*/ Edited by Jostein Gripsrud
- MILLER, W. E., & STOKES, D. E. (1963). *Constituency Influence in Congress*. *American Political Science Review*. 57, 45-56.
- MOUFFE, C. (1996). *Democracy, power, and the political*. In *Democracy and Difference* / Edited by Seyla Benhabib.
- MOUFFE, C. (2010). *Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?* In *The Idea of The Public Sphere*/ Edited by Jostein Gripsrud
- MUIRHEAD, R. (2010). *CAN DELIBERATIVE DEMOCRACY BE PARTISAN?* *Critical Review*. 22, 2-3.
- NEGT, M., & KLUGE, A. (2010). *Excerpt form "public sphere and experience"*. In *The Idea of The Public Sphere*/ Edited by Jostein Gripsrud
- NIEMEYER, S., & DRYZEK, J. S. (2008). *The Ends of Deliberation: Meta-consensus and Inter-subjective Rationality as Ideal Outcomes*. *Swiss Political Science Review*. 13, 497-526.
- NORRANDER, B., & WILCOX, C. (2002). *Understanding public opinion*. Washington, D.C., CQ Press.
- NORRIS, P. (1999). *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford, Oxford University Press.
- ORTEGA Y GASSET (ano desconhecido), *A Rebelião das Massas*. Viseu. Relógio D'água.
- PAGE, B. I., & SHAPIRO, R. Y. (1983). *Effects of Public Opinion on Policy*. *The American Political Science Review*. 77, 175-190.
- PAPACHARISSI, Z. (2002). *The virtual sphere: the internet as a public sphere*. *New Media & Society*. 4, 9-27.
- PATEMAN, C. (1970). *Participation and democratic theory*. Cambridge [England], Cambridge University Press.
- PARKINSON, J. (2003). *Legitimacy Problems in Deliberative Democracy*. *Political Studies*. 51, 180-196.
- PARKINSON, J. (2004). *Hearing voices: negotiating representation claims in public deliberation*. *British Journal of Politics and International Relations* 6(3): 370–388.
- PETTIT, P. (2003). *Groups with minds of their own*. *Socializing Metaphysics : the Nature of Social Reality*. 167.
- PETTIT, P. (2004). *Depoliticizing Democracy*. *Ratio Juris*. 17, 52-65.
- PETTIT, P. (2009). *Varieties of public representaion*. In *Political Representaion* / Edited By Ian Shapiro & Susan Stokes
- PETTIT, P. (2010). *Representation, Responsive and Indicative*. *Constellations*. 17, 426-434.
- PHILLIPS, A. (1995). *The politics of presence*. Oxford, Clarendon Press.
- PHILLIPS, A. (1996). *Dealing with difference: a politics of ideas, or a politics of presence?* In *Democracy and Difference* / Edited by Seyla Benhabib.
- PITKIN, H. F. (1967). *The concept of representation*. Berkeley, University of California Press.

- PITKIN, H. F. (1981). *JUSTICE: On Relating Private and Public*. Political Theory. 9, 327-352.
- PITKIN, H. F. (1985). *El concepto de representación*. Madrid, Centro de Estudios Constitucionales.
- PITKIN, H. F. (2004). *Representation and democracy: uneasy alliance*. Scandinavian Political Studies. 273, 335-342.
- PLOTKE, D. (1997). *Representation is democracy*. Constellations, 4, 19–34.
- POSTER, M. (2000). *CyberDemocracy Internet and the Public Sphere*. A-R-C.
- PRZEWORSKI, A. (1998). *Deliberation and ideological domination*. In Deliberative Democracy / Edited by Jon Elster.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.
- VON RAUTENFELD, H. (2005). *Thinking for Thousands: Emerson's Theory of Political Representation in the Public Sphere*. American Journal of Political Science. 49, 184-197.
- RAWLS, J. (2014). *A Lei dos Povos e a Ideia de Razão Pública Revisitada*. Lisboa. Edições 70.
- RAWLS, J. (1996). *The idea of public reason*. In Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics / Edited by James Bohman and William Rehg.
- REHFELD, A. (2009). *Representation Rethought: On Trustees, Delegates, and Gyroscopes in the Study of Political Representation and Democracy*. American Political Science Review. 103.
- REHFELD, A. (2006). *Towards a General Theory of Political Representation*. The Journal of Politics. 68, 1-21.
- REYKOWSKI, J. (2006). *Deliberative Democracy and "Human Nature": An Empirical Approach*. Political Psychology. 27, 323-346.
- ROSANVALLON, P. (2008). *Counter-democracy: politics in an age of distrust*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
- RUNCIMAN, D. (2007). *The Paradox of Political Representation*. Journal of Political Philosophy. 15 (1): 93-114.
- SANDERS, L. M. (1997). *Against Deliberation*. Political Theory. 25, 347-376.
- SARTORI, G. (1987). *The theory of democracy revisited*. Chatham, N.J., Chatham House Publishers.
- SAWARD, M. (2006). *The Representative Claim*. Contemporary Political Theory. 5, 297-318.
- SAWARD, M. (2008). *Representation and Democracy: Revisions and Possibilities*. SociologyCompass. 2, 1000-1013.
- SAWARD, M. (2009). *Authorisation and Authenticity: Representation and the Unelected**. Journal of Political Philosophy. 17, 1-22.
- SAWARD, M. (2010). *The representative claim*. Oxford, Oxford University Press
- SCHUMPETER, J. A. (1970). *Capitalism, socialism and democracy*. London, Unwin University Books.
- SHAPIRO, I. (1999). *Enough of deliberation: politics is about interests and power*. In Deliberative Politics: Essays on democracy and disagreement / edited by Stephen Macedo

- SHAPIRO, I. (ed.) (2009). *Political representation*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.
- SHAPIRO, R. Y. (2011). *Public Opinion and American Democracy*. *Public Opinion Quarterly*. 75, 982-1017.
- SCHMIDT, V. (2008). *Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse*. *Annual Review of Political Science*. 11, 303-326.
- SCHMITT, C. (2009). *Democracia e Parlamentarismo*. In *Representação Política: textos clássicos/ Coordenado por Diogo Pires Aurélio*.
- SIMON, H. A. (1985). *Human nature in politics: the dialogue of psychology with political science*. *American Political Science Review*. 79.
- SOROKA, S. N., & WLEZIEN, C. (2004). *Opinion Representation and Policy Feedback: Canada in Comparative Perspective*. *Canadian Journal of Political Science/Revue Canadienne De Science Politique*.
- STASAVAGE, D. (2007). *Polarization and Publicity: Rethinking the Benefits of Deliberative Democracy*. *The Journal of Politics*. 69, 59-72. 16
- STEVENS, A. (2007). *Survival of the Ideas that Fit: An Evolutionary Analogy for the Use of Evidence in Policy*. *Social Policy and Society*. 6.
- STIMSON, J. A., MACKUEN, M. B., & ERIKSON, R. S. (1995). *Dynamic Representation*. *The American Political Science Review*. 89, 543-565.
- STOKES, S. C. (1998). *Pathologies of deliberation*. In *Deliberative Democracy / Edited by Jon Elster*.
- SUNSTEIN, C. R. (1998). *Healt-healt trade-offs*. In *Deliberative Democracy / Edited by Jon Elster*.
- URBINATI, N. (2000). *Representation as Advocacy: A Study of Democratic Deliberation*. *Political Theory*. 28, 758-786.
- URBINATI, N. (2007). *Politics as Deferred Presence*. *Constellations*. 14, 266-272.
- URBINATI, N., & WARREN, M. (2008). *The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory*. *Annual Review of Political Science*. 11, 387-412.
- URBINATI, N. (2010). *Unpolitical Democracy*. *Political Theory*. 38, 65-92.
- VILLA, D. R. (1992). *Postmodernism and the Public Sphere*. *The American Political Science Review*. 86, 712-721.
- WAHLKE, J. C. (1971). *Policy Demands and System Support: The Role of the Represented*. *British Journal of Political Science*. 1, 271-290.
- WARREN, M. (1992). *Democratic theory and self-transformation*. *The American Political Science Review*. 86.
- WARREN, M. (1993). *Can Participatory Democracy Produce Better Selves? Psychological Dimensions of Habermas' Discursive Model of Democracy*. *POLITICAL PSYCHOLOGY*. 14, 209.
- WARREN, M. E. (1996). *Deliberative Democracy and Authority*. *AMERICAN POLITICAL SCIENCE REVIEW*. 90, 46-60.

- WARREN, M. E. & CASTIGLIONE, D. (2006). *Rethinking democratic representation: eight theoretical issues*. Working paper.
- WOLIN, S. S. (1996). *Fugitive democracy*. In *Democracy and Difference* / Edited by Seyla Benhabib.
- WOOLLEY, A. (2008). *Legitimizing Public Policy*. University of Toronto Law Journal. 58 (2): 153-184.37.
- YOUNG, I. M. (1996). *Communication and the other: beyond deliberative democracy*. In *Democracy and Difference* / Edited by Seyla Benhabib.
- YOUNG, I. M. (1997). *Difference as a resource for democratic communication*. In *Deliberative Democracy : Essays on Reason and Politics* / Edited by James Bohman and William Rehg.
- YOUNG, I. M. (1999). *Justice, inclusion and deliberative democracy*. In *Deliberative Politics: Essays on democracy and disagreement* / edited by Stephen Macedo
- YOUNG, IRIS MARION. (2000). *Inclusion and Democracy*. Oxford Political Theory. Oxford Scholarship Online. <http://www.myilibrary.com?id=194394>.
- ZALLER, J. (1992). *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge [England], Cambridge University Press.
- ZUKIN, C. (1992). *Comment on Davis: Yes, But...Public Opinion is a Top-Down Process*. Public Opinion Quarterly. 56.

